



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ - UNIFAP**  
**DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS - DFCH**  
**CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS**

**THIAGO MARTINS FERREIRA**

**O FENÔMENO DAS OCUPAÇÕES ESTUDANTIS ENQUANTO NOVA *PRÁXIS***  
**DEMOCRÁTICA DE CIDADANIA.**

**MACAPÁ**  
**2021**

**THIAGO MARTINS FERREIRA**

O FENÔMENO DAS OCUPAÇÕES ESTUDANTIS ENQUANTO NOVA *PRÁXIS*  
DEMOCRÁTICA DE CIDADANIA.

Trabalho de Conclusão de Curso,  
apresentado ao Curso de Ciências  
Sociais da Universidade Federal do  
Amapá - UNIFAP, como parte dos  
requisitos necessários para à obtenção de  
título de Licenciatura e Bacharelado em  
Ciências Sociais.

Orientador: David Júnior de Souza Silva

MACAPÁ  
2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Biblioteca Central/UNIFAP-Macapá-AP  
Elaborado por Aline Farias Bandeira Couto – CRB-2 1700/O

---

F383f Ferreira, Thiago Martins.

O fenômeno das ocupações estudantis enquanto nova práxis democrática de cidadania.  
/ Thiago Martins Ferreira. - Macapá, 2021.

1 recurso eletrônico.

81 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais) - Universidade  
Federal do Amapá, Macapá (AP), 2021.

Orientador: David Júnior de Souza Silva.

Modo de acesso: World Wide Web.

Formato de arquivo: Portable Document Format (PDF).

1. Movimento Estudantil - Ocupação. 2. Democracia . 3. Cidadania. I. Silva, David Júnior de  
Souza Silva, orientador. II. Universidade Federal do Amapá . III. Título.

CDD 23. ed. – 370.19

---

FERREIRA, Thiago Martins. **O fenômeno das ocupações estudantis enquanto nova práxis democrática de cidadania.**  
Orientador: David Júnior de Souza Silva. 2021. 81 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais) -  
Universidade Federal do Amapá , Macapá, 2021.

*In memoriam*  
À minha avó Nazaré

~

*"Desperdiçando o meu mel. Devagarinho, flor em flor. Entre os meus... beija-flor. Eu protegi teu nome por amor. Em um codinome, Beija-flor. Você sonhava acordada. Um jeito de não sentir dor. Prendia o choro e aguava o bom do amor."*

*Cazuza*

## **AGRADECIMENTOS**

Congratulação e fé às cosmologias.

Às minhas lindas, queridas e amáveis mamãe e irmã, Rosilda e Lívia.

## RESUMO

Este presente trabalho busca fomentar algumas reflexões acerca das novas formas de ativismo social e político na ação coletiva, que se expressam nas ocupações estudantis. Conferindo na história do movimento estudantil, desde o populismo e no período militar, um conteúdo de classe presente pela correlação de forças e na articulação da luta armada como prática revolucionária da juventude cristã. Os reflexos da juventude em uma cumulativa resistência e consolidação política, assim como na ação direta de ocupar como um protesto do movimento estudantil, se propõe como uma extensão do conceito de cidadania, aplicando-se pela sua insurgência democrática durante as ocupações. Na qual, o sentido dessa disputa política a torna mais propositiva, a partir da participação e da estratégia cidadã como uma política praticada, pois se realiza também como uma tática de conquista por direitos sociais. Assim como a emergência de uma nova noção de cidadania, que está intrinsecamente ligada às experiências concretas dos novos movimentos sociais de pautas identitárias, observa-se o que dá sentido à nova *práxis* de uma nova cultura política, onde articula os sujeitos políticos e apresenta significados de transformações sociais reais. Pensando que a ação coletiva de ocupar é um fenômeno do ativismo contemporâneo, que se apresenta de forma organizada descentralizada como uma tendência insurgente de ocupar, e resistir, e produzir nos espaços e situações de poder, vindo por ressignificar a noção de cidadania da democracia vigente. Percebe-se, que a conjuntura do movimento de ocupações estudantis por vezes, ocorre permeado de vivências pelas dimensões social-político-cultural, que aliado de um capital militante protagonizado pelos jovens estudantes ocupantes, há um cumulativo atravessamento de aprendizagens e experiências. Os procedimentos metodológicos possíveis para o estudo seguem análise a partir dos conceitos abordados, entre outros referenciais bibliográficos citados, bem como na própria discussão e na dinâmica social.

**Palavras-chave:** Ocupar; Ocupações; Democrática; Cidadania; Movimento Estudantil; Prática Política.

## ABSTRACT

This work seeks to foster some reflections about the new forms of social and political activism in collective action, which are expressed in student occupations. Conferring in the history of the student movement, since populism and in the military period, a class content present by the correlation of forces and in the articulation of armed struggle as a revolutionary practice of Christian youth. The reflections of youth in a cumulative resistance and political consolidation, as well as in the direct action of occupying as a protest of the student movement, is proposed as an extension of the concept of citizenship, applying itself by its democratic insurgency during occupations. In which, the meaning of this political dispute makes it more proposition, based on participation and citizen strategy as a practiced policy, because it is also realized as a tactic of conquest by social rights. As well as the emergence of a new notion of citizenship, which is intrinsically linked to the concrete experiences of the new social movements of identity agendas, we observe what gives meaning to the new praxis of a new political culture, where it articulates political subjects and presents meanings of real social transformations. Thinking that the collective action of occupying is a phenomenon of contemporary activism, which presents itself in a decentralized organized way as an insurgent tendency to occupy, and resist, and produce in the spaces and situations of power, coming to resignify the notion of citizenship of the prevailing democracy. It is perceived that the conjuncture of the movement of student occupations sometimes occurs permeated by experiences by the social-political-cultural dimensions, which allied with a militant capital led by the young student occupants, there is a cumulative crossing of learning and experiences. The methodological procedures possible for the study follow analysis from the concepts addressed, among other bibliographic references cited, as well as in the discussion itself and in the social dynamics.

**Keywords:** Occupy; Occupations; Democratic; Citizenship; Student Movement; Political Practice.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>08</b>
<i>Quem não está em crise atualmente? As crises de hoje também são as crises de ontem!</i>	
<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>10</b>
A juventude na história do movimento estudantil e os arranjos sociais dos sujeitos políticos durante o período da fase final do populismo	
1.1 A força motriz e as correlações de forças do movimento de juventude estudantil universitário sob uma categoria de análise política .....	11
1.2 Os arranjos de composição social do movimento estudantil universitário e a sua política correlacionada .....	14
1.3 A tentativa de uma luta armada como prática revolucionária .....	18
1.4 A expressão do ideário político do movimento estudantil em associação do legado cultural com a sua resistência política .....	22
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>28</b>
Por um radical exercício da democracia e da cidadania junto à formativa participação dos novos sujeitos políticos	
2.1 Por uma memória dos movimentos sociais que dê sentido às lutas do presente .....	29
2.2 A social formação identitária de ações práticas de políticas pela nova concepção de cidadania e a sua inserção no projeto político democratizante .....	32
2.3 A estratégia cidadã na crise de conjectura da cidadania social .....	37
2.4 A caracterização da participação estudantil sobre as dissidências identitárias da nova noção de cidadania em uma dissonância política .....	42
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>47</b>
A prática de uma nova cultura política sobre a tática e a estratégia enquanto uma nova <i>práxis</i> democrática de cidadania	
3.1 A prática de uma nova cultura política por entre a insurgência democrática de cidadania em uma ressonância política .....	49
3.2 A urgência de ocupar e resistir e produzir .....	53
3.3 Ocupar enquanto uma nova <i>práxis</i> democrática de cidadania .....	60
3.4 As organizativas formas práticas e assimilativas de dissidência política .....	70
3.5 #OcupaTudo enquanto uma <i>práxis quo</i> .....	74
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>76</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	<b>78</b>

## INTRODUÇÃO

***Quem não está em crise atualmente? As crises de hoje também são as crises de ontem!***

Em uma *práxis*<sup>1</sup> preliminar de análise, este estudo sistematiza as leituras e reflexões à vista da autonomia do ativismo contemporâneo, pelo atravessamento de um paradigma social-político-cultural do movimento estudantil desde seu percurso histórico. Tendo como foco de análise o fenômeno das ocupações estudantis, pertinentes em suas dissonâncias e ressonâncias políticas nas suas formas organizacionais com o conjunto das ações coletivas, desde a formação histórica do movimento estudantil ao no itinerário de conjuntura ocupante.

A matriz histórica do Brasil nos ajuda a compreender de forma mais especificada, como se configura a resistência dos movimentos sociais e de juventudes frente às desigualdades sociais latentes. Se propõe com as ocupações estudantis, em um resgate de legado político para um horizonte estratégico, como a ação prática de uma nova cultura política. Assim, para que possa efetivar-se em uma nova *práxis*, que tem na sua participação ocupante uma correlação cumulativa de experiências formativas, através de um atravessamento paradigmático social-político-cultural, sob a perspectiva da radicalização democrática do conceito de cidadania.

O presente estudo busca analisar de início também, periodicamente, algumas outras reflexões sobre a oriunda configuração social e política das juventudes, em suma na história do movimento estudantil que se consolida em um ideário juvenil estudantil pela prática revolucionária. Ao que se refere o conteúdo de classe na história da juventude do movimento estudantil, vindo desde os movimentos populares pelas reformas de base socioeconômicas, com a abertura das universidades ao final do período populista. Durante os primeiros anos da Ditadura Militar, é onde localiza-se a ascensão e consolidação de uma forte politização revolucionária do movimento estudantil, especificamente com a juventude universitária cristã.

Como objetivo desta discussão em uma revisão bibliográfica, estima-se sobre a contemporaneidade do movimento de juventude estudantil ocupante, assentado em uma prática cumulativa de experiências pelas novas ações práticas de políticas, e também na sua assimilação decorrente até chegar no fenômeno das ocupações aqui estudado. Não sendo necessariamente uma ação de causa e efeito restrita, mas, sim, como uma referência do legado das lutas que abrem margens de leituras para um reflexo político, pois supõe-se que são decorrências no

---

<sup>1</sup> A *práxis* como aplicação de uma teoria, e deve ser exercida como instrumento da ação que determina uma transformação social, exercendo assim na teoria e na filosofia marxiana, até como uma certa prática pedagógica revolucionária de si. Segundo Marx em Teses sobre Feuerbach, a *práxis* exerce uma centralidade conceitual: “a coincidência da transformação das circunstâncias e da atividade humana ou autotransformação só pode ser concebida e racionalmente entendida como *práxis* revolucionária, (Terceira tese).” (BOTTMORE, 1988, p. 463).

movimento estudantil das ocupações, como uma provocação de uma nova modalidade de ativismo social e político, de forma mais orgânica e organizativa, se compreende com pautas políticas de saídas diante da crise. Diante da perspectiva de crise educacional na conjuntura política, isso é o que resulta estudar outras formas de insurgências práticas das ações coletivas, posto ao que se assimila da estratégia cidadã nas ocupações estudantis contemporâneas.

Com isso, buscamos analisar sobre a emergência de novas táticas de protestos políticos nos movimentos sociais, sob a ótica das dissidências organizativas a partir de suas ações práticas, em uma perspectiva de estratégia e de tática política. Analisaremos a organização da ação política praticada de forma dialógica, em um atravessamento de outras práticas no sentido de ampliar estrategicamente a experiência democrática de cidadania. Fazendo assim, um recorte desde o presente ideário político de referência da juventude estudantil com os novos sujeitos de direitos políticos conquistados, e em um reflexo sintomático de suas experiências anteriores até chegar na resultante conjuntura política das novas formas de ações coletivas.

Acerca de uma nova representação paradigmática de ação coletiva organizada pelo prisma do fenômeno *occupy*<sup>2</sup>, porém aqui de expressão estudantil, também pelo o que se apresenta diante das formas organizativas dos conflitos políticos. É pertinente compreender de forma mais apropriada e sistematizada como este processo se apresenta e se consolida, a partir do exercício de uma cidadania radical, dos arranjos e de engajamento político pelas dimensões social-político-cultural que as ocupações dispõem, e sob a construção de novas perspectivas destes sujeitos políticos. De forma mais prática, o processo de ocupação é um substancial fator político como categoria de análise, a partir do percurso histórico no protagonismo juvenil do movimento estudantil, de correlações políticas e das influências decorrentes de suas ações.

Na condução de uma lógica mais especificada, de assimilação com os novos recursos organizacionais e arranjos sociais que ainda se percebe em progresso, até reconfigurando-se como um horizonte estratégico de mudanças sociais mais urgentes na ordem do dia. Diante disso, como analisaremos mais adiante, apresenta-se nas ocupações estudantis contemporâneas as características de uma autossuficiência coletiva de forma horizontal e territorial, de uma cidadania radical mais propositiva e orgânica, porém, diferente daquela forte visão “cidadã liberal” por entre a concepção social-democrata presente na Constituição Federal de 1988.

---

<sup>2</sup> São movimentos de protesto com táticas políticas de ação direta, um fenômeno protagonizado organizadamente por zonas autônomas temporárias de poder horizontal e descentralizador da ordem, como uma tendência insurgente de ocupar, e resistir, e produzir, nos espaços e situações de poder. A exemplo disso, temos no Occupy Wall Street, como uma expressão por “tomar um espaço público central, próximo à localização de muitos bastiões do poder e, colocando corpos ali, convertê-lo em um espaço político de iguais, um lugar de discussão aberta e debate sobre o que esse poder está fazendo e as melhores formas de se opor ao seu alcance.” (HARVEY et al., 2012, p. 60).

## CAPÍTULO 1

### **A juventude na história do movimento estudantil e os arranjos sociais dos sujeitos políticos durante o período da fase final do populismo**

O itinerário de lutas do movimento estudantil é constituído pela resultante ação da juventude que o compõe, em uma diversidade de orientações e expressões de suas práticas políticas. A partir de um recorte no contexto histórico do movimento estudantil, desde a fase final do período populista até 1964, para apresentar uma de categoria de análise junto de uma força motriz das juventudes estudantes atrelada pelas correlações sociais de forças políticas.

É bastante pertinente pensar as dimensões social-político-cultural nos processos organizativos das juventudes estudantis, estes, enquanto sujeitos políticos do movimento estudantil de forma mais geral, com uma peculiar ótica de práticas cumulativas de reivindicações. Pois, dentro do campo do percurso histórico dos movimentos sociais pelas reformas de base, apresenta-se as reflexões políticas e a construção de um legado juvenil estudantil, para assim poder auxiliar as possíveis provocações desta análise, diante tanto desse protagonismo juvenil quanto da pertinência das classes sociais em seu deslocamento político.

Localiza-se de forma paradigmática neste capítulo, alguns elementos analíticos que expressam estas correlações de forças políticas e de classe social, para assim poder entender de maneira mais especificada estas ramificações nas classes médias no movimento estudantil. Os conflitos de deslocamento político atuam como um ponto de inflexão analítica por entre as juventudes do movimento estudantil, e se dão, mediante os seus arranjos sociais como um reflexo tensionado das suas provenientes camadas na composição de classe social.

Ainda neste capítulo, o conteúdo de classe que se expressa nos conflitos estruturais e que também são oriundos das orientações formativas de classe social é inerente à sociedade e, do mesmo modo, constitui o campo de disputa política do movimento estudantil. E isso ocorre tanto no campo esquerdista nacionalista e de vanguarda revolucionária juvenil estudantil, que passa por um forte *radicalismo de vanguarda* no sentido de uma *adscrição de classe*, diante da crise no governo populista; quanto no campo direitista liberal-elitista e antipopular, que adere as lutas sociais através de um pacto desenvolvimentista de forma pontual, mas sem haver uma “fusão de classe” com objetivos populares. (MARTINS FILHO, 1987, p. 27-30).

As transformações sociais também são compostas de um processo formativo identitário para uma nova cultura política da juventude no movimento estudantil. Compreende-se que é uma forma de política praticada resultante de uma leitura de conjuntura, até como veremos adiante, na inflexão por uma luta amada como uma pertinente prática política revolucionária.

## 1.1 A força motriz e as correlações de forças do movimento de juventude estudantil universitário sob uma categoria de análise política

A história do movimento estudantil é marcada pela disputa no campo político e destaca-se nas suas lideranças a relevância do aperfeiçoamento social no protagonismo juvenil. A afirmação da condição de *jovem* e de *estudante* e de *cidadão*<sup>3</sup> aqui é mais um desafio na tentativa de corroborar com uma categoria de análise política, em uma convergência da prática política no decorrer de seu percurso histórico nas manifestações do país, cuja formação se dá pelo conflito e a correlação das forças políticas com o carácter social do movimento estudantil.

Embora, também seja, que ao “assumir a condição de estudante, em si, obviamente não representa disposição revolucionária. Sabe-se da heterogeneidade de qualquer categoria social, por mais mobilizada e atuante que seja.” (MORTADA, 2009, p. 375). Mas, diante disso, podemos pensar os conflitos políticos presentes no movimento estudantil, a partir desde as contradições do seu conteúdo de classe e observando também, por uma peculiar situação social em detrimento da sua finalidade política, sendo assim, atribui-se nesse processo uma progressiva radicalização política com o seu ingresso nas universidades.

Observa-se parcialmente, a organização e a composição da juventude estudantil nas internas diferenciações de relações sociais, diante de seus conflitos e deslocamentos políticos e mais especificamente sobre uma notoriedade social da disputa de narrativas. Expressado com as práticas políticas da juventude estudantil, que se destaca com o conjunto das ações coletivas dos movimentos sociais, sob uma caracterização específica da luta política no conjunto das análises de conjuntura política e ideológica do movimento estudantil no país.

Posto isso, e analisando o fato de que comumente o encontro das juventudes no movimento estudantil, vem sendo a força motriz das mudanças sociais desde a segunda metade do século XX. Exercendo até um certo *capital militante*<sup>4</sup>, que contém no ideário político do movimento de juventude estudantil em geral, enquanto um sujeito político primordial de mobilização social e de uma forte ascensão à consolidação política da prática revolucionária.

---

<sup>3</sup> Proposta e tentativa de aprofundar a categoria de análise de jovem e de estudante e de cidadão, como um ponto de inflexão pelas dimensões paradigmáticas social-político-cultural de classe imbricada do movimento estudantil, através de seus deslocamentos e atravessamentos e também como um consigna-chave de análise para uma consolidação da juventude estudantil enquanto sujeitos políticos de direitos.

<sup>4</sup> Compreensão de uma qualidade analítica simbólica ou acúmulo de engajamento pelas dimensões social-político-cultural, apreendido também pelo desenvolvimento de habilidades na apreensão da própria prática política, seja da militância partidária ou de atravessamentos de saberes artísticos e de críticas sociais, significados de forma ativa e constituída por entre as mais diversas áreas experimentais e relacionais. Segundo Matonti e Poupeau (2004, p. 7, *apud* ROMBALDI, 2006, p. 129) é “um capital militante que se adquire, pois, em grande parte, no campo político, que aí se valoriza, mas que também se revaloriza fora dele”. Ver mais sobre no texto original em francês: <https://www.cairn.info/revue-actes-de-la-recherche-en-sciences-sociales-2004-5.htm>

A condição da lógica de um capital militante, é resultante durante o resgate analítico do percurso histórico do movimento estudantil e até ao legado político das ocupações estudantis contemporâneas. Diante disso, localiza-se no movimento estudantil a sua formação política de origem, e principalmente, a sua prática política de um capital militante a partir do ingresso no ambiente acadêmico. Através das mobilizações que dispõe cada período político que se apreende as decorrentes transformações sociais e que constantemente podem ser aperfeiçoadas.

Segundo Martins Filho (1987), não se pode falar rigorosamente de um movimento estudantil organizado no Brasil antes da fundação da União Nacional dos Estudantes (UNE) em 1938, antes disso somente participações circunstanciais dos estudantes, mas não ainda de um movimento unificado. É a partir de uma entidade organizativa nacional no reforço de capitalizar um certo ideário no ativismo da juventude estudantil da época, mas que internamente também travam as suas disputas políticas.

Para compreender mais especificadamente a atuação do movimento estudantil desde durante a época dos governos populistas, é preciso contextualizar as grandes mobilizações populares pelas reformas de bases socioeconômicas. Sendo esta uma configuração de disputa política que visava o avanço social também, por uma reforma educacional pela democratização do ensino pelo acesso e abertura das universidades. E a partir disso, para elucidar uma resultante prática política, faz-se depois neste estudo um minucioso recorte também durante o regime militar, onde o movimento estudantil exerce o referencial de uma combativa resistência.

Afim de repensar também algumas afirmações mais abrangentes, por uma associação do ideário juvenil que comumente se torna uma referência histórica da juventude estudantil. E salientando sobre uma defesa de atuação política mais geral, é que se apresenta na forma de um interesse político mais específico com a organização popular. Atrelado a isso, apreende-se a leitura de conjuntura política na tentativa imediata de luta armada como prática revolucionária.

O ideário que identifica o jovem estudante no movimento estudantil, se compreende desde a fase final do populismo e ocupa no imaginário social deste um papel de sujeito político. Atrelando-se também à sua forte participação na candente resistência no regime militar. E para analisar estas expressões, é preciso revisitar e repensar algumas afirmações mais abrangentes e ideológicas deste movimento, que apesar “do protagonismo juvenil – e por muito tempo, seu termômetro – o movimento estudantil continua apresentando-se, como uma das possibilidades de inserção e atuação política para uma parcela dos estudantes.” (MESQUITA, 2003, p. 118).

Com isso, salienta-se a importância transgressora do movimento estudantil, mesmo sem “correr o risco de ver nascer uma 'mitologia estudantil' [...] atribuída ao significativo papel desempenhado por esse movimento nas candentes lutas dos anos 60” (MARTINS FILHO,

1987, p. 15). Embora que, mesmo diante das fortes transformações sociais no mundo e “com direito a certo exagero, pode-se dizer que em 1968 o estudante passou de personagem *em si* a sujeito histórico, *para si*.” (MORTADA, 2009, p. 375).

Diante das jovens lideranças do movimento estudantil e das direções ideológicas presentes nas suas disputas políticas, é importante analisar que há um deslocamento político da juventude que ingressa no ambiente universitário. No sentido de destacar um ponto de inflexão a partir da sua origem social, por uma formativa cúpula política com as suas bases, com o movimento estudantil que vem sendo muitas vezes reconhecido, como um movimento mais de vanguarda das lutas políticas gerais do que de massas. E na recorrência fracionária, de uma progressiva politização revolucionária das tendências organizacionais e orgânicas do movimento estudantil, sob um formativo modo de fazer e atrelar política e militância, ainda podemos interpretar que:

[...] não se pode compreender sociologicamente o movimento estudantil apenas em função das posições defendidas pela sua vanguarda. É necessário investigar sob que condições se estabelece a comunicação entre a cúpula e a base e de que forma as decisões desta traduzem as reivindicações daquela. Segundo Foracchi (1977, p. 230, *apud* MESQUITA, 2003, p.120).

A construção da identidade política da juventude estudantil está emergente desde o período populista, quando vem a esboçar um certo descontentamento ao estabelecimento de carreira profissional e se complementa na busca por políticas públicas, de melhorias reais e que sanem a inquietação social latente. Isso também se acampa, quando a sua diretriz está sob “um objetivo de luta política geral, visando mais do que tudo à defesa do compromisso estudantil com o movimento das classes populares.” (MARTINS FILHO, 1987, p. 18).

Diante disso, destaca-se os interesses políticos de uma fração do movimento estudantil, ou seja, a cúpula dirigente que também se associa com as demandas populares por fatores sociais. Salienta-se isso, tanto por um interesse de ocupação profissional em cargos dos governos populistas, quanto aos privilégios originários da sua composição de classe social, o que chama atenção nesse período é a correlação, pois esse deslocamento é no sentido político.

O comprometimento e a responsabilidade social que se dá também mediante o seu ingresso no meio acadêmico, do movimento estudantil enquanto cúpula e sujeito político, evidencia-se pela finalidade de seus interesses sociais, que não fica obstante das orientações das lideranças políticas de sua família de classe. Aqui é uma análise específica de associação política, porém, o jovem estudante “na companhia de outros, goza de uma modalidade de consciência e participação que pode propiciar uma atitude inovadora, crítica sobre seu papel, sua classe de origem e sobre a própria sociedade.” (MORTADA, 2009, p. 374).

A construção de uma emergente identidade estudantil, na qual se investe de novas construções políticas e de formas autônomas para significações, diante dos repertórios de uma postura mais analítica, é que se compõe os arranjos sociais da vida cultural e comportamental juvenil. São relevantes questões que se firmam pelas dimensões social-político-cultural localizadas pelo descontentamento juvenil estudantil de cada época, que dependendo de cada situação e de conjuntura, quando se desloca é onde possibilita outras expressões de ações de políticas práticas; até se consolidarem ou não como em uma luta revolucionária.

## **1.2 Os arranjos de composição social do movimento estudantil universitário e a sua política correlacionada**

É importante destacar o percurso histórico do movimento estudantil, especificamente no período populista e até durante a tensão de militarização do Estado, justamente porque as suas correlações de forças e o presente conteúdo de classe expresso são constituintes de suas próprias disputas políticas. Apontando com isso as diferenciações do exercício político, das práticas e da ação coletiva, que permeiam todo o processo de construção identitária do movimento estudantil conjuntamente na formação da conjuntura política do Brasil.

É possível compreender de forma mais especificada as oriundas camadas sociais da juventude universitária, desde a fase final do período populista até chegar no regime militar, pela perspectiva da classe média tradicional. Durante o processo de modernização universitária e expansão das burocracias do país, localizando assim o período sobre as grandes mobilizações por profundas transformações de bases socioeconômicas, é aqui que se aponta nas institucionalidades de tal ingresso ao ambiente acadêmico.

De acordo com Martins Filho (1987), analisa-se que os governos populistas adotam uma política educacional “integradora” das classes, expandindo o ensino superior gradualmente até chegar a sua gratuidade, isso para atender setores importantes da sociedade. A exemplo disso, foi à lei de “federalização” dos estabelecimentos de ensino superior mantidos pelo Estado em 1950, mesmo ainda havendo mecanismos discriminatórios de filtro social como o vestibular, vindo desde o corporativismo estado-novista de Vargas.

De certa medida, verifica-se que com a política de acesso e abertura às universidades, que o movimento estudantil também foi influenciado pela dinâmica social, principalmente pela sua composição majoritariamente de jovens oriundos das classes médias da época. Causando assim um ingresso efeito de consolidação política da juventude estudantil, que através das suas provenientes camadas sociais adentram a estrutura educacional formativa.

Segundo Martins Filho (1987) configura-se como uma baixa classe média, a que corresponde ao setor do funcionalismo público, e uma outra fração, da alta classe média que corresponde ao setor comercial liberal-elitista, este que em certa medida depois também exerce apoio tácito à militarização e “modernização” autoritária do Estado.

No período 1930-1964, diante das duas modalidades de conflitos políticos que se travavam no seio da sociedade – o conflito entre os interesses da fração comercial da burguesia e a política industrializante do Estado, e a contradição entre a “política de ordem” do populismo (integração das classes populares urbanas) e as possibilidades reais da ascensão da classe trabalhadora -, a classe média se dividiu entre as orientações divergentes, quando não opostas. Nesse quadro a alta classe média (profissionais liberais, altos funcionários públicos, gerentes) [...] A alta classe média apresentava-se então como crítica da política de desenvolvimento populista (industrialização, como recurso à intervenção do Estado) e da política de integração popular (“democracia das massas”). Desenvolveria como orientação característica de um liberalismo elitista e ou “antipopular” [...] a alta classe média sempre intervém, nas crises políticas da fase considerada, a partir de uma perspectiva *conservadora e antidemocrática*. (MARTINS FILHO, 1987, p. 36-37).

Tendo em vista que a classe média não é um setor unitário, pois no seu interior há divergências pontuais de direcionamento com o conteúdo político de classe, é onde a disputa política se dá nas diferenciações de oportunidades, de mobilidade e ascensão social. E também há pontuais situações de consenso entre os setores tradicionais da burguesia comercial e a alta classe média liberal-elitista, exemplos estes expressados, quando de uma aliança factual se firma entre os setores nacionalista-desenvolvimentista na época.

A classe média busca se inserir no Estado com a industrialização da economia, durante o aumento do serviço público e da expansão e ingresso progressivo de sua classe no ensino superior. De modo que, projeta a sua ascensão social através da via educacional e tem a sua relevância política como uma forma de alcançar a integração social entre as classes, servindo em uma expressão junto com os setores comerciais da sociedade no período.

Segundo Martins Filho (1987) uma fração liberal-elitista, econômica e cultural do movimento estudantil, apresenta seus interesses políticos quando participa da fundação da UNE, e depois de forma “ousada” também compõe a campanha “o petróleo é nosso” de 1948, e na criação da empresa estatal Petróleo Brasileiro (Petrobrás) já em 1953. Onde a juventude estudantil liberal-elitista compunha até com a influência da União Democrática Nacional (UDN), este é o fato que melhor expressava as posições da burguesia comercial e alta classe média liberal-elitista do período. Esse processo se dá em relativas aproximações alinhadas com a perspectiva de defesa do desenvolvimento nacional-estatal, justamente pela posição política da tradicional burguesia comercial nas chamadas “razões políticas de curto prazo”. (SAES, 1983, p. 467, *apud* MARTINS FILHO, 1987, p. 40).

O conteúdo de classe apresenta também as contradições sociais que opera sob uma reorientação de interesses políticos, como na finalidade da curta aproximação política liberal, ou até mesmo contra o entreguíssimo das empresas nacionais-estatais ao capital internacional. A reorientação bastante “ousada” em uma parcela do movimento estudantil se expressa também quando, de forma peculiar, se associa das perspectivas nacionalista de esquerda popular e se alia a setores populares para coordenar grupos armados. Até ingressando na Frente Única Nacionalista e Democrática em 1959, já sendo antiditatorial e contra o imperialismo que, neste período segue atuando como força radicalizadora na luta pelas reformas de bases.

Outro alinhamento de forças na política correlacionada que vem desde o segundo governo de Vargas, também é perceptível na aproximação da UNE que, mesmo com a crise do populismo participou da Campanha da Legalidade pela posse do governo de Jango em 1961, justamente sob a bandeira de política nacional-desenvolvimentista. Percebe-se assim que são ambivalências de composição política e ideológica que permeiam os setores médios e que não se anulam por uma determinada aplicabilidade ou de validação política.

Ainda segundo Martins Filho (1987), o contexto social das grandes mobilizações populares também é de progressiva radicalização do movimento estudantil, que vem desde a década de 1960 e está configurado a partir da abertura das universidades aos setores médios. Nesse período, especificamente com a ascensão da Juventude Universitária Cristã (JUC) e também junto com o Partido Comunista Brasileiro (PCB), atuam no “radicalismo de vanguarda” revolucionária do movimento estudantil. Onde há uma reorientação da UNE anti-imperialista e popular se aproximando das tendências do marxismo, em um comprometimento social com os movimentos populares pelas reformas de base. Principalmente quando sob a influência do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), também de outros setores nacionalista-desenvolvimentista neste período, a direção da UNE vem a exercer uma aliança de forma correlacionada em uma coalizão pontual e factual da oposição de forças políticas.

Com isso, é possível analisar que, a partir de um canal de acesso às juventudes oriundas das classes médias nas universidades, se engendra um movimento estudantil mais politizado, pois há uma decorrência cumulativa das experiências, das condições e dos espaços sociais. A luta pela reforma, abertura e democratização das universidades, por uma maior representação nas instâncias de participação do poder populista, também é pano de fundo para as mobilizações sociais diante da crise do governo. Sendo assim, compreende-se aqui uma imprescindível tensão política, como um sintoma associado tanto da realidade das universidades, a partir do ingresso das massas ao ensino superior, quanto de um país marcado pela emergência de um impasse.

Uma nova esquerda de aspiração cristã e católica e com uma forte influência do êxito da visão socialista e comunista nos governos da América Latina, se destaca com força entre os estudantes como na proximidade de agrupamentos revolucionários. Observa-se aqui por um ponto de inflexão de uma categoria de análise, como um deslocamento de interesse político durante o período populista, fazendo uma leitura de forma mais profunda sobre a composição juvenil do movimento estudantil entre a fração de cúpula na direção política e de suas bases.

Em primeiro lugar, a esquerda cristã, munida de uma estratégia política basicamente pragmática e sem maiores compromissos com a ideologia nacional-reformista, apresentou-se ao meio estudantil como a mais radical das correntes políticas universitárias não somente no discurso como na prática, como confirma as inúmeras e abrangentes atividades da UNE. (MARTINS FILHO, 1987, p. 51).

Diante de uma tensa e eminente militarização do Estado, aponta-se no movimento estudantil já de uma composição da esquerda cristã, posta à frente de uma “vanguarda revolucionária”. Vale destacar aqui que durante esse processo aponta-se que há uma forte influência à esquerda também de uma fração da Igreja Católica, junto com as organizações dos movimentos sociais e agrupamentos de paróquias e pastorais da época, principalmente sob a inspiração da Teologia da Libertação<sup>5</sup> — em uma prática social e política da igreja junto com à comunidade e visando pela transformação democrática do país, assim também como na formulação das reformas de bases socioeconômicas para um projeto político de sociedade.

Diante também de um projeto de modernização forçada dentro das universidades e da luta pelas reformas de bases socioeconômicas, há uma mobilização que é maior e para além dos interesses da autonomia universitária, mas que também é polarizada. O movimento estudantil de forma geral também não esteve imune à diversidade de orientações de classes, pois percebe-se que as disputas políticas se cristalizam a partir dos conflitos da conjuntura política.

Apesar da UNE ser a organização nacional de representação da juventude universitária, aponta-se que internamente há intensos processos de rompimento político e de disputa dessa entidade. Impasses de adesão pela orientação política justamente pelos conflitos de conteúdo de classe, destacando-se ainda mais quando “não se pode falar tranquilamente de um movimento estudantil brasileiro, nem antes nem durante os anos 1960. No Brasil, em vários momentos, foram mais visíveis ‘movimentos’ estudantis.” (GROPPO, 2019, p. 7).

---

<sup>5</sup> Reinterpretação analítica e antropológica da fé cristã na América Latina, de perspectiva social com significativas aproximações ao marxismo e as suas perspectivas. Segundo Martins Filho (1987, p. 55), exerce um papel fundamental quando na ascensão da Juventude Universitária Cristã (JUC), diante da realidade das universidades e da luta pelas reformas de base, onde este até se afasta das orientações religiosas hierarquizadas, e passa a exercer um radicalismo da esquerda cristã “a serviço do povo”, de cunho mais politizado na “criação da intelectualidade revolucionária”, e em uma “conscientização” das massas.

Diante desse recorte, é que a juventude universitária se apresenta e tem a sua consolidação social e política a nível de um movimento estudantil organizado, por entre os deslocamentos políticos das camadas sociais que compunham a entidade. Isso serve para que possamos perceber o progressivo alinhamento de leitura na conjuntura política do movimento estudantil. Especificamente sobre o desdobramento das orientações como um singular ponto de inflexão de análise política sobre a tática e a prática revolucionária da luta armada.

### **1.3 A tentativa de uma luta armada como prática revolucionária**

A Juventude Universitária Cristã (JUC) enquanto sujeito político do movimento estudantil, se destaca neste período das grandes mobilizações populares de bases socioeconômicas com um certo *ideal histórico cristão*<sup>6</sup>, e cresce significativamente nas universidades, fazendo uma disputa política com uma perspectiva mais prática e incisiva. As crises de direção política que se instauraram dentro do movimento estudantil e da esquerda brasileira, também se convertem pelo colapso do populismo durante o período final e no acirramento destas mobilizações populares.

Com os limites do populismo dados em uma crise de governo, frente à tensão de militarização e sob uma crescente politização popular revolucionária, é nesse contexto que a esquerda cristã do movimento estudantil vem a romper politicamente com os interesses políticos da alta classe média liberal-elitista e com o reformismo do PCB. Pois, houve uma crise interna de ação e de orientação política do partido quando neste período, “passa a defender o caráter ‘progressista’ do capitalismo nacional no país e afirma as condições favoráveis à democratização, passando a propugnar a via ‘pacífica’ para a Revolução.” (MARTINS FILHO, 1987, p. 42).

A juventude cristã na vanguarda revolucionária do movimento estudantil passa por uma transição de forma mais politizada e radicalizada, sendo raiz de origem para outra organização chamada de Ação Popular (AP). Esta que mesmo “nascida sob signo cristão, mas crescentemente influenciada por idéias marxistas, até chegar ao maoísmo” (RIDENTI, 2002, p. 14), se afasta das orientações hierarquizadas da Igreja Católica, e de forma mais radical, defende o livre acesso das massas ao ensino gratuito, ao contrário da alta classe média liberal-elitista que defendia manutenção do vestibular e a manutenção pontual de suas alianças.

---

<sup>6</sup> Compreensão na raiz humanista da fé cristã, por soluções concretas para as desigualdades sociais, no conceito de democracia cristã e sob a influência filosófica e de outras obras do filósofo católico francês Jacques Maritain. Segundo Ridenti (2002), no Brasil é uma tarefa adotada pela JUC em uma missão espiritual do ideal histórico ao povo, e também como fonte herdeira da Teologia da Libertação, onde de certa forma romântica, defendiam as diretrizes marxistas de um socialismo democrático para a “Revolução Brasileira”.

O final do período populista é fortemente marcado pelo acirramento dessa disputa política, tanto que as organizações revolucionárias ligadas à AP depois do rompimento com o PCB, retornam à hegemonia na direção da UNE. A juventude cristã se incorpora gradativamente nas representações estudantis da luta social e política do período, e leva o movimento estudantil a rever aquelas alianças pragmáticas de curto prazo. Sendo assim, percebe-se que a reorientação dos interesses políticos apresenta as suas diferenças práticas, entre um deslocamento de posição nacionalista e outra na direção juvenil da entidade em agrupamentos, localizando assim a movimentação dos sujeitos políticos do movimento estudantil pela sua composição social.

A leitura de conjuntura política nacional e até internacional da vanguarda estudantil da época, resulta de uma *práxis* mais radicalizada da juventude. E mais especificamente, a juventude cristã é a que mais exerce isso em caráter revolucionário, levando suas direções até as últimas consequências, onde é orientada na resistência eventual pela luta armada. Conforme argumenta Martins Filho (1987):

[...] fundamentada na necessidade de um “**compromisso cristão**” com o meio e a sociedade onde viviam. Define-se, desse modo, no manifesto de 1961, uma perspectiva humanista (“O universitário cristão só tem uma arma a empunhar – a bandeira do homem”), no seio da qual caberia ao movimento estudantil de “educar as massas” para que estas alcançassem a sua “promoção” econômica e social. Entretanto os setores mais radicais da JUC continuaram a avançar em suas definições políticas. Em julho de 1961, no Conselho Nacional daquela organização, surge pela primeira vez o tema da participação dos católicos na então muito discutida “Revolução Brasileira”, considerando-se mesmo a eventualidade da “**luta armada**” (MARTINS FILHO, 1987, p.48, **grifo meu**).

Ainda segundo Martins Filho (1987, p. 55) com a esquerda cristã “a serviço do povo”, em uma certa “conscientização” das massas, uma vez que é com a “criação da intelectualidade revolucionária”, diante da realidade das universidades e da luta pelas reformas de base frente ao governo, que se percebe as orientações políticas que passam por um acentuado radicalismo cristão, de cunho popular mais politizado e revolucionário. Segundo Ridenti (2002) tudo isso acontece também em uma associativa decorrência de fatos, quando a AP de aspiração juvenil cristã exerce uma forte mescla do marxismo com o leninismo e o maoísmo, sob inspiração e influência do êxito da Revolução Cubana de 1959 na América Latina, da independência da Argélia em 1962, além de lutas anticoloniais na África e na Ásia, assim como nas experiências populares do Vietnã e do Partido Comunista da China.

A gradual e radical politização dos estudantes ligados as correntes de vanguarda revolucionária, e com fortes tendências à “democratização” da sociedade brasileira, ocorre quando o meio universitário é nutrido de um conteúdo mais “progressista”, já quando a UNE da Ação Popular “abandonou as batalhas pela reforma universitária e engajou-se integralmente

nas lutas da frente anti-imperialista e popular.” (MARTINS FILHO, 1987, p. 61). Observa-se que ocorre uma singular inflexão de reorientação política na cúpula da juventude estudantil, pois dada a conjuntura do período, a proveniente luta armada é tida como uma prática revolucionária, e também quando há uma “concepção do movimento estudantil como celeiro de militantes para a guerrilha” (GROPPO, 2019, p. 7).

Para Martins Filho (1987, p. 79-80), os estudantes mais politizados situaram-se inequivocamente no bloco anti-imperialista e popular, posicionando a UNE na tendência sempre à esquerda, defendendo a ampliação do livre acesso à universidade. Mas esse posicionamento político não é tão nítido em nível de “massas”, pois a sua categoria de cúpula estudantil se afasta das mobilizações de “bases”, tanto que o fracasso da greve estudantil de 1962 foi um reflexo disso. Em contra partida, isso foi o que também permitiu uma maior aproximação do restante das juventudes e dos estudantes elitistas, com as suas camadas de origem na classe média liberal-elitista. Principalmente quando esta desenvolve um “autoritarismo de crise” para conter a agitação popular, até com uma certa “adesão passiva” e um apoio tácito com o autoritarismo da militarização do Estado, mas não de forma permanente, só até retomar suas aspirações liberais-democráticas, mas já sem a democracia populista.

Há uma certa mediação política entre as classes médias tradicionais, nos setores da alta classe média de posição liberal-elitista de forma mais implícita e pragmática. A classe média mediante às correlações de forças presente nas suas alianças comerciais, tende a diferenciar-se com essa “adesão passiva” e conservadora com o golpe militar. Observa-se isso, pela reorientação política e com a nova situação política pela manutenção da ordem social, mas sem se afastar de sua aliança com a burguesia comercial. Pois, conforme argumenta Motta (2008):

Os grupos que deram sustentação ao golpe de 1964 compunham frente heterogênea, representando diferenças tanto de origem social (empresários, militares, classes médias, religiosos) quanto ideológica (conservadores, liberais, nacionalistas de direita). Dada essa heterogeneidade teria sido difícil reunir coalizão tão ampla em torno de programa afirmativo. Eles se reuniram para lutar entrono de um inimigo comum, para barrar o processo de crescimento das esquerdas que parecia ameaçar o *status quo*, mas não tinham programa de governo coeso.” (MOTTA, 2008, p. 30).

A Ditadura Militar entre os anos de 1964 a 1985, se sustentou inicialmente por um apoio implícito ao autoritarismo do Estado, em uma caracterização de composição sociopolítica entre diversos setores da sociedade civil, o empresariado da burguesia comercial e da tradicional alta classe média liberal-elitista. O setor da cúpula militar é o que se sobressai desse processo, e quem dá as rédeas políticas na diretriz do governo, justamente pela sua estrutura de comando,

pois os governantes eram decididos entre as patentes da cúpula militar, sem eleições diretas e nem com a prévia consulta ou participação popular.

Na intenção de conter às aspirações político-ideológicas do comunismo e barrar os processos das mobilizações populares pelas reformas de bases socioeconômicas, é que se instaura um golpe militar apoiado pelos setores médios autoritários. Instaurado por um desenvolvimento conservador, composto de medidas autoritárias, com repressões violentas, com censuras e controle, perseguições políticas, negação de direitos e de liberdades democráticas, exílio, tortura, injustiças, abuso de poder, desaparecimento e até a morte de seus opositores. É um período onde a oposição de resistência popular do movimento de juventude estudantil, vem de uma cumulativa politização desde as organizações clandestinas e revolucionárias, sob um forte caráter violento e obscurantista e se situa pelo tensionado enfrentamento político contra a Ditadura Militar.

A cúpula fracionada de vanguarda revolucionária do movimento estudantil enfrenta um distanciamento organizacional a nível das massas, e isso se dá quando por exemplo os “estudantes esquerdistas das Faculdades Nacionais de Direito e Filosofia, no Rio de Janeiro, chegaram a pedir armas ao Governo Federal para a resistência, acreditando na eficácia de um pretenso esquema militar que sairia em defesa de Jango” (GROPPO, 2019, p. 11). Também devido a desorientada resistência de uma fração do movimento estudantil, principalmente diante da frustração quando “os universitários reuniram-se ‘à espera de armas’ para organizar-se contra o movimento militar”, e ainda mais quando alguns destes estudantes mais politizados e inconformados, se viram em uma “tentativa, sonhadora e romântica de enfrentar o golpe militar de abril”. (POERNER, 1979, p. 203, *apud* MARTINS FILHO, 1987, p. 68).

Segundo Ridenti (2002) podemos perceber um outro fator que também afasta o conjunto dos estudantes da luta armada, é referente quanto à tática de *foquismo*<sup>7</sup>. Pois, mesmo com as perspectivas alimentadas de um forte romantismo revolucionário, e nos ventos das experiências da esquerda latino-americana, que se dá como uma referência do ideário político juvenil estudantil desde a aproximação com as vertentes do marxismo, o maoísmo e o guevarismo. O atentado em Recife ao Ministro de Guerra Costa e Silva em 1966, deixando mortos e feridos até sem relação alguma com o objetivo do atentado, foi um fator para dissolução dos comandos armados de guerrilhas paralelos da Ação Popular.

---

<sup>7</sup> Inspirada por Che Guevara na América Latina, são táticas políticas radicais de criar focos pela guerra de guerrilha para a chamada revolução. Segundo Ridenti (2002, p. 24) é uma “idéia de que a revolução poderia começar a partir da ação armada de pequenos grupos de vanguarda, a partir de um foco rural, como na revolução cubana, segundo argumentação de Régis Debray, s.d.”

A conjuntura do período ditatorial, somado aos fatores de táticas radicais e com alianças políticas estratégicas, é tensionada pelos setores e grupos entre as organizações clandestinas subitamente diante da luta armada. Destaca-se aqui entre as décadas de 1960 e 1970, vários *rachas*<sup>8</sup> políticos nos movimentos de esquerda estudantis, dentre os quais que deram origem a Organização Revolucionária Marxista Política Operária (ORM-Polop); ao Movimento Revolucionário 8 de outubro (MR-8), ao Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR); a Aliança Libertadora Nacional (ALN); ao Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR); ao Partido Operário Revolucionário (POR); a Tendência Leninista da qual formaria o Movimento de Libertação Popular (Molipo); ao Comando de Libertação Nacional (Colina) que depois em processo de fusão com a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR); e cindem no Partido Operário Comunista (POC); e entre outras organizações marxistas leninistas e trotskistas da esquerda revolucionária brasileira. (MARTINS FILHO, 1987; GROppo, 2019).

#### **1.4 A expressão do ideário político do movimento estudantil em associação do legado cultural com a sua resistência política**

O movimento estudantil universitário e a Ditadura Militar, para poder repensar o contexto social que reflete a conjuntura política e com o que forma o âmbito cultural, sevem de importante resgate histórico e de reflexões como fator de análise. Diante disso, demonstra-se as dissidências políticas de enfrentamento diante da gerência de crise do governo, e com o que ganha um maior espaço na disputa nacional diante das mobilizações populares.

Segundo Martins Filho (1987) podemos reafirmar que a fração do movimento estudantil no contexto de oposição ditatorial, evidencia-se pela sua proveniente origem de classe social, pois a sua sobrevivência organizacional diante da militarização, também está no distanciamento de frações organizativas da cúpula e das bases de massas. Isso se demonstra quando os setores médios enfrentam a repressão e as arbitrariedades da cúpula militar, pois gradativamente os setores que apoiavam à militarização do Estado, empresários, religiosos, conservadores, liberais, nacionalista de direita, se afastam do amparo autoritário desde o golpe militar de 1964.

De tal maneira, que a caracterização desse movimento enquanto resistência estudantil é referente à sua expressão de classe social que permeia às correlações políticas. Pois, nota-se qual a conjuntura política juvenil estudantil das quais não sucumbiram ao golpe militar de 1964.

---

<sup>8</sup> São processos reorganizativos de ruptura política. Cabe uma outra discussão mais densa e apropriada, sobre os rompimentos e as cisões políticas internas desde o PCB, isso relacionadas entre as outras dissidências e fusões de agrupamentos e partidos socialistas e comunistas, algo bastante comum da esquerda. Tudo isso na vanguarda revolucionária desse período de tensão a militarização do Estado, com aproximações subsequentes entre as organizações e nas fusões políticas estratégicas da época ditatorial.

Numa primeira abordagem, é possível propor que as raízes sociais do movimento estudantil – e especialmente a participação da classe média na contramobilização golpista de 1964 – impediram uma redução mais intensa às suas áreas militantes, semelhantes à que ocorreu nos meios camponês e operário. Em tais condições, foi possível reorganizar gradualmente a oposição dos estudantes às medidas tomadas pelo governo para a universidade, medidas estas que atingiram algumas das principais conquistas do meio estudantil na fase populista. [...] **os primeiros acenos da resistência às iniciativas do governo militar partiram das organizações sobreviventes ao golpe, com um signo liberal-elitista.** Não obstante, outro fator e fundamental relevância pesaria favoravelmente a retomada da luta dos estudantes: trata-se da sua autonomia organizativa frente ao Estado, que impediu o desmantelamento do sindicalismo estudantil no mesmo nível que ocorreu nos sindicatos operários. A partir daí, tornou-se possível o revivescimento das tendências estudantis de esquerda e a retomada das entidades por essas correntes, mesmo numa situação de semi-clandestinidade. (MARTINS FILHO, 1987, p. 78, **grifo meu**).

Analisa-se nesta fração do movimento estudantil enquanto uma proveniente categoria social privilegiada, e que se evidencia por uma forte dinâmica proveniente de instrução formativa educacional, cumulativa de suas dimensões nos campos social-político-cultural. Pois, é a partir de uma vinculação direta com o acesso à formação do ensino superior, tendo por caráter transitório anteceder a atuação profissional no mercado de trabalho formal, que possibilita o processo crítico formativo da juventude atuante.

Segundo Almada (2020, p. 212) mesmo que “ainda que se lhes possa atribuir o caráter pequeno-burguês ou individualista, é notável que as classes médias emergiram como novos atores, provendo reivindicações culturais, identitárias e de acesso e distribuição de bens e privilégios”. Sendo assim, a emergência política que o movimento estudantil traz em situação deste recorte histórico, também não pode vir dissociado das disputas e das correlações de forças, apreendida socialmente das contradições históricas e estruturais do país.

Verifica-se diante disso, um chamado de atenção a um outro desdobramento nesse ponto de inflexão do movimento estudantil, é justamente sobre a possibilidade e a movimentação acerca de uma eventual resistência política pelo confronto armado, entre os estudantes e os militares. Ressalta-se que isso também se deu como uma tentativa radicalizada de sobrevivência, como uma saída política encontrada por uma fração da cúpula de vanguarda estudantil desde a crise do período final do populismo.

Os deslocamentos dos sujeitos políticos do movimento estudantil em detrimento ao ideário juvenil estudantil, podem ser percebidos diante do afastamento político da juventude pertencente à alta classe média liberal, porém é isso que também resiste ao golpe a partir dos seus privilégios oriundos de classe média. Com isso, há uma reafirmação substancial ao imaginário na condição do ativismo juvenil do movimento estudantil, em particular a juventude que passa pela aproximação da velha esquerda de característica sindical à nova esquerda estudantil cristã, operando também na consolidação popular de uma aliança revolucionária.

A juventude do movimento estudantil universitário durante a Ditadura Militar, no que remete às suas organizações e agrupamentos estudantis, e pela sua forte atuação política dentro das universidades, se aponta como a categoria em destaque de maior enfrentamento contra o regime. Na evidência de um reforço ao ideário juvenil estudantil que também se dá diante de uma aliança com as pautas de reivindicação popular-trabalhista do período.

Na leitura de conjuntura política junto com a prática política, adotada desde a luta pelas reformas de bases socioeconômicas e até diante da conjuntura desse novo quadro de situação antiditatorial, acaba por corroborando na refutação crucial de que a resistência juvenil do movimento estudantil, acaba por exercendo uma eminente evidência cumulativa a radicalizar-se pela *práxis* revolucionária da luta armada.

A singular inflexão de deslocamento político da juventude, também está inscrita sob as novas perspectivas de análises práticas, sobre os setores de grupos armados no auge da prática política revolucionária. Segundo Almada (2020), durante o período das lutas de 1968, há uma aproximação das correntes estudantis marxista do maoísmo e do leninismo, em um crescente interesse com o modelo de voluntarismo subjetivista e da ação guerrilheira da esquerda.

O surgimento de “novos sujeitos revolucionários” em contraposição à hegemonia das lutas sociais organizadas pela classe trabalhadora, a qual era prescrita pelo marxismo ortodoxo, permitiria, pelo menos teoricamente, atribuir o papel de “catalizador” de novas lutas sociais ao movimento estudantil, gerando círculos inéditos de mobilização e de agregação pela New Left, como os imigrantes, o movimento negro, os movimentos feministas, as lutas por direitos políticos e civis, os movimentos de libertação nacional e anti-imperialistas. (ALMADA, 2020, p.207-208).

Observa-se que o engajamento da resistência estudantil, com base no conteúdo de classe e na correlação política, da alta classe média liberal-elitista com as lutas sociais gerais vem desde a fase populista, e ganha mais notoriedade quando a esquerda cristã toma frente às lutas populares, quando a sua perspectiva fração de organização resiste até mesmo ao golpe militar. É uma trajetória permeada pelas disputas políticas, mas que em significativos momentos atua de forma aliada no conjunto das reivindicações da classe trabalhadora, na composição de frentes amplas nacionalistas e democráticas contra o imperialismo, de campanhas, marchas, greves e alianças pragmáticas antiditatoriais, pelas liberdades democráticas, contra a violenta repressão, no combate e oposição à Ditadura Militar.

A situação dos protestos antiditatoriais, ainda mais no pós golpe de 1964 e durante a segunda metade da década de 1960, ganham a adesão do restante das classes médias, pois até as camadas sociais na resistência de oposição liberal-elitista e antipopular também foram afetadas pelo forte autoritarismo do regime militar. Diante da ação excludente da Ditadura Militar, pela perseguição política, pelo uso excessivo da violência como força repressiva nas

manifestações. É isso que muda a situação de apoio tácito das classes médias de antes, mesmo que de forma implícita e conivente à militarização do Estado, dos arranjos sociais e das correlações de forças políticas, pois “a nova situação política afastava a alta classe média de sua aliança tradicional com burguesia comercial.” (MARTINS FILHO, 1987, p. 80). É isso que vem a realocar as classes médias na direção política do movimento estudantil, em um novo quadro de situação antiditatorial e nas grandes manifestações pela resistência popular da democracia, de forma intermediada pela constante prática política, tanto de caráter vanguardista revolucionária quanto de um reforço e associação ao ideário juvenil estudantil.

Mesmo havendo certa divergência de posições internas na vanguarda do movimento estudantil em relação ao eixo central dessas manifestações antiditatoriais, quanto a luta específica pela reforma universitária e quanto a luta política contra a ditadura, e até não havendo mais consenso entre as elites por aquele pacto desenvolvimentista modernizador. Observa-se que a direção do movimento estudantil é pela sua correlação política, além da composição social e do seu conteúdo de classe proveniente, mas também pelos tensionamento de disputa, de maneira conflituosa com o direcionamento político e diante da conjuntura do regime militar.

A vida artística e cultural da juventude nesse contexto do movimento estudantil, é outro fator de suma importância neste período de tensão política e de militarização. Pois, os movimentos artístico-cultural dentro e fora das universidades, impulsionaram às valorosas organizações do pensamento crítico à conjuntura política do país. Como à caravana nacional da “UNE-Volante: uma universidade chamada Brasil” em 1962, e entre outras em situações de clandestinidade, como nas formações políticas no Centro Popular de Cultura (CPC da UNE), que foi extinta no golpe militar de 1964.

Com isso, as expectativas das juventudes estudantis são dinamizadas por ferramentas críticas, como peças teatrais e apresentações artístico culturais. Servindo como instrumento de comunicação por mensagens políticas entre as organizações revolucionárias clandestinas, para realizar encontros, seminários, assembleias e debates pela Reforma Universitária, mobilizar para greves e manifestações pelo país. Mesmo que após o golpe militar avançam as medidas de impedimento da atuação política e da autonomia no movimento estudantil, como a instauração de inquéritos de crimes contra o Estado e a Lei Suplicy<sup>9</sup>, por exemplo.

---

<sup>9</sup> Instrumento golpista-legal de controle e coerção das entidades estudantis, onde atuava desde pela subordinação e anulação, com medidas autoritárias e contra a autonomia das universidades, de impedimento da atuação, organização, representação política do movimento estudantil, para o que desarticulava o meio universitário e colocava a UNE na ilegalidade. Segundo Martins Filho (1987, p. 85) a “política ditatorial para o meio estudantil, define-se com rapidez, não pela ‘depuração’, mas pela *extinção* pura e simples da UNE e das demais entidades estudantis regionais”, e a Lei Suplicy de 1964, foi um exemplo disso.

Segundo Martins Filho (1987), podemos perceber que a progressiva radicalização do movimento estudantil durante a Ditadura Militar, também segue por uma onda subsequente de protestos denunciando as violentas repressões. Desde o atentado e incêndio ao prédio sede da UNE no dia do golpe militar em 1964, passando pelo “Massacre da Praia Vermelha” em 1966, ambos no Rio de Janeiro. Manifestações em solidariedade universitária que tem maior força em 1968 com a “Passeata dos Cem Mil”, com a ampla participação de setores da sociedade civil organizada, além de artistas e intelectuais da época. Em resposta a isso, vem o Ato Institucional Nº 5 ao final daquele último ano, talvez esse tenha sido o pior momento da resistência popular nos chamados “anos de chumbo” da história brasileira, que de forma extremamente autoritária deixou um saldo de censura às artes críticas, direitos políticos suspensos, cassação de mandatos, exílio, tortura, desaparecimento e morte aos opositores à esquerda revolucionária e armada.

Somado às manifestações antiditatoriais no Brasil, a conjuntura internacional de contestação juvenil estudantil também serviu de estímulo como um legado cultural. Como as decorrentes campanhas político-ideológicas com a Revolução Cultural da China, com o movimento *hippie* nos EUA pregando a paz e o amor no Festival Musical de Woodstock em 1969, e contra a brutal violência da Guerra no Vietnã — tudo isso na maior efervescência da contracultura da subjetividade e da subversão dos ditos novos sujeitos políticos.

Além do mais, o caráter radical da pertinente prática política é constituído desde a emblemática resistência do movimento estudantil no maio de 1968 na França, e isso carrega um ideário político no itinerário das suas lutas sociais de forma mais geral. E ao que se localiza no mesmo reforço daquele ideário juvenil e por seu ativismo estudantil. De forma mais radical, até também por aderir a proposta de uma luta armada pela revolução brasileira, pois assim se alinhava politicamente com o que acontecia nestas candentes reivindicações juvenis estudantis.

Observa-se que a singular inflexão no deslocamento político do movimento de juventude universitária cristã, de forma mais prática com as aspirações humanistas e sob a Teologia da Libertação, está na divergência pelo caminho trilhado que é entre as “massas” de estudantes e a sua cúpula, de posição política de vanguarda revolucionária. Na atenção de que as reorientações políticas são expressadas como uma nova fase de recrutamento estudantil, por onde também se propõem uma saída política proletária para a realidade de crise do país.

Com um pretencioso imaginário de auto produção e pós modernização do capitalismo no período do pós guerra, é uma pauta identitária se amplia na análise entre modelos prováveis das violências do futuro. Percebe-se que há um reflexo no processo político identitário e formativo das juventudes, principalmente em consolidação como um presente ideário político que vem desde com o seu legado cultural no cenário de resistência do movimento estudantil.

No sentido de demonstrar como uma força crítica de situação política na progressiva radicalização popular do movimento estudantil, de forma mais ativa e organizada só que à esquerda e armada, sob uma referência de seu ideário de ativismo juvenil e também enquanto sujeito político. A singular inflexão de análise política na conjuntura do país, aqui é apreendida pela luta armada, diante das correlações de forças pela cumulativa formação social do pensamento crítico e da prática política nas ações coletivas estudantis. Embora, reconhecendo na juventude cristã do movimento estudantil, enquanto a força mais ativa e organizada no período, não resumindo-a ao movimento estudantil somente nos acontecimentos de 1968, que marcaram a juventude mundial, mas referente às suas formativas organizações revolucionárias.

Levando em consideração estas perspectivas de conjuntura política, aponta-se pela decorrência de uma geração de lutas, como no *surgimento de uma nova cultura política*, com repertórios de “rebeliões sociais, juventude, repressão política, protagonismo estudantil e operário, contracultura, individualismo e resignação da modernidade, modernidade e pós-modernidade, a composição de relatos memorialísticos ou revisionistas”. (ALMADA, 2020, p. 202). Diante disso, esse fato de ordenamento analítico, vem a demonstrar o que permeia a construção desse ideário político da juventude estudantil, desde o percurso acadêmico com seus privilégios e fundamenta-se até por exercer uma certa nova cultura política juvenil estudantil.

O período até o maio de 1968, é comumente analisado como um alicerce na história da juventude e do movimento estudantil internacional, atrelado também com uma categoria de análise, justamente através das suas ações políticas e da conjuntura estudantil revolucionária de resistência. Por entre outros diversos fatores que nas gerações subsequentes, nos ajudam a possibilitar novas abordagens e perspectivas de análise, principalmente sobre a prática política, do ideário juvenil e da sua participação estudantil nas lutas sociais de cunho popular.

Sobre a expressão de uma nova cultura política juvenil estudantil em sua resistência, dentro do campo organizacional dos movimentos sociais, podemos inferir tal análise pela categoria política de deslocamento da juventude estudante, como mais um singular desdobramento daquele ponto de inflexão política. Pois isso, é também um nexos analítico para além da construção de uma identidade aglutinadora das juventudes estudantes em uma ascendente, tal como argumenta Mische (1997) em:

A identidade forte de “estudante” se tornou um prisma para múltiplas dimensões dos projetos emergentes dos jovens da classe média universitária, dentro de uma dinâmica radicalizante de oposição política. Isso não se deve a uma lógica intrínseca ou “destino histórico” de estudantes como categoria social, mas resultou da estrutura específica de suas redes sociais, concentradas principalmente na família e, mais importante ainda, nas universidades. (MISCHE, 1997, p. 140).

Com a consolidação política do movimento de juventude estudantil, pela forte retomada da esquerda cristã no meio universitário brasileiro, também se observa sob uma força motriz de transformação social, que de certa forma atua em conjunto dessa concepção de vanguarda revolucionária que o movimento de juventude estudantil propunha e dispunha na época.

O percurso histórico do movimento estudantil correlacionado pelas disputas políticas internas e pelas contradições sociais, havendo nas posições de vanguarda universitária uma progressiva e forte radicalização da luta de classes; é onde a vanguarda revolucionária estudantil atua no período final do populismo de maneira mais acentuada na defesa da democracia popular.

## CAPÍTULO 2

### **Por um radical exercício da democracia e da cidadania junto à formativa participação dos novos sujeitos políticos**

A luta de classes é o pano de fundo das mobilizações populares no Brasil, em um recorte desde o colapso do populismo, passando golpe militar e até chegar no período de redemocratização do país. Diante da formativa participação da juventude do movimento estudantil enquanto sujeitos políticos, ao que decorre pelas novas formas organizativas de suas ações práticas, assim permeada por deslocamentos de sentido prático da conjuntura política.

Com um processo de caracterização estudantil junto à conjuntura da cidadania social, as novas ações coletivas de políticas em conexão de novos sujeitos políticos, acabam indicando a possibilidade de uma tênue ação conjunta com o projeto político democratizante. No sentido de um aprofundamento democrático do conceito de cidadania em sua aplicabilidade, no que o projeto político neoliberal comumente ao Estado tende a se desassociar das funções sociais.

Embora seja baseado em uma propagação cultural de uma dita consciência cidadã, aponta-se elementos participativos dentro das características democráticas neoliberais, que se têm, mesmo visando à garantia e a estabilidade dos direitos fundamentais conquistados. O contexto da redemocratização a partir da participação da sociedade civil, como um cumulativo desdobramento de novas ações de políticas práticas, por entre a formalidade da participação cidadã na esfera pública e uma nova concepção democrática de cidadania mais radical.

A estratégia política da participação cidadã dos novos sujeitos políticos exerce um caráter de mobilização pontual nos espaços públicos institucionais. Avalia-se até uma parcial ambivalência à crítica da filosofia política, no coincide também em uma correlação institucional enquanto produto de mercado, permeada de políticas que fundamentam boa parte da lógica de construção identitária de participação social e política nas instituições públicas e privadas.

A cidadania praticada de forma mais radical também incide no campo de uma ação ético-político, decorrente das práticas e experiências dos movimentos sociais anteriores. Mesmo atrelado na lógica da indústria cultural de mercado e na delegação de funções públicas, isso passa a exercer um caráter mais disperso no meio universitário. Sendo assim, aponta-se na formativa participação dos novos sujeitos políticos, a conferir um fator substancial de forma mais ativa, como um elemento central da gestão política por uma real transformação social.

## **2.1 Por uma memória dos movimentos sociais que dê sentido às lutas do presente**

Analisando de forma prévia que a matriz histórica do Brasil, é marcada por golpes legais e por medidas autocráticas pelo controle de poder — desde a colonização com a sua herança elitista escravocrata, passando pelos regimes populistas e autoritários, pelo esforço de um projeto político democratizante e mais participativo, e até mesmo nos governos de frente popular. É perceptível a manutenção de abismos nas desigualdades sociais, da forte exploração da mão de obra e do trabalho precário, de inúmeros enfrentamentos à dita ordem do progresso. As diferentes abordagens sobre a história e os paradigmas dos movimentos sociais na América Latina, com algumas peculiaridades de análise no Brasil, perpassam por diversos momentos de tensionamento político ao enfrentamento institucional no avanço do projeto democratizante.

Analisa-se o percurso histórico de algumas ações coletivas como uma constante disputa contra as forças hegemônicas, em significativas manifestações como por exemplo: apresentando já o ensaio de algumas características populistas de organização social desde o Estado Novo (1930-1945), ressaltando as mobilizações do campo democrático popular pelas reformas de base na fase final da República Populista (1945-1964), também do movimento de resistência popular contra a Ditadura Militar (1964-1981). Destacando neste as contundentes políticas formativas da nova participação do movimento de juventude estudantil, sob a mudança de período ao que projetaram o seu resultante protagonismo juvenil estudantil.

Não distante das campanhas e dos acontecimentos internacionais cumulativos do século XX, a inserção social da formação identitária da nova concepção de cidadania, está por entre fatores de relevância na análise cumulativa do materialismo histórico dialético. Com as visões interpretativas de tensões geopolíticas, com nas decorrentes disputas de narrativas político-ideológicas que vem desde a Guerra Fria, assim como na formação de novos blocos econômicos de industrialização como os Tigres Asiáticos e o Mercosul, também aos processos simbólicos e culturais de ruptura como a queda do Muro de Berlim e a chamada Cortina de Ferro, junto com o início do colapso do comunismo no Leste Europeu em 1989 e até por fim, com a dissolução da então União Soviética em 1991.

Apreende-se concomitantemente a estes eventos mundiais com o contexto nacional de tensões políticas, durante as décadas de 1970 e 1980, que passa necessariamente pela conjuntura do Movimento Feminino de Anistia em 1979, pelas mobilizações político-populares na campanha das Diretas Já entre os anos de 1983 e 1984 e com o fim da Ditadura Militar, no processo de abertura democrática e pela participação popular já na Assembleia Constituinte em 1987, em suma com a Constituição Federal chamada de “cidadã” em 1988 e que chega até nas circunstanciais mudanças de período do movimento estudantil com os “caras pintadas” já em 1992, como um cruzamento de sentidos na dissonância da prática política cidadã.

Localiza-se nesse período de eventos um contexto de reabertura política pós ditatorial e de “redemocratização”, passando pela participação popular da Constituição Federal “cidadã” de 1988, nas cumulativas ações coletivas dos movimentos sociais que sofrem uma inflexão operativa na dita nova cultura política. Somados com os adventos da globalização neoliberal, avalia-se que há um deslocamento organizativo na estratégia de ação coletiva, que se amplia junto a outros espaços de reivindicações específicas como: partidos, conselhos, associações, organizações não-governamentais (ONGs), etc.

Segundo Dagnino (2004) para compreender o esforço dos movimentos sociais na construção de uma sociedade democrática, é necessário apreender os problemas do país, com o que se configura em um *apartheid social* enquanto matriz histórica. Diante principalmente da reprodução das desigualdades sociais, de uma cultura política autoritária de exclusão baseada profundamente em critérios elitistas de classe. A problemática que o Brasil enfrenta quanto à disputa de um projeto político democratizante mais participativo, e no aprofundamento da democracia e da cidadania na sociedade brasileira, está enraizada em uma *confluência perversa* de projetos políticos bastante distintos entre si. Mais ainda pelo que são decorrentes nesse processo de construção política e de narrativas históricas que ainda se encontra em disputa, sendo assim, por onde é mais perceptível uma organizativa redefinição da ação política e cultural neoliberal.

Atenta-se que as disputas políticas de interesses sociais internos são travadas pelos movimentos sociais ao longo de sua conjuntura histórica, que também exigem constantemente lançarmos um outro olhar reflexivo sobre a insurgência de seus paradigmas. Até na caracterização de suas novas ações sociais e políticas, chamando atenção pelas quais modalidades práticas são inseridas na dinâmica de conjuntura do movimento. As ações sociais que se constituem pela melhoria da qualidade de vida implicam em mudanças pela conjuntura política, isso no reflexo de mobilizações populares e por transformações sociais, almejando-se assim profundas mudanças na configuração sócio-histórica do país.

Segundo Dagnino (1994, p. 103) em um espaço de debates a partir da década de 1980, é onde a apropriação do conceito de *cidadania* também é delimitada, por um valor contemporâneo emergente de uma *nova noção de cidadania*. Pois, os parâmetros políticos e históricos indicam e disputam uma inflexão de seu significado, em um *nexo construtivo* entre as dimensões de *cultura e política*, sendo que tem como caráter intrínseco a ampliação dos espaços sociais e dos sujeitos políticos. Mesmo diante da organização política e da relacional estratégia do projeto democratizante, podemos vir a perceber também que há um forte *autoritarismo social*, que permeia toda a cultura de construção democrática e assume um caráter crucial na América Latina, especificamente no Brasil.

Observa-se curiosamente em comparação também daquilo como vimos anteriormente em Martins Filho (1987), com aquilo que apontou-se sendo desenvolvido pela alta classe média como um “autoritarismo de crise”, para reafirmar a aspiração e posição social sobre a estratégica posição neoliberal do projeto democratizante. Há um efeito de demanda organizativa da classe média para o Estado, isso acaba afetando a lógica de organização social. Pois, é esta camada social que exerce uma cidadania política e que vem a costurar a matriz histórica de todas as relações de classe e dos ordenamentos da sociedade, ainda mais sobre a manutenção das desigualdades sociais construídas de forma hierárquica.

Na atenção de que seja uma consistente interlocução pública de mecanismos frente à uma nova cultura política propositiva. Percebe-se assim os deslocamentos de sentidos de democracia e de cidadania, que se dão pela garantia de novas ações políticas e desses novos direitos socialmente conquistados, por consequentemente deslocando-se pelas perspectivas das correlações de forças dessa disputa política. Ressaltando que a partir da dinâmica organizativa institucional da participação da sociedade civil, também ocorre uma forte convergência estratégica pela redefinição da política cultural neoliberal, em suma na composição e aplicação dos conceitos de cidadania e democracia institucional.

Analisa-se os processos organizativos de participação democrática da sociedade civil após a dita constituinte cidadã, em um sucinto recorte de expansão ou alargamento de cidadania democrática, que por vezes ocorre com uma forte intervenção social proveniente de políticas públicas sob propostas mediadas com as instituições. As lutas sociais e a construção democrática da política e do espaço público, se realizam por entre tênues relações de poder convergidas, em disputas políticas e ações práticas de maneira específica, que também aprofundam esse entendimento político de participação democrática da sociedade civil e da ação coletiva organizada no âmbito institucional.

Destaca-se as novas ações políticas de direitos sociais conquistados pelo nexos construtivo de uma nova cultura política propositiva de inclusão, na construção emancipatória de uma sociedade democrática como horizonte, pois “os movimentos passaram a pautar uma nova agenda de demandas, e uma nova cultura política também é construída, alterando as políticas públicas vigentes.” (GOHN, 2011, p. 347). Ressaltando, quando no campo dos movimentos sociais, há uma alteração no teor dessa composição política na institucionalidade. A formativa participação das novas políticas públicas mesmo que com a ênfase neoliberal, acabam por determinar as questões de cidadania e de democracia na sua aplicabilidade.

Segundo Gohn (2011) sobre a relação dos movimentos sociais e educação, é pertinente pensar a partir das ações práticas e do caráter radical com os novos sujeitos políticos por novas formas de ações coletivas organizadas. A experiência social no contato com a realidade e com a diferença do outro, vem a recriar-se cotidianamente por um resgate de uma memória social e avaliando-se que está em constante movimento. E valida-se também por um substancial valor cumulativo e organizativo, por esse encontro das experiências pelas dimensões social-político-cultural ao que venha dar sentido às suas ações coletivas nas lutas atuais.

Indica-se um potencial fator de resistência com as experiências concretas dos movimentos sociais, de representações simbólicas e de políticas afirmativas nos discursos políticos para as suas novas ações práticas, que se dão por meio de trocas pertinentes nas interlocuções dos fenômenos sociais. Para poder realocar o exercício político de uma cidadania mais radical, é necessário apreender a formativa participação com o projeto democratizante, juntamente com a sua radical inserção social. E isso, assim ajuda a construir modelos criativos de inovações pelas dimensões social-político-cultural, projetando conseqüentemente em seus participantes um forte vínculo político de engajamento e de pertencimento social.

## **2.2 A social formação identitária de ações práticas de políticas pela nova concepção de cidadania e a sua inserção no projeto político democratizante**

O processo de construção democrática cidadã permeia diversos aspectos participativos, e tem a partir da experiência concreta dos movimentos sociais mais um espaço educativo e organizativo, na prática relacional e direcional da nova cultura política ou de direitos sociais conquistados, por também daquilo que envolve uma nova noção de cidadania, de forma mais ativa e propositiva. Onde estas novas ações práticas de políticas coletivas frente à reorganização social, ocorrem de forma sistemática em movimentos de redes organizativas e que atuam por meio de suas relações sociais, com objetivos estratégicos de engajamento político.

Levando em consideração, que os eventos resultantes de transformações sociais e que de alguma forma estão conexos pela ótica do materialismo histórico dialético, isso para ajudar e poder pensar as novas ações coletivas como estratégia política junto com o projeto democratizante. Apreende-se a insurgência da prática política democrática de cidadania com o advento político da globalização neoliberal, que está presente nos diversos âmbitos dos movimentos sociais e de atravessamentos culturais.

Diante disso, é que podemos perceber como os movimentos sociais, de então e os novos sujeitos políticos, se organizam e se mobilizam nessa busca articulada pela consolidação de direitos sociais, políticos e civis. Sendo assim, verifica-se que a prática política destas novas ações sociais também é constituída pelas insurgências dessa nova noção de cidadania, com o que aparentemente é parte combinada de uma formação social identitária substancial ao projeto político democratizante, tudo isso atrelado sua aplicabilidade por via de um democrático exercício político. A partir desse período e das sucessivas análises dos acontecimentos, compreende-se algumas destas reformulações decorrentes da própria cidadania que implicam nas novas práticas das ações políticas coletivas.

Segundo Arroyo (2015) sobre os movimentos sociais na construção de outros currículos educacionais, também podemos perceber a produção de uma cultura contra hegemônica e mais radicalizada. Como uma ressignificação especificada e operada pela experiência do direito, no sentido de garantia da cidadania e da democracia, nas quais as relações sociais se estruturam. Os conflitos políticos da sociedade os movimentos sociais também apresentam até rupturas epistemológicas, às culturas, às artes, buscando pelo ensino-aprendizagem em uma luta pelo reconhecimento social de si, para assim serem exigidos justamente pela garantia desses direitos fundamentais. Aponta-se também por uma diversidade de experiências que não está isolada dos processos de produções materiais, pois no interior de suas relações de poder e de auto-organização os sujeitos políticos vivenciam a contradição social latente.

As afirmações das diversidades presentes nos movimentos sociais acabam servindo também de instrumento para reconhecer a existência das diferenças, pois são contribuições de enriquecimento educativo. Porém, “reduzir o reconhecimento das diferenças às contribuições termina ignorando e ocultando a produção histórica dos diferentes como desiguais” (ARROYO, 2015, p. 56). E não somente isto, atento que estas perspectivas não as delimitem de forma alguma estes novos sujeitos políticos no projeto democratizante, pois “os diferentes ao se afirmarem cidadãos exercendo uma cidadania radical desconstroem essa ênfase das diretrizes curriculares na formação comum para o exercício da cidadania.” (ARROYO, 2015, p. 57).

Observa-se sob uma correlação de forma simbiótica que é a fonte vital de saberes e de aprendizagens, que com o conjunto da sociedade civil, se correspondem na construção democrática e se propagam cotidianamente na busca pelas novas ações sociais em práticas políticas de forma mais propositiva, desde com a sua participação social nas instâncias e nas competências de poder. Nessa perspectiva da participação social no projeto democratizante, é que se percebe a necessidade da ação coletiva organizada para a construção de uma sociedade democrática, não somente pela institucionalidade das políticas públicas, mas resultante através da prática eminente de uma nova cultura política forjadas das lutas sociais.

As ações práticas de políticas lotadas por transformações sociais reais, que correlacionada de outras experiências de âmbitos diversos, permite analisar também as implicações das inserções éticas e sociais, como um ensaio político ao exercício radical da cidadania. Pensando assim, aponta-se as lutas sociais como um fator de democratização dos direitos políticos na esfera pública. Também como uma ampliação formal do exercício político de cidadania e democracia, imbricada sob a possibilidade das novas ações práticas de políticas democráticas, em uma promoção pontual pelas dimensões social-político-cultural de forma mais efetiva. Essas novas formas organizativas das ações coletivas cumprem um papel fundamental na disputa dessa nova concepção identitária da cidadania, com o que implica na consolidação da sua inserção social no projeto político democratizante.

Há uma relação estreita das políticas públicas e da governabilidade, visto que isso oscila diante do poder compartilhado com a sociedade civil, como por exemplo em organizações não-governamentais e projetos de reparação e de justiça social. Com isso, é fundamental também para perceber parte da dinâmica social de disputa de projetos políticos, principalmente às influências ao que está à sombra das políticas econômicas do projeto neoliberal, como marco das orientações do Consenso de Washington em 1989<sup>10</sup> — conjunto das políticas econômicas por acelerar o desenvolvimento dos países para globalização dos mercados.

Entre tanto, permeando as análises da conjuntura política neoliberal, pelo tendencioso entendimento de que há de uma incapacidade do Estado de suprir as políticas públicas diante das inúmeras demandas populares, mesmo concebida na tentativa de desautorizar as

---

<sup>10</sup> Foram 10 medias que agruparam as orientações do pensamento político econômico neoliberal na época, que refletem e acabam por influenciar os governos e as economias com ideais neoliberais. A partir das grandes crises do capitalismo, o “crash” da bolsa de valores em 1929, e a crise de desregulamentação do sistema monetário internacional e com os choques do petróleo em 1973 e 1979; somados com a devastação das guerras, a super produção e acumulação de capital, as economias e governos se voltam para acelerar o desenvolvimento e modernizar os países, pela abertura das economias ao mercado estrangeiro. Especificamente no Brasil ao longo da década de 1990, percebe-se que a sua implementação foi um conjunto de medidas políticas que resultou na chamada “privataria” dos serviços públicos, no bojo das mudanças no mundo do trabalho e do “precarizado” ao mercado informal.

responsabilidades sociais do Estado — isso é o que permite lançar um outro olhar contestador sobre a ascensão da estrutura neoliberal e da insuficiência dos seus projetos políticos institucionalmente, ainda mais sobre a narrativa produzida das mazelas sociais ao que submete a ação social coletiva sob a lógica de mercado.

Com a ofensiva da globalização e da democracia neoliberal nas políticas de austeridade econômica, em uma análise teórica e prático-política sobre os desdobramentos das contradições da dinâmica social, isso nos ajuda a perceber como se restringe a delicada função mediadora da participação civil e cidadã na estrutura burocrática do Estado, sendo por vezes mais delimitada do que deliberativa. E aqui aponta-se como uma fatídica expressão prática dessa estratégia política, ao que permeia o enfrentamento institucional do projeto político democratizante resultante por entre as ações sociais coletivas, ainda mais sobre o comprometimento pela democratização cidadã neoliberal junto aos instrumentos de interlocução.

Os Novos Movimentos Sociais<sup>11</sup> apostando em uma abordagem diferenciada da luta tradicional de sindicato e chão de fábrica, se impulsionam pela pauta e bandeira identitária, ganha até um aspecto psicossocial no sentido de afeto e na estrutura programática ganha até um espaço direcional, pela sua peculiar disputa política pragmática, isso devido também a uma imposição institucional sofrida. Visto que isso, é uma releitura de conjuntura e que atualiza a forma social organizativa, pois conecta os diferentes campos de vivências dos novos sujeitos políticos em uma formativa política prática, que se atravessam nas aprendizagens dos saberes. O ponto crucial da participação dos novos movimentos sociais infere em uma nova noção de cidadania, aqui sua inserção social ao projeto político democratizante é ampliada também pela luta dos direitos humanos, pelas políticas de abordagens culturais, de maneira coincidentes em estreitas ações práticas como forma de estratégia política.

A partir disso, é preciso levar em consideração também que na aplicação da nova noção de cidadania a partir da participação social, há uma crise de identificação e de mobilização que se deu com essa reorientação organizacional. Sob uma forte disputa política de conceitos e de aplicações, é a que as novas práticas de ações coletivas dos novos movimentos sociais se deslocam, também frente à proveniente lógica de mercado, que implica na sociedade civil uma pertinente estratégia política na busca pela igualdade social. Ainda mais quando no exercício

---

<sup>11</sup> Segundo Almada (2020, p. 205) são “novas concepções sobre os termos das revoltas sociais, da estrutura e da ação, da construção dos sujeitos sociais e suas distensões”, que abrem um campo de estudos. Diferente dos movimentos operários no início do século XX, estes são impulsionados por questões que se cruzam diante das suas identidades e por entre as camadas sociais. Segundo Gohn (2016, p. 10) percebe-se “este leque ampliou-se e hoje abrangem questões nas escolas como de gênero, etnia, nacionalidade, religiões, portadores de necessidades especiais, meio ambiente, qualidade de vida, segurança pública, paz, direitos humanos, direitos culturais.”.

democrático do direito político conquistado da cidadania social, aponta-se por entre as experiências prévias dos novos sujeitos políticos no seu cotidiano, em suma quando isso implica ainda mais formativos atravessamentos educacionais.

Verifica-se que a social formação identitária pela nova concepção de cidadania, apresenta uma inserção social na disputa do projeto político democratizante. Além disso, com os novos sujeitos políticos expressados até pela caracterização de uma cidadania contra hegemônica mais radical e propositiva, que se pontua pela diversidade e diferenciação com a reconfiguração das concepções formais da cidadania democrática.

Os diferentes ao se afirmarem cidadãos exercendo uma cidadania radical desconstruem essa ênfase das diretrizes curriculares na formação comum para o exercício da cidadania. Para o exercício tão radical de sua cidadania conquistada e exercida nas lutas por seus direitos cidadãos não esperaram o acesso à escola, aprenderam seu exercício radical da cidadania nas lutas por seus direitos cidadãos e do trabalho. (ARROYO, 2015, p. 57).

As táticas e estratégias adotadas em conjunto, indicam os novos formatos institucionais de disputa e de participação popular, diante de uma realidade nos movimentos sociais que é plural e configurada por suas próprias necessidades. Com ênfase nas experiências concretas e nas práticas de ação coletiva dessa estratégia política, assim como um democrático ensaio político ao exercício da cidadania radical, até para superar e para não vir a fortalecer aquela concepção cidadã do projeto político neoliberal, e além disso, para assim poder construir ativos os novos sujeitos políticos de direitos conquistados.

Segundo Dagnino (2004, p. 104), de forma prática podemos referir na concepção de cidadania à mesma noção de direitos, porém com a emergência da “nova cidadania assume uma redefinição da idéia de direitos, cujo ponto de partida é a concepção de um *direito a ter direitos*”, que politicamente também implica na construção de novos sujeitos de direitos, em uma progressiva ampliação de seus significados.

Ressalta-se também em Miranda (2009, p. 225), quando referente a estas abordagens, que “(re) valorizaram temas geralmente minimizados pelas esquerdas tradicionais, como os movimentos por direitos civis, significando uma reconfiguração da idéia de democracia como um espaço de criação para novos direitos”. Diante disso, é o que as novas ações práticas de políticas na construção democrática, dar-se-ão justamente pela estratégia da participação cidadã e dos novos movimentos sociais em uma nova cultura política de formas mais prática. Com a ampliação democrática operada por deslocamentos de conceitos que são aparentemente sinônimos, em uma constante disputa de significados, onde cada vez mais é pertinente das novas ações de direitos sociais e também proveniente dos novos sujeitos políticos.

Apona-se que são estes os fatores direcionais na análise conjuntura dos movimentos sociais, que de forma dissidente, a prática política se intervém pela cultura democrática e isso também está em correlação às insurgências práticas do movimento estudantil, quando este propor-se-á pela nova *práxis* democrática de cidadania. O conceito se dá no campo estratégico do conflito e se demonstra pela pertinente tática das novas ações práticas de políticas, até pela institucionalização dos movimentos sociais, ou até mesmo, como no marco formal de um projeto democratizante mais ativo e propositivo mediante desde a dita constituinte cidadã.

### **2.3 A estratégia cidadã na crise de conjectura da cidadania social**

As mudanças estruturais com o processo da redemocratização do Estado na Constituição Federal “cidadã” de 1988, reconfiguram-se também com as novas formas de enfrentamento político institucional e da organização social coletiva. Com isso, é pertinente chamar atenção para um substancial fator de diferenciação política, junto ao movimento estudantil da geração de 1968 e após a Ditadura Militar, principalmente caracterizando à dispersão da prática política adotada após a redemocratização, entende-se por quanto à estratégia cidadã da participação.

Posto isso, é com essa perspectiva analítica das conjecturas juvenis estudantis que permeia a crise de formação identitária da cidadania social. Corroborando com Mische (1997):

Em contraste, o período posterior de reestruturação democrática, nos anos 80 e 90, é caracterizado pela dispersão crescente das redes juvenis. Os anos formativos dos jovens não são limitados à família e às universidades, mas acontecem em contextos sociais, culturais e políticos mais diversos, englobando um campo maior de possíveis (e às vezes contraditórios) projetos pessoais e coletivos. Por isso, a categoria de “estudante” não tem a multivalência necessária para servir como um prisma para a diversidade de projetos-em-formação dos jovens nos anos 90. Daí a necessidade de uma identidade mais abrangente (e ambígua), evidente no universalismo formal de “cidadão.” (MISCHE, 1997, p. 140).

Segundo Gohn (2011) com a emergência de outras formas e de iniciativas de participação democrática, da sociedade civil organizada mediada com os governos, mesmo que estes mecanismos coincidem em uma herança marcante do associativismo e da solidariedade social, comum dos movimentos sociais tradicionais, mas, que aqui se dá com alguns pontuais diferenciamentos ativistas de corrente ideológicas.

Nesse contexto, também sobre a referente participação democrática da sociedade civil na prestação de serviços públicos, sob o ponto de vista da problemática intervenção das velhas práticas políticas, é que se demonstra como que estas ações vêm a intermediar a estratégia política da participação cidadã, principalmente quando se inferem pela institucionalização da agenda política dos movimentos sociais.

De acordo com Dagnino (2004, p. 108), podemos observar que há uma subordinação na estrutura do projeto neoliberal pela “construção da cidadania”, quando os deslocamentos de “cidadania” e “solidariedade”, ensejam empecilhos burocráticos determinantes para a sua dimensão de disputa política, e isso corrói as referências à responsabilidade pública. O forte vínculo do exercício da cidadania neoliberal emergente, que também implica até por limitar o próprio processo de democratização, justamente é o que também detém uma perspectiva geral de desmobilização na conjuntura dos movimentos sociais, pois é uma certa “cilada” diferenciada com um efeito perverso. Diante de enfoques legítimos dessas diferenças em alargamentos institucionais, cabe aqui em outro momento um estudo mais refinado sobre essa afirmação enfática sob as diferenciações práticas do ativismo cidadão.

Há de se problematizar aqui uma perversa disputa, em suma com a prestação dos serviços públicos, frente à desmobilização social que as ações coletivas enfrentam com a sua institucionalização política, onde quando por exemplo “as ONGs passam a ter muito mais importância nos anos 1990 do que os próprios movimentos sociais” (GOHN, 2011, p. 343). Constata-se aqui um desenvolvimento forçado pelo projeto político neoliberal, implicando em uma série de ressignificações práticas do exercício de democracia e de cidadania.

Verifica-se que há um trânsito político das responsabilidades sociais e dos dispositivos de aplicação das políticas públicas, isso além das diferenciações de práticas e de interesses internos da própria participação civil. Apreende-se então com isso um ambiente permeado por complexas relações estratégicas de identificações, que vez ou outra se aproximam e se distanciam, de acordo com a situação de seus interesses de projetos políticos distintos. Porém, é fato imprescindível ao que também se demonstra sem precedentes, como uma possível saída dessa armadilha, por uma convergência cumulativa da prática política diante da radical estratégia cidadã ao projeto político democratizante, sem fortalecer a concepção neoliberal.

Ainda segundo Dagnino (2004) compreende-se a *confluência perversa* como uma tensão no avanço democrático que implica dois projetos políticos distintos, e isso nos ajuda a perceber como a sociedade civil se incorpora no campo da disputa política institucional, nos sentidos das quais se promovem como um canal participativo e até de mediação ético-política. O projeto político democratizante expressado pela confluência das políticas públicas no contexto da constituinte cidadã no Brasil, se defronta com a estratégia do projeto político neoliberal e se correlaciona de forma perversa com as instituições do Estado.

A fim de aprofundar a noção de democracia mais radical e propositiva, por conseguinte destacar o caráter administrativo que ascende com essa nova cidadania neoliberal, mas também sobre uma participação popular efetiva na gestão dessas políticas públicas. Sendo assim, a

*confluência perversa* faz com que a sociedade civil esteja num impasse prático que se agrava diante da ação concreta do avanço democrático, pois nesse dilema de projeto também se exige uma sociedade civil mais ativa e propositiva, afim construir os espaços políticos.

Diante disso, podemos ainda analisar que em uma consciência cumulativa desses interesses políticos, também se reduz a visibilidade política das pautas em uma forma meramente representativa e com pouca participação de forma deliberativa. Apresenta-se como uma crítica preliminar ao conteúdo de classe dessa participação cidadã, ou até de uma cidadania de classe mais específica que atua em conjunto com a sua emergência institucional após a redemocratização. A função política que atua de maneira limitada na gestão das políticas públicas, enseja uma aparente politicagem homeopática, na medida em que também se assegura doseadamente como um direito político conquistado.

Verifica-se, que é na viabilidade da participação política como compartilhamento e de acesso aos possíveis direitos, que a crise da cidadania social está em uma disputa de conceitos deslocados, na tentativa de remediar uma insurgência radical de novas políticas e para o seu enfrentamento das desigualdades sociais. Ainda mais, sobre as formas e modelos de organizações descentralizadas e autônomas, que são correspondentes para além das novas ações práticas de políticas, que se propagam pelo advento das políticas públicas de cunho neoliberal.

Segundo Goulart (2015) quando há uma crise política institucional e conseqüentemente da cidadania social, isso indica uma ineficácia dos direitos de participação e de representação, dá-se também como na insatisfação democrática e dos valores políticos. Há uma dificuldade da associação cidadã com a sua pouca coesão social, onde a partir de seus interesses perversos externos, se choca com uma nova cultura política e que ainda de consciência cidadã neoliberal é influenciada pela resultante prática política de forma radicalizada.

O ponto de partida para essas questões pode ser interpretado pela crise da cidadania social, assim como foi apresentada no pós-guerra, identificada a partir da tensão entre subjetividade e cidadania (Santos, 1994). Com o surgimento das democracias liberais, a cidadania social e a garantia de direitos civis, políticos e sociais passaram a funcionar como base jurídico-política de um sistema que tentaria equilibrar as relações entre Estado e Mercado. (ALMADA, 2020, p. 220).

Tal participação democrática cidadã da sociedade civil junto aos movimentos sociais, nas disputas pelas gerências de poder, nos ajudam a vislumbrar com as táticas utilizadas que podem e devem alterar a estrutura social. Em uma correlação de perspectivas que coincidem de forma mais abrangente, e que também se fortalece pelas demandas mais específicas de associativismo, tendo em vista às conquistas institucionais na consolidação política dos movimentos sociais. As novas ações coletivas de forma prática são imprescindíveis à

democracia, e que organizadas politicamente enquanto estratégias radicalizadoras, mutualmente se correspondem pelo avanço democrático, assim como na construção de espaços mais participativos, e é onde aplica-se uma nova cultura política de inclusão mais propositiva.

É um pertinente debate que produz ponderações ao conjunto dos movimentos sociais no fim do século XX, que diante da crise da cidadania social e da dificuldade de mobilização acaba por pautar na prática as políticas sociais. Pois, é a partir de uma abertura econômica ao mercado estrangeiro, de fatores externos com a modernização do Estado, que vem por deslocar as concepções discursivas pela construção de ativos sujeitos políticos de direitos conquistados, e é o que também enseja a sua aplicabilidade com a ampliação da democracia, como fonte dessa participação pelas dimensões social-político-cultural com a nova concepção de cidadania.

Sobre o processo de participação civil na esfera pública, de que forma se dariam essas táticas e estratégias políticas e no que isso implicaria, vale ressaltar o que perpassa pelas políticas que envolvem a projeção coletiva dos indivíduos, em parâmetros que revalorizam as condições objetivas e subjetivas da ação coletiva desses mesmos sujeitos políticos, no tocante resultante também das manifestações no espaço público.

De forma mais explícita, a singular inflexão operativa da nova cultura política sofrida pela conjuntura dos novos movimentos sociais, é uma estratégia diante do “novo associativismo, também chamado de participação cidadã, é mais propositiva e menos reivindicativo, sendo baseado numa concepção ampla de cidadania” (MIRANDA, 2009, p. 227). Sendo assim, a promoção dessa cidadania que ainda é neoliberal, vem por uma constatação de reconfiguração das políticas públicas, evidenciando-se como uma orientação meramente representativa diante da complexidade das demandas urgentes de mudanças sociais, mas que também é apreendida pelos novos sujeitos políticos e para ao que vem a determinar sua legitimidade de direito político conquistado.

Segundo Dagnino (1994, p. 106), embora “supor que o reconhecimento formal de direitos pelo Estado encerra a luta pela cidadania é um equívoco que subestima tanto o espaço da sociedade civil como arena política, como o enraizamento do autoritarismo social”. Aponta-se que essa distinção política e teórica, são reflexos complexos das medidas que se insurgem dessas novas ações práticas de políticas. A atuação dos novos sujeitos políticos permeia as diversas e mais densas camadas sociais em um reflexo também de um constrangimento burocrático desse projeto político. Por tanto, isto enseja uma proveniente barganha institucional, frente a esse modelo participativo e privilegiado pela convivência ou participação cidadã, e é preciso propor uma “reforma intelectual moral” aos cidadãos emergentes, no campo da ética como uma reflexão aos seus novos sujeitos políticos.

Segundo Gohn (2011, p. 355), pois há um esvaziamento da responsabilidade pública, e a tendência é de conduzir as políticas sociais para o campo da filantropia e da caridade, e os novos direitos conquistados são tratados apenas como benefícios concedidos, atendendo essa inovação que se oriunda das novas práticas sociais geradas pela sociedade civil. Percebe-se aqui, já o obscurantismo perverso daquela confluência política que se constitui na formalidade legal dos novos direitos políticos, onde a atuação dos novos sujeitos políticos também sofre uma inflexão bastante operativa de forma prática.

Diante disso, podemos identificar também como um movimento de refluxo político no enfrentamento das demandas populares. Onde a busca pela democratização nos serviços públicos, a partir da participação democrática, é corresponde de um trânsito institucional da sociedade civil para o Estado. Avalia-se que a inserção social da estratégia cidadã se dá sob as novas formas de relações sociais, mesmo sob uma crise de conjectura social, sob uma prática política de contraposição de uma viciada politicagem em forma do velho clientelismo político.

Na medida dessa dispersa despolitização provocada pela institucional delimitação democrática, oriunda da cidadania neoliberal participativa e representativa, com a fragmentação das demandas sociais na sua aplicabilidade, faz com que haja um deslocamento funcional dessas concepções de cidadania e de democracia. Em contra partida, nos movimentos sociais apresenta-se um proeminente debate sobre a insurgência e atuação ativa dos seus novos sujeitos políticos, e que diante de uma efetiva articulação que se dá entre a mobilização e a institucionalização, os mecanismos e formatos de participação social podem até ser burlados nessa dinâmica eficaz em forma da política praticada.

Durante a lenta e conservadora transição democrática, temos na peculiaridade brasileira a constituição de um estreito campo ético-político da cidadania, e também “uma nova fase dos próprios movimentos sociais, representada pelo seu esforço de adequação à institucionalidade democrática, que revela uma alteração qualitativa nas suas práticas.” (DAGNINO, 1994, p. 105). Os canais de interlocução implementados pelas políticas públicas, devido a delimitação institucional estão em certa medida junto ao deslocamento de sentido democrático radical para cidadania neoliberal, com isso acabam também por afastar dos movimentos sociais à sua autonomia e soberania independente.

As reconfigurações de cenários de disputa política, faz com que haja nas novas ações coletivas, principalmente nas leituras de esquerda marxista revolucionária, a provocação de um potencial enfoque analítico de prática política às suas organizações, passando até por uma reelaboração ou uma adesão parcial ao seu modo de ação frente à participação cidadã. Demonstra-se que são reflexos de uma inflexão operativa da nova cultura política, e mesmo

não sendo uma contradição implícita ou uma situação de causa e efeito de imediato, mas que ainda assim, são apontamentos de dispositivos de impacto dessa articulação conjunta com as perspectivas de conjecturas paradigmáticas da cidadania.

Observa-se a participação democrática da sociedade civil e das ações coletivas nessa nova noção de cidadania, sob as novas ações práticas de uma nova cultura política mais propositiva, é que se dá a disputa pelas dimensões social-político-cultural de uma confluência perversa e que servem para compreendê-las sob um parâmetro conceitual de reflexão.

São questões relacionais entre os nexos construtivos de cultura e de política, ou seja, é pensar sobre uma nova cultura política mais como uma categoria analítica de situação da questão em si, do que uma mera explicação significativa propriamente dita. Pois, em particularidade da formativa identidade participativa dos jovens estudantes, que permeia o ideário de uma centralidade da participação social ao final do século XX, é realocada conforme o contexto da ação coletiva e diferenciada de acordo com a sua própria prática política.

As estratégias políticas de participação cidadã como promoção de um desenvolvimento da democracia participativa, é oriundo consequentemente a partir das ações práticas dos novos movimentos sociais, de formações ambíguas e diversas. A autonomia organizacional implica em formações políticas práticas nesse estreito campo ético-político da cidadania praticada, e que também estão interligadas pelas complexas estruturas da sociedade.

A forma da participação civil dos movimentos identitários apresenta um denso debate, mais insurgente e transversal, apreendido nas similaridades das lutas sociais como um exercício político da democracia social, onde se ascende também como uma proposta radicalizadora de forma mais ampla dentro desta mesma noção cidadania.

#### **2.4 A caracterização da participação estudantil sobre as dissidências identitárias da nova noção de cidadania em uma dissonância política**

Segundo Mesquita (2003) com o surgimento de uma nova sociabilidade estudantil militante, inscritos em um outro prisma de participação e da ação coletiva dos novos movimentos sociais, podemos perceber que há movimentos plurais de ações diversas e que se potencializam na dimensão construtiva da nova cultura política. As práticas políticas que se consolidam de forma mais expressiva, a partir de atravessamentos da experiência coletiva, do cotidiano, da condição estudantil, do *locus* que permite a criação e fortalecimento desse novo agir coletivo. Evidencia-se que há diversos desdobramentos cumulativos na caracterização da expressão e da participação estudantil, de grupos e de orientações políticas distintas.

Segundo Mische (1997, p. 147) em uma tentativa desafiadora de analisar os impactos do movimento estudantil durante a década de 1990, mais especificamente o movimento “caras pintadas”, com isso é preciso lançar um outro olhar perspicaz em uma outra nova ótica interpretativa sobre as multiplicidades deste. Compreende-se nesse processo, que há um cruzamento do sentido e da prática democrática da cidadania, na reconfiguração das relações emergentes que possibilitem pontuar com as suas convergências e divergências de pautas, principalmente pelas dimensões políticas, em categorias culturais e com as suas reformulações no período após a ditadura. A interpretação da participação política da juventude aqui ganha uma caracterização mais “cívica”, e que apesar da heterogeneidade e da dispersão entre as “juventudes”, também há convergências forjadas de pautas localizadas como no impeachment de 1992, entre os apartidários, os comunistas e os social-democratas em defesa da cidadania.

A nova noção de cidadania é posta como um desafio prático e uma tentativa do parâmetro conceitual de reflexão, sobre a formativa participação da juventude do movimento estudantil, através dos atravessamentos culturais das experiências coletivas. Nesse período pós redemocratização do Brasil, também se institui de forma atrelada com a ideia de que a ética na política toma um lugar primordial no âmbito do debate público e privado, e até comumente tornar um pressuposto básico para a dita nova democracia neste período. Essas modificações acontecem, pois, o bojo da “identidade juvenil se desloca para fora das universidades, estendendo seu alcance além dos setores médios e abrangendo outras significações, altamente ligadas ao consumo e aos ‘estilos’ culturais.” (MISCHE, 1997, p. 143).

De acordo com Mische (1997) podemos ainda assimilar esse parâmetro de reflexão com às dimensões social-político-cultural, pois o projeto político democratizante também está sob um processo cumulativo de ligação que leva direto à organizativa formação identitária da juvenil estudantil cidadã. Destaca-se que isso é devido a prática política do movimento estudantil, neste período que luta pela cidadania em uma “consciência cidadã”. Há uma inflexão organizativa, provocada pelas múltiplas expressões de suas dissidências identitárias, permeando até as complexidades contraditórias dos projetos em disputa, na formação de uma política praticada, em especial quando o jovem passa ativamente de estudante a cidadão.

Segundo Mesquita (2003, p. 123-124) podemos ainda perceber que essa inflexão operativa é uma constante política, principalmente com as crises das representações coletivas acerca do movimento estudantil, de acordo com os desgastes políticos e discursivos em um período marcado pela dispersão entre os estudantes e as entidades. Aponta-se esse distanciamento pela falta de um “elo identitário” forte e que sirva de mediação entre o ideário juvenil do movimento estudantil e as novas aspirações aglutinadora das juventudes estudantis.

Isso se reflete com a instrumentalização da organização estruturada de forma hierárquica, e que até bloqueiam as possíveis experiências que poderiam advir nessa nova estrutura. Observa-se também que isso é o que mantém uma crítica sobre as entidades e os formatos de aparelhamento delas, ainda mais quando existe também um individualismo estruturante do *status quo*, proveniente da conjuntura marcada pelo neoliberalismo, e ao que pode tentar explicar a desmobilização estudantil a partir de 1990.

Ainda segundo Mische (1997) com o advento da globalização neoliberal e de outras referências relacionais e culturais, um ceticismo político entra em voga no cotidiano universal do jovem estudante e que se incorpora pela dispersão social, na chamada “geração shopping center” ao final do século XX. Pois aqui, o *ser jovem* já não necessariamente mantém uma ligação direta e irrestrita com o *ser estudante*, com o *ser cidadão* ou até mesmo com o *ser jovem* e o *ser revolucionário*. Visto que a partir dos parâmetros de formação dos conflitos políticos e da dinâmica social, também há um certo enfraquecimento de uma dita “cultura jovem estudante e cidadã” enquanto categoria aglutinadora.

Evidencia-se essa expressão, quando perceptíveis nos discursos de deslocamentos afirmativos das juventudes enquanto categoria política por entre os jovens novos sujeitos políticos, justamente para caracterizar a sua participação estudantil com o comprometimento e o enjoamento na prática política do movimento estudantil. Exercendo assim um ambíguo caráter democratizante de sua participação, ou um outro um certo capital militante estruturado entre parâmetros de classe e gênero, pelas identidades participativas e pelas suas razões sociais. Na atenção de que mesmo que haja um esforço cumulativo, pela tentativa analítica diante de uma convergência da prática política, ainda assim os espaços universitários de debates e política, até deixam de ser alternativa unilateralmente e de contraposição ao sistema.

Segundo Mische (1997), é necessário resgatar um conceito de identidade como focalizador de projetos para analisar identidade participativa, e atentar ainda mais para às convergências e configurações em ressonâncias das identidades juvenis estudantis mais amplas e, isso enquanto categoria de estudante “cidadão” que surge como alternativa através de distintos *interlocutores sociais*. Diante disso, há um contexto de mudança da identidade participativa, quando por exemplo o autor “Gould introduz o conceito útil de ‘identidade participativa’, referente à ‘identidade social que um indivíduo assume em uma dada instância de protesto social’”. (GOULD, 1995, p. 13, *apud* MISCHE, 1997, p. 138-139). Sendo assim, analisando pelo parâmetro conceitual, como uma solução parcial à estratégia identitária na crise de conjectura da cidadania social, pelas possíveis experimentações das juventudes em complexas participações sociais, em fatores de mobilização e de comprometimento político.

Ainda sobre este outro possível capital militante e sobre as ações cumulativas dos novos sujeitos políticos, podemos perceber também que há uma correlação de potencialidades dadas pelas características das identidades participativas, ou seja, a identidade juvenil estudantil e também cidadã, aqui é como um fator de reconhecimento. O que segundo Mische (1997) permeia as complexas condições subjetivas de redes sociais, pelas interações de diversos repertórios coletivos e de multiplicidades conexões, sendo não nesciamente definida pela posição social, mas também pelas experiências de cada contexto. Ainda mais quando isso é uma *potencialização* das características identitárias:

O que normalmente entendemos com essa palavra são as qualidades agregadas de categorias sociais, como classe, gênero, raça, ou nacionalidade. Na realidade, esses atributos são simplesmente identidades possíveis, que se tornam visíveis, efetivas e relativamente “fixas” apenas quando reconhecidas publicamente por outros, dentro do que Pizzorno (1986) chama de “círculos de reconhecimento.” (MISCHE, 1997, p. 139).

Tendo em vista que as dissonâncias analíticas de subjugação enquanto alternativa às armadilhas identitárias da ordem capitalista neoliberal, se dão pelas interseções prático-política do exercício democrático. A crise de conjectura da cidadania social infere nas mobilizações de protestos e se compreende nas demandas social e política, incorporadas pelo movimento de juventude estudantil universitário à luz do processo da participação cidadã. O parâmetro conceitual de análise pelas dimensões social-político-cultural infere também as funções e as ações práticas da formativa participação, ajudando a compreender de maneira mais especificada os termos de conceitos sinônimos em deslocamentos, como uma imbricação aglutinadora das características dos complexos atravessamentos identitários da juventude estudantil.

Analisa-se ainda nessa perspectiva, também por uma dimensão da filosofia política na consolidação de uma nova cultura política, e do que articula as suas novas ações práticas de políticas. Quando ademais em Almada (2020, p. 219) a “Teoria da Prática”<sup>12</sup>, acaba por designar um posicionamento militante junto aos estudantes em uma “centralidade da práxis na condução das rebeliões sociais”, onde isso possibilita analisar a emergência de novos conflitos com pauta identitárias e “com novas práticas materiais e articulações de classes sociais.”

Pois, como vimos anteriormente, há uma forte politização presente nas ações coletivas ao campo das juventudes até a sua dispersão, onde as diferenciações práticas se dão a partir de um enfoque político, do capital militante cumulativo no contexto histórico do movimento

---

<sup>12</sup> Parte de uma exploração das dimensões políticas de transformações sociais. Segundo Almada (2020, p. 205), é um “escopo analítico das imbricações das mobilizações estudantis entre 1968 e a Teoria Sociológica Contemporânea, em uma hipótese interpretativa como um movimento de rebelião, e de um entendimento marxista a partir do estruturalismo e da teoria crítica, assim como na designação e condução da *práxis*”. Ver mais sobre em Bourdieu sobre “filosofia da ação” e “a teoria na prática” nas quais o autor se referencia.

estudantil. Assim como a tática política de ação direta de ocupar na conjectura da cidadania, vem a ser a prática substancial de uma nova cultura política interligada à essa nova noção de cidadania, apreende-se uma dissonância conjunta à prática política democrática de cidadania.

A teoria da prática como uma filosofia política de ambivalências, onde as dissidências da nova noção de cidadania implicam na radicalização das ações estudantis, incorre inflexões operativas que também são convergidas e correlacionadas pela sua prática.

as percepções sobre a cidadania, os direitos sociais, a participação (em especial de setores das classes populares) na esfera pública, entre outros, trouxeram consigo o ressurgimento da sociedade civil como esfera de disputa política e cultural em sua relação com o Estado [...] O ponto de inflexão localiza-se em uma filosofia política que combina a justiça procedimental e o individualismo igualitário, ao configurar o florescimento de uma democracia liberal, deliberativa e procedimental em uma esfera pública racional e comunicativa. (ALMADA, 2020, p. 219).

Segundo Mische (1997) sobre uma dissonância da prática política e democrática de cidadania, os movimentos identitários na segunda metade do século XX, ganham força com esse reaparecimento do discurso cívico e aproximam-se as categorias de ação coletiva até então difusas, em um cruzamento da prática cidadã convergido pelo projeto político democratizante de unidade. A crise da cidadania social na ótica de uma exposta conjectura, chama-se atenção na forma das conexões e redes de articulação, que permeiam as dissidências provocadas por essa cidadania desde o movimento “caras pintadas”, pelas dificuldades de ambivalências que implicam nas delimitações em dimensões éticas e práticas.

O prisma analítico da disputa do projeto político, está por entre a adesão da prática política de cada categoria geracional dos jovens estudantes, desde a efervescência da contracultura na década de 1960, até chegar na estratégia política adotada pela participação cidadã e pelo avanço democrático, em provocações que difundem a teoria e o diálogo social, dos repertórios propostos da chamada cultura cívica já na década de 1990. À vista das perspectivas de imbricações analíticas da realidade material, a partir de um deslocamento nas perspectivas do marxismo nessa etapa da globalização neoliberal, mesmo que:

Embora não seja verdade que os compromissos marxistas estivessem completamente ausentes das manifestações pelo impeachment, outra diferença notável em relação aos anos 60 foi a subordinação dos discursos tradicionais da esquerda à linguagem mais expansiva e universalizante de “cidadania.” O discurso do Movimento pela Ética na Política focalizou a defesa das instituições democráticas (as ditas “regras do jogo”), conseguindo manter a unidade provisória na medida em que deixou de lado as questões mais conflituosas sobre o futuro social e econômico do país. Nesse sentido, os jovens estavam participando — pelo menos em teoria — não como radicais ou conservadores, socialistas ou liberais, membros de grupos políticos, ou até como “estudantes”, mas como “cidadãos-em-formação”, tentando resgatar a “democracia-em-formação” da herança de corrupção e impunidade pública. (MISCHE, 1997, p. 136).

Observa-se que o desejo de participação política que implica nesta possível revitalização do movimento estudantil, atua como uma específica politização estratégica da nova cidadania especificamente com as juventudes, pois estão pelas abrangências do discurso e da consciência cidadã quando ganha uma força de disputa política na esfera pública. De acordo com Dagnino (1994, p. 103) podemos elencar atrelado a isso de dissonância da prática política cidadã, que a emergência da nova noção de cidadania, expressa um novo estatuto teórico e político, e que assume a questão da democracia no mundo, especialmente depois da crise do socialismo real.

Por vez, a democracia institucional na sua extensão e no seu aprofundamento, quando tenta aglutinar a experiência concreta dos movimentos sociais identitários, isso assume um outro sentido de uma ampla construção da democracia. Até chegar por uma consciência mais crítica frente aos governos que vem sendo imbricada desde às perspectivas marxistas de leitura de conjuntura política. A politização das juventudes e das entidades do movimento estudantil, também acompanham esses indicativos de participação e de prática política, por entre deslocamentos respectivamente do jovem ao estudante e cidadão.

Apesar da sua participação política, isso não necessariamente se traduz em participação social, apenas como mais uma mera representação na cidadania neoliberal, adiante é pertinente chamar atenção na crítica pela estratégia de uma tentativa política mais radical. As práticas da política institucional neoliberal também corroboram com um refluxo dos movimentos sociais e de juventudes estudantis, que diante de um abismo de manutenção das desigualdades sociais, o Estado é um elemento central de disputa política e estruturante da organização social.

### CAPÍTULO 3

#### **A prática de uma nova cultura política sobre a tática e a estratégia enquanto uma *práxis* democrática de cidadania**

Fazendo um paralelo conceitual dentro do campo da ação coletiva organizada, pelas suas autonomias e insurgências organizacionais, justamente para fundamentar a discussão das novas ações práticas de políticas com objetivos estratégicos, para localizar algumas similaridades do exercício democrático de cidadania enquanto uma nova *práxis* do movimento estudantil.

À vista dos atravessamentos e dos engajamentos pelas dimensões social-político-cultural, para poder entender de maneira organizativa como se constitui uma prática política da teoria política. Apresenta-se uma crítica substancial entre os nexos construtivos de cultura e de política junto da construção da cidadania, e também até por um distanciamento autônomo da tradicional hierarquia dos movimentos sociais, ou entre cúpula e base por exemplo.

No itinerário das lutas contemporâneas das ocupações e de um movimento estudantil mais combativo, percebe-se também que há específicas políticas de dissidências identitárias, pontuais na leitura de conjuntura política ao processo de crise na educação pública. Destaca-se desde já, a pertinência da nova cultura política com a prática política de ocupar do movimento de juventude estudantil, como uma singular diretriz de análise na centralidade organizacional em boa parte do seu itinerário de lutas sociais e disputas políticas.

Na correspondência de analisar um diferencial valor de situação política sob a ótica da organização das entidades de representação estudantis, para uma reflexão fulcral sobre as novas ações práticas de políticas do movimento de juventude estudantil, e principalmente sobre o que permeia os seus arranjos de configuração social. Podemos perceber durante esse processo de disputa política a gestão e a consolidação social desse movimento, por um resgate prático daquela construção de um pertinente ideário juvenil, ou até mesmo de uma candente e forte memória política como um resgate do legado referencial das lutas da juventude.

Os novos sujeitos políticos de direitos conquistados podem ser compreendidos aqui também enquanto ocupantes de uma tática de ação política mais direta. Localiza-se na leitura de conjuntura os paradigmas dos movimentos sociais contemporâneos, a partir da incidência contestatória das novas ações práticas de políticas — a tática política de ocupar ou até como uma certa nova sociabilidade militante ao conjunto da juventude estudantil. Um outro novo parâmetro de mobilização social dentro do campo das ações coletivas organizadas, sob os avanços reformistas das políticas educacionais e de alteridade econômica.

O jovem estudante e ocupante passa a ser compreendido pela diversa amplitude de suas ações, servindo de aporte de uma categoria política de análise, e isso dentro dos parâmetros organizacionais daqueles novos movimentos sociais. Pois, o protagonismo e a inflexão de deslocamento político, pelas reivindicações das concepções práticas de democracia e de cidadania, apontam-se aqui como um reflexo político e cumulativo de suas ações provenientes.

As expressões mais contemporâneas do ativismo juvenil estudantil, como no fenômeno das ocupações, avaliam-se pelas diferenciações sociais e temporais presente desde o então marco formal da democracia cidadã neoliberal, e também pelas proposições institucionais de inserção social da cidadania. Sendo assim, dentre as dimensões de análise social-político-cultural, para fundamentar a incidência de novas formas práticas de ação social coletiva na contemporaneidade, é que se apresenta no fenômeno das ocupações estudantis na urgência da tática política de ocupar enquanto uma nova *práxis* democrática de cidadania.

### 3.1 A prática de uma nova cultura política por entre a insurgência democrática de cidadania em uma ressonância política

Na ótica de uma nova cultura política a construção democrática da sociedade, percebe-se mais como um desempenho da tática e da estratégia, adotadas tanto das políticas institucionais quanto pela prática revolucionária. Seja na propagação mais ativa da participação cidadã, no exercício democrático das liberdades e dos direitos sociais, ou como uma apropriação específica e mais prática desse mesmo desenvolvimento da nova cultura política.

Sendo assim, as prévias categorias de pensamento sobre a prática de uma nova cultura política, nos ajudam a perceber também outras dimensões antropológicas e psicoafetivas dessas ações coletivas. Não reduzido unicamente a um conceito em si mesmo, mas para além disso, como nas suas especificidades que se expõe na questão de estudo e na forma da política prática. Pois, aparentemente o estabelecimento da democracia com a cidadania em uma relação e formulação mútua, o balanceamento e o exercício democrático, implicam tanto na participação e na associação cidadã quanto na estabilidade institucional democrática.

A partir de uma análise empírica de um nexos conceito construtivo de cultura política, em uma tentativa de resgate da estratégia política cidadã para o factual entendimento da realidade de um país, e mais especificamente na correlação dos aspectos culturais da complexa experiência política brasileira. (DAGNINO, 1994; GOULART, 2015). Isso sem recair em um anacronismo descompassado da análise, pois apresenta-se também desde algumas leituras dentro do campo da filosofia crítica e passando pela prática da teoria sociológica contemporânea, primordialmente com as contribuições desenvolvidas a partir de uma substancial política prática no cotidiano experiencial dos movimentos sociais.

Corroborando ainda mais quando Safatle (2012), faz um parêntese à história da filosofia crítica, especificamente sobre a relação entre o pensamento e a *práxis*, e ao que Marx supõe que a função da filosofia em *A ideologia alemã* (1932), quando mais do que interpretar o mundo, é necessário transformá-lo, pois “o pensamento age quando pensa”. (HEIDEGGER, *apud* SAFATLE, 2012, p. 50). Quando também analisando em Almada (2020), isso está sob o prisma de uma substancial política prática de frequências sociais na contemporaneidade, ao que está combinada com uma certa dimensão política na chamada “Prática da Teoria”<sup>13</sup>.

---

<sup>13</sup> Sendo mais uma parte de uma densa imbricação interpretativa, sobre os deslocamentos teórico da filosofia política marxiana e da prática do marxismo, apostando no redirecionamento dos ideais utópicos ocorridos desde as manifestações juvenis estudantis no maio francês de 1968 e a Teoria Sociológica Contemporânea. Segundo Almada (2020, p. 219) foi a análise que “demarcou as décadas de 1980 a 2000, construindo-se na ruptura com os preceitos do marxismo e entendendo 1968 sob a perspectiva da fragmentação social, com embasamento nas teorias pós-estruturalistas, pós-industriais e pós-modernas.”

Com isso, é pertinente atentar que há uma necessidade motriz de aprender com a força da crítica pelas dimensões social-político-cultural, gestada desde as candentes e memoráveis lutas estudantis, até a uma insurgência democrática de cidadania — que além da forma propositiva para o seu efetivo aperfeiçoamento, compreende-se nas organizativas ocupações que atentam na nova cultura política para a democracia no tempo futuro. Está insurgente desde à crítica da filosofia política e por entre o modelo democrático neoliberal ocidental, este ainda que mesmo delimitado, possibilita uma perspectiva aplicada da prática política democrática de cidadania, isso também ajuda a observar o que permeia as suas contradições sociais.

A consensual experiência da prática de uma nova cultura política, entende-se que é onde os participantes são mais ativos e envolvidos na problemática, pois “os membros da sociedade são explicitamente orientados a participar do sistema, atuando como parte do processo político.” (ALMOND e VERBA, 1963, p. 18, *apud* GOULART, 2015, p. 114). Observa-se que há uma combinação dos valores identificados e apresentados através da participação cidadã, quanto ao engajamento juvenil da ação prática dessa crítica na politização do movimento estudantil. São aspirações de engajamento que se cruzam no processo de sua aplicabilidade, isso diante das novas formas e mecanismos que se providenciam a essa substancial participação política.

Segundo Goulart (2015, p. 119), podemos avaliar que as mudanças de governos e o desempenho do modelo democrático ocidental, ainda sobre a tentativa de resgate da complexa discussão pelo conceito prático de cultura política somado a participação e estratégia cidadã, é onde “a variável utilizada por Inglehart (1990, 1988) seria na verdade não de estabilidade democrática, mas de estabilidade política”. Isso possibilita situar em outras leituras os aspectos empíricos da democracia institucional, por entre as densas orientações nas situações de pragmatismo político, mas sem comparar as tradições etnocêntricas disso de cada país. Pois, o que serve de instrumento balizador aqui, é a participação e a confiança entre os cidadãos pelas suas raízes históricas democráticas, que se aborda não necessariamente com a implementação de políticas públicas, mas em uma relação direta com uma dita cultura cívica.

Segundo Dagnino (2004, p. 104) especificamente a “construção da cidadania” na América Latina, também é a formação dos novos direitos atrelada à prática concreta dos novos sujeitos políticos, mais como a reafirmação de uma estratégia política cultural que imbrica um laço construtivo pelas dimensões de cultura e de política. Mesmo que as concepções de democracia e de cidadania enfrentam uma série de inflexões, as ressonâncias políticas são decorrentes ao processo de construção de narrativas históricas que ainda está em disputa, é por meio da ação coletiva da sociedade civil organizada que visa as transformações reais pelas melhorias das condições de vida.

Ainda de acordo com Dagnino (2004) sobre os movimentos sociais e a emergência de uma noção de cidadania, podemos inferir que a herança do clientelismo e do patrimonialismo na nossa matriz histórica brasileira, também ajuda a diagnosticar a problemática social entre os projetos políticos distintos, fortemente atrelado a uma confluência perversa, que corrói a responsabilidade das instituições públicas, e atrela empecilhos burocráticos que dificultam a efetivação de uma real democracia. Isso se reafirma quando o Estado por via da força institucional em convergência com as demandas de mercado, que media o conflito social e político, é o que vem dá a movimentação e a organicidade na engrenagem da sociedade. Seja na desarmonia dos três poderes federativos (legislativo, judiciário e executivo) ou nas concretas experiências organizacionais de poder compartilhado na sociedade (movimentos sociais, conselhos populares, orçamentos participativos, ocupações, etc.).

A reforma administrativa do Estado diante avanço da globalização durante a década de 1990, é pertinente pelas reorganizações das políticas estratégicas e das ferramentas de enfrentamento, pois o mercado até assume a instância de cidadania enquanto uma categoria de produtor-consumidor. Principalmente quando isso se reflete na mercantilização da educação, pelas orientações de projetos políticos no campo educativo e interferindo na construção das cidadanias. Apresenta-se estas nuances de uma complexa relação das práticas sociais, e ainda mais quando há uma ambivalência de valores políticos, até de um certo autoritarismo-cidadão, pois neste “haveria uma cultura política híbrida, que mistura dimensões formais procedimentais e informais, de tradição histórica, onde as instituições políticas geralmente carecem de credibilidade e legitimidade.” (BAQUERO, 2008, p. 387, *apud* GOULART, 2015, 128).

No período após a redemocratização do país destaca-se uma pulverizada crise organizativa e de identificação nos movimentos sociais, até como uma perda do seu protagonismo frente às instituições, com a desmobilização ao descrédito da opinião pública, com a máxima de um discurso uniforme e de unidade, onde não há mais conflitos, somente diferenças. Corroborando nessa perspectiva, para Goulart (2015, p. 131) quem organiza a cidadania no Brasil é o Estado quando em “José Murilo de Carvalho (2001), que formula o conceito de ‘Estadania’ para sinalizar como no Brasil o conceito de cidadania está ligado diretamente ao conceito de Estado.”. Diante disso, faz-se uma observação significativa quanto à autonomia e independência dos movimentos sociais na esfera pública, dentre às suas formas de participação na propagação da dita cultura democrática e cidadã.

Em contraposição e como diagnóstico prévio de uma certa consciência crítica da prática política pelas dimensões social-político-cultural, como uma perspectiva relacional da realidade material, isso para inferir um rastreo dos seus elementos, conteúdos e formas — ao que pode

estar correspondida pela *práxis* social radicalizada. Podemos elencar que há um composto sentido dialógico na insurgência da prática política de contestação, justamente pelo campo da estratégia política da prática democrática de cidadania. E isso nos permite perceber ainda mais de forma crítica como se realizam as relações de poder nessas práticas sociais, e em como operam os mecanismos intermediários da participação da sociedade civil na esfera pública.

Segundo Alves (2012) a marginalização social em escala mundial, após a crise na desregulamentação do sistema monetário internacional e dos choques do petróleo durante a década de 1970, inserida na democracia capitalista, se aprofunda desde a década de 1980 e se reverbera nas políticas neoliberais até culminar na crise de 2008, pois a bolha financeira tinha que estourar para o Estado recuperá-la. A crise é um reflexo cumulativo disso em uma ressonância política nas primeiras décadas do século XXI, apesar de que a “a crise do nosso tempo histórico, é também, e principalmente, a crise política dos partidos da ordem burguesa, partidos conservadores-liberais e social-democratas ou socialistas” (ALVES, 2012, p. 35).

Salienta-se que o espaço institucional estrutura e tensiona a disputa política de projetos civilizatórios. A prática de uma nova cultura política de contestação mais radical, está frente às estratégias burocráticas e institucionalizadas, também podendo ser compreendida como uma ressonância política da cidadania real aplicada pelos movimentos sociais. Para apresentar nos ideais políticos da juventude ocupante do movimento estudantil, como uma geração herdeira daqueles novos sujeitos políticos e dos novos direitos socialmente conquistados de antes.

A crise das perspectivas de conjectura paradigmática é o que pulveriza as ações políticas de diversas formas, isso possibilita até retrocessos permeados na forma de rigorosos controles de gastos e com medidas de austeridade econômicas severas, autoritárias e conservadoras aos governos estatais. Apreende-se no surgimento de outras dinâmicas e práticas de contestação dos movimentos sociais, na perspectiva de formas autônomas e horizontais de organização como uma democracia direta, por vezes ocorrem de maneiras descentralizadoras e flexíveis, com mais atividade e organicidade no agir político das relações sociais.

A ressonância política democrática de cidadania, aqui é organizada nas formas insurgentes e transversais nos debates sobre uma prática política ou até sobre uma nova cultura política praticada, se fortalece pelas concepções reivindicatórias anticapitalistas e libertárias de contestação, em uma retomada das pautas populares na reconfiguração de paradigmas. Registra-se que a insurgência democrática de cidadania, está por entre os novos sujeitos políticos e na juventude ocupante do movimento estudantil especificamente, e isso, é o que nos permite repensar a democracia e a cidadania em uma correlação com o fazer e agir político.

### **3.2 A urgência de ocupar e resistir e produzir**

A luta de classes também ainda se apresenta como pano de fundo na conjuntura da crise política no século XXI, e nisso insurgem manifestações contrárias às medidas de austeridade econômica adotadas pelos governos, sob a apresentação das críticas ao modelo da cidadania neoliberal e chamando atenção ao modo tradicional e vicioso do fazer política institucional.

Como parte desse processo pela estratégia política de participação aplicada de forma hegemônica, surge também de forma plural bandeiras identitárias e com algumas interseções de pautas cada vez mais em ascensão, com as especificidades de cada luta e principalmente na caracterização de um forte conteúdo de classe popular. São expressados como em agrupamentos sociais e de juventudes, campanhas eleitorais de sindicatos e partidos de esquerdas, comunidades LGBTQIA+, de gênero e étnico-culturais, feministas e ecológicas, etc.

Reconhecendo a fragilidade que as democracias de governos de frente popular enfrentam na crise do sistema capitalista, principalmente nos países periféricos do Sul global e da América Latina, verifica-se que é uma vertigem que podemos localizar desde a última grande crise do sistema capitalista em 2008, a partir do colapso no mercado imobiliário e da chamada “bolha especulativa”. E isso é o que vem aprofundar as aplicações das políticas neoliberais de austeridade econômica, em uma propagação por parte dos governos afetados pela crise.

As democracias ocidentais e neoliberais estabelecidas sofrem avarias, diante também da crise institucional de representatividade e da avaliação de mercado, em suma provocada pelas economias debilitadas e a insatisfação social e política das medidas da instabilidade financeira. O parâmetro da conjuntura política introduz uma nova perspectiva de análise de conjuntura, sobre as ações coletivas organizadas com os novos modos de enfrentamentos por parte dos movimentos sociais, assinalando como uma tentativa de saída dessa crise.

Há por parte dos países mais desenvolvidos uma retomada da ordem democrática pelo projeto econômico neoliberal e ideológico, de forma a dominar e restabelecer as economias debilitadas, justificando-se até em golpes institucionais. Mediante a um recurso de creditar força ao mercado junto aos governos, sendo um resgate das medidas neoliberais com centralidade na estabilidade monetária, como em políticas hierárquicas e sobre as tensionadas demandas das camadas populares como na geração de empregos. Um dos resultados dessas políticas é caracterizada na avaliação da leitura de conjuntura política dos movimentos sociais e de juventudes, é justamente a retirada de direitos sociais e trabalhistas historicamente conquistados pelos movimentos, ameaçando aos mínimos avanços de distribuição de renda e de justiça social para as classes menos abastardas.

Durante o início da crise de 2008 e na seguinte segunda década do século XXI, podemos perceber como resultado pragmático o cerceamento das funções sociais do Estado, pelo dito possível avanço econômico sobre os riscos governamentais, como na nítida política de flexibilidade dos direitos trabalhistas e na terceirização do mercado. Há uma convergência econômica do aparelho ideológico do Estado no âmago das sociedades globais, apresentando-se pela legitimidade política e cultural no campo educacional, principalmente quando isso se expressa com o avanço exorbitante da privatização do ensino superior, pois é uma fonte do ensino enquanto produto capitalista em detrimento do mercado de trabalho funcional.

Ao cenário internacional, registra-se como exemplo de resistência cumulativo dessa análise de conjuntura política, que se expressa através das ações coletivas desenvolvidas a partir das rebeliões e ocupações como: o movimento dos Indignados na Espanha, diante da perda de direitos sociais e políticos, e a situação dos imigrantes ilegais; às do fenômeno Occupy Wall Street, incido no centro da maior economia global no prédio da bolsa de valores em Nova York nos Estado Unidos; e a insurreição de protestos em vários países do Oriente Médio, com as juventudes rebeldes da chamada Primavera Árabe, todos em 2011. Há uma assimilação de pautas populares e de bens materiais comuns, capaz de se mobilizar o conjunto da população como até em agrupamentos em redes de sinergias sociais.

Segundo Davis (2012) pensar as ocupações de Wall Street de 2011, em como díspares anticapitalistas e também como ações coletivas derrubando as barreiras de dispersão entre as gerações, em uma coalizão dos sujeitos políticos e de lugares simbólicos ocupados. As ocupações dispõem de recursos básicos de sobrevivências, desde os desabrigados e desempregados, no que implicaria em uma composta auto-organização dialógica e contínua, e a partir disso é possível apreender uma estratégia programática. Democratizar e ocupar produtivamente o espaço público, montar e levantar acampamento, até transpor ao itinerário das condições de protesto atual como bens comuns imprescindíveis. Na criação de um substancial elo de identificação até espiritual, pela cristalização da vontade pública a partir do livre debate e pela tática política de ação de direta, e com isso, poder apresentar um programa para ir além das ruas simplesmente ocupadas.

Segundo Carneiro (2012) a rede de jovens indignados na Europa, protesta contra o aprofundamento das desigualdades sociais, a exploração e a precarização do mercado de trabalho, isso é o que aglutina uma grande massa de sujeitos políticos. O que revela também um substancial fator de análise para as ditas utopias reais que despertam em 2011, sobre um fenômeno de abrir brechas na hegemonia enquanto a crise se prolonga, como nas propostas alternativas de saídas da crise, e as sinergias sociais agrupada em rede são como estratégias de

luta territorial. Como um proveniente campo minado para o funcionamento democrático, a exemplo disso é quando os jovens “são os que despertam uma nova euforia política num mundo dominado pelo individualismo, de perpétua continuidade do cotidiano e de carência de projetos para o futuro.” (CARNEIRO, 2012, p. 13).

Com as mudanças de período na leitura de conjuntura da política internacional, é possível perceber a emergência de novas formas de ativismos e de protestos, como sinalização de propostas alternativas de saída da crise. As ocupações insurgem em diversas cidades dos centros econômicos globais, e em “outros lugares são muito diferentes dos protestos passados. São ações organizadas em tempos de crescente desemprego, em que o futuro parece sombrio.” (ALI, 2012, p. 69). Verifica-se que há uma complexa caracterização geracional da participação, que é bastante pertinente e presente dos jovens adultos nestes movimentos, são novas ações práticas de políticas coletivas que vem sendo aprimorada desde as disputas de narrativas históricas e das transformações sociais nas últimas décadas do século XX.

Diferente daquela cidadania neoliberal bastante comum nas democracias governamentais ocidentais, as novas ações práticas de políticas coletivas das ocupações, testam-se de maneira conquistada e aprimorada a qualidade de uma prática cidadã democrática. Assim também, quando é uma convergência da luta anticapitalista e libertária, que revela o que pretende as contradições do sistema capitalista, cuja a espoliação dos direitos sociais e do proletariado estão em posições subjugadas pelas políticas neoliberais. Isso se expressa quando:

No caso europeu, muitos dos manifestantes são jovens empregados, operários precários, trabalhadores desempregados e estudantes de graduação subjugados pelo endividamento e inseguros quanto ao futuro – eles constituem o denominado “precariado”; incluem-se também, no caso do Occupy Wall Street, veteranos de guerra, sindicalistas, pobres, profissionais liberais, anarquistas, *hippies*, juventude desencantada, trabalhadores organizados etc. [...] defendem-se os direitos trabalhistas e dos prisioneiros em greve de fome, a cobrança de mais impostos para os milionários e No Movimento dos Indignados, por exemplo, a “democracia real” também é defendida. Enfim, trata-se do denso e vasto continente do novo (e precário) mundo do trabalho e da proletariedade extrema que emerge no bojo dos “trinta anos perversos” de capitalismo neoliberal. (ALVES, 2012, p. 32).

Segundo Alves (2012) podemos pensar ainda que na urgência dos protestos e das manifestações que ocupam às ruas, elas surgem justamente como resposta à crise, pela reivindicação de uma democratização radical e como uma crítica ao sistema capitalista. Por até reconquistar a democracia real em uma catarse coletiva, para dar sentido à consciência social, e a partir das rachaduras feitas disso em uma complexa relação de “negar” o capitalismo global no interior dele próprio. Pois, esses movimentos de massa ocorrem sob à contenda do Estado de Direito Democrático, e buscam desmistificar a farsa do discurso governamental estabelecido

da democracia neoliberal ocidental. Apesar de pacíficos em uma consciência moral de não violência, ainda assim apresentam uma crítica radical ao sistema, seja pela contingência social de mobilização ou até por reconquistar a utilização popular dos verdadeiros espaços públicos.

Ao expor as questões analíticas da urgência social e política, na formação das ocupações e das suas significativas resistências, deve-se compreender de antemão que “elas são as respostas, e os intelectuais deveriam propor as questões para elas. A situação é como da psicanálise, em que o paciente sabe a resposta (seus sintomas), mas não sabe a que ela responde e o analista deve formular a questão.” (ŽIŽEK, 2012, p. 25). Ocupar e resistir, e até quem sabe produzir, é nítido mais como um sintoma dessa conjuntura política e comumente é uma intrínseca resposta. Reação às insurgências dos movimentos sociais ao desmantelamento das políticas sociais, para poder produzir outros horizontes possíveis de sociabilidades militantes. As ocupações já apontam a abertura de processos na construção de políticas populares como horizonte estratégico, elas rompem com a normativa lógica social e hegemônica.

É importante destacar também que atrelado à essa convergência de luta anticapitalista e libertária, que as ocupações não são necessariamente exclusivas dos centros globalizados de mercado, vale ressaltar aqui as assimilações com as lutas sociais e políticas na América Latina, na dita periferia das economias do capitalismo internacional. Especificamente sobre a tática política de ocupar, de uma ação direta pela forte reivindicação de uma democracia mais radical e atrelado também ao forte uso das mídias de redes sociais online.

Em todos esses movimentos, o papel das redes sociais, como Facebook e Twitter, ampliando a área de intervenção territorial e a mobilização social. Produzem sinergias sociais em rede, tecendo estratégias de luta territorial num cenário de crise social ampliada. Há tempos o MST (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra), no Brasil, e o Zapatismo, no México, valem-se de estratégias de ocupação como tática de luta e visibilidade social. Eles nos ensinaram que, hoje, a luta contra o capital global que desterritorializada é a luta pela territorialização ampliada, difusa e descentrada (os novos movimentos sociais não têm um líder). (ALVES, 2012, p. 33).

É cada vez mais urgente uma política praticada pelas formas autônomas e pelas dissidências organizacionais dos movimentos sociais e de juventudes estudantis, como exemplo de uma radicalidade social da prática política. O contexto histórico enquanto marco de resgate e de reflexões, servindo mais para auxiliar e contrapor-se junto com às insurgências de ativismos e das lutas anticapitalistas na contemporaneidade, é um consistente debate seguindo em aberto até o posteriormente do fenômeno das ocupações. Pois, na aspiração das ocupações, “os jovens indignados nos obrigam a refletir sobre as formas e metamorfoses da consciência social. Eles apresentam um caminho complexo e rico de formas de consciência crítica que emergem no estado de barbárie social.” (ALVES, 2012, p. 35).

Chama-se atenção o parâmetro de conjuntura política, ao fato de que a análise marxista sobre o método do materialismo histórico e dialético, é posto à prova, e comprova-se cada vez mais na dinâmica do movimento contraditório da realidade social. E mais ainda quando essa perspectiva lança luz nos sintomas do por vir, inserindo-se nas novas ações práticas de políticas.

Ora, como cientistas sociais (e não apenas ativistas), temos de analisar os novos movimentos com objetividade e na perspectiva da lógica dialética de apreender a riqueza do movimento contraditório do real. Aviso aos navegantes pós-modernos: hoje, mais do que nunca, o método dialético tornou-se imprescindível no exercício da crítica social. Passa a ser imprescindível, no movimento real, a dialética candente entre subjetividade e objetividade, alcances e limites, contingência e necessidade, barbárie e civilização. Não podemos ser apenas seduzidos pelo fascínio da contingência indignada nas praças e nas ruas. Os novos movimentos sociais de indignados compõe o quadro da barbárie que impregna a ordem burguesa do mundo, abrindo um campo de sinistras contradições que dilaceram por dentro a ordem do capital – não são incapazes, em si e por si, de ir além. (ALVES, 2012, p. 37).

Diante das constantes crises do sistema capitalista e do aprofundamento das desigualdades sociais latentes, podemos perceber que a intensificação das manifestações e dos protestos de proporção global vem estabelecendo eixos políticos de contestação a partir de pautas de bens comuns. Processos estes, que possibilitam uma análise da prática política de forma vital, uma tática política primordial de ação direta nas democracias modernas e também pelo que se consolida em autonomias e ressonâncias radicais do ativismo contemporâneo.

A urgência da prática política está imbricada de uma nova cultura política praticada de ocupar e resistir e produzir, sendo contra o sistema corruptível e a manutenção de poder diante das desigualdades sociais. Afirma-se também como uma cumulativa formação organizacional e participativa, na urgência da prática política a partir daquele *surgimento de uma nova cultura política* (ALMADA, 2020). Referente também por uma “nova sociabilidade militante”, pela dinâmica de organização, de elementos, de conteúdo, na emergência de novas linguagens e práticas (MESQUITA, 2003). Quando as necessidades da realidade material provocam uma subversão questionadora do por vir, e até de forma romântica, como uma primordial força crítica pelas transformações sociais em um êxtase para a revolução (ALVES, 2012).

Segundo Safatle (2012) posto que diante das ocupações e do poder das ideias: pensar é a melhor maneira de agir. A força da crítica que se faz sobre a realidade social no encontro das ideias do seu próprio tempo, constrói um novo espaço de configurações com relações radicais, isso para exigir do por vir e situar as possíveis vias de uma democracia real. Ainda mais quando se questionando que se há algo de errado no jogo democrático, pelo que há de mais fictício nas democracias dos países ditos consolidados, conjuntamente ao fato de que a falácia da cidadania conquistada não consegue responder e nem sanar as imperfeições sociais do tempo presente.

As ocupações apresentam e dispõem de uma força produtiva, de uma rebelião maturada sobre as problemáticas limitações das democracias institucionalmente estabelecidas. É curioso atentar-se, como o exposto de um desencanto político tem uma centralidade exercida nas relações psicoafetivas de cada geração. Pois “nos anos 1990, foi a euforia, marca de um mundo supostamente sem fronteiras, pós-ideológico e animado pelas promessas da globalização capitalista”. (SAFATLE, 2012, p. 52). Pontua-se contudo, que o agir coletivo possibilita outros entendimentos sobre os expressivos laços relacionais pelas dimensões social-político-cultural, em parâmetros de enfraquecimento na perda de identidade de solidariedade. Assim como percebe-se uma coercitiva materialidade dos acontecimentos nas relações sociais, quando “na primeira década do século XXI, os ataques terroristas aos EUA conseguiram transformar o medo em afeto central da vida social.” (SAFATLE, 2012, p. 52).

Ainda de acordo com Safatle (2012), ao assumir a realidade de crise e do sentimento de desencanto político como uma força produtiva, podemos fazer um paralelo de perspectiva sintomática. Pois, na urgência das juventudes estudantis das ocupações, apreende-se como a primeira geração, que se mostra como a força crítica, é capaz de reconstruir as relações sociais justamente a partir da sua inovação em laços relacionais de participação popular. Pois, estes sujeitos são diferentes daqueles que “foram trabalhar no sistema financeiro e conseguiram criar uma crise maior que a de 1929, da qual ninguém sabe sair. Ou seja, eles simplesmente conseguiram quebrar o mundo.” (SAFATLE, 2012, p. 53). Define-se aqui então, como utilizar a crítica como força motriz e radical de forma produtiva, para apontar as questões psicoafetivas como motor da crítica social, e para além disso, poder vislumbrar a modificação radical da estrutura econômica de um país.

É uma abordagem feita por entre às desilusões e frustrações da política institucional, que foram dispersas pelos constrangimentos burocráticos na constituição da sociedade civil e do projeto democratizante; também naquilo que outrora tornara-se cada vez mais necessária uma reformulação da política e da prática em conjunto, até para que fosse uma possível insurreição social. As premissas de melhorias sociais que não foram sanadas ou cumpridas pela promessa da democracia cidadã neoliberal ocidental, mesmo que pífiamente conquistadas, estão constantemente sob o risco das artimanhas ideológicas de dominação política.

É sobre tudo, um certo modo de instrumento de análise, ademais por uma reflexão acerca das novas formas de ativismo social e de novas ações práticas de políticas coletivas, que se incidem peculiarmente nos fenômenos de 2011 desde o Occupy Wall Street. Quando neste “devem se formar grandes coalizões entres estudantes, imigrantes, subempregados e todos que estão sob ameaça das políticas de austeridade.” (HARVEY, 2012, p. 61).

A rebeldia das ações coletivas de ocupar encontram-se, convergidas de indignação política de ação direta já que o problema é sistêmico e não individual, e apontam também medidas conscientes de contingência social através da democracia real, principalmente ao que for de êxito aos 99% da população dos ditos “precariados”. Tudo isso para poder pensar que é possível construir um outro mundo e poder agir a partir das mobilizações mundiais, pois “as ideias, quando começam a circular, desconhecem os limites de espaço, pois têm a força para construir um novo.” (SAFATLE, 2012, p. 46).

A luta global é de construir um futuro coletivo mais igualitário, na tentativa de reverter as desigualdades sociais, por abalar e corromper o poder político ilusório do capital, é uma tarefa urgente na radicalização dessas utopias. Ainda mais quando “o espírito desse século XIX socialista está vivo entre a juventude idealista que tem protestado contra o turbinado capitalismo global que dominou o mundo desde o colapso da União Soviética” (ALI, 2012, p. 65).

As saídas da crise e das reformas dos extremismos de mercado se dão nas reorientações apontadas pelas leituras de conjuntura política da esquerda marxista revolucionária. Quando ainda segundo Tariq Ali (2012, p. 70) as ocupações e as manifestações de rua contra a crise global do capitalismo, são exemplos de que as condições sociais urgentes já são inaceitáveis, pois elas produzem as insurreições para assegurar a continuidade e a criação da base de uma estrutura democrática permanente, e que a assegure na continuidade política. Tudo isso, comumente em relação às outras experiências políticas democratizantes, pois é pertinente chamar atenção um Estado de bem-estar social que seja triunfante também nas urnas.

Entende-se também que a soberania popular também pode vir aliado de insurgências institucionais, “é tal processo que nos situa nas vias de uma democracia real. Ele é a condição primeira para sair da crise, pois a verdadeira questão que nos coloca é política.” (SAFATLE, 2012, p. 49). Mesmo que com o estável crescimento econômico para enfrentar as desigualdades, testado por governos de esquerda de frente popular e na conciliação de classes na América Latina, a premissa base, é de que essa detenção do poder estatal não falhe repetidamente na estratégia de participação pelas transformações sociais, pois têm que haver uma prioridade na mudança da civilização nas próximas gerações.

Segundo Wallestein (2012) podemos inferir o que é uma tarefa urgente das esquerdas mundiais, avançar sobre o êxito dos protestos de ocupações e dos fenômenos e das mudanças sociais, como do movimento de Indignados, do Occupy Wall Street, e da Primavera Árabe. E apesar de haver desacordos quanto a tática e os objetivos a curto e longo prazo, sobretudo diante da situação das desigualdades de injustiças e descolonização, é crucial uma reconciliação dessas estratégias para uma unidade de formação política e programática.

### 3.3 Ocupar enquanto uma nova *práxis* democrática de cidadania

Apresenta-se a partir do contexto histórico da juventude do movimento estudantil, de forma mais paradigmática dentro do contexto das ações coletivas dos movimentos sociais, para assim compreender, como os novos sujeitos políticos lotado de ações efetivas demonstram-se através do ativismo político para além de si. Levando em consideração as aspirações políticas e as insurgências das juventudes, que exercendo uma força motriz diante das transformações na sociedade têm o seu protagonismo e o engajamento no movimento estudantil, as compreensões de uma real prática política democrática de cidadania de cunho mais radical. A prática política das juventudes nas táticas de ocupações, como uma expressiva nova modalidade de ação coletiva, é a nova sociabilidade militante estudantil inferida de uma nova *práxis* política.

A nova *práxis* de ocupar está inserida nas aplicações democrática de cidadania, e para além disso, em um laço formativo das subjetividades e das coletividades. E que estão presentes por entre formas outras de organicidade e de atravessamentos políticos de um certo novo capital militante. Com uma demarcação do caráter de comprometimento classista e popular, nas dissonâncias prático-política do ativismo contemporâneo, e até mesmo como uma ação coletiva diferenciada justamente pela tática política de ocupar as escolas e as universidades, para assim suscitar as ressonâncias práticas e radicais dentro de uma nova cultura política.

A condução das novas ações práticas de políticas do movimento estudantil é pela ressignificação das políticas que reivindicam a universidade. Verifica-se também, quando “a prática de ocupação pode estar relacionada historicamente com os movimentos estudantis de 1968”, ainda mais quando em conjunto das ações dos novos movimentos sociais, “no sentido de pluralizar a capacidade de ação dos sujeitos sociais organizados.” (ALMADA, 2007, p. 16).

Na tentativa de não fazer uma análise descompassada e anacrônica, mas sim composta de forma dialógica, é que se apreende na revisão histórica das decorrências políticas do movimento estudantil. No caso das ocupações estudantis contemporâneas especificamente no Brasil, para se configurar nesta insurgência democrática de cidadania, também como uma extensão pragmática na dimensão de uma política praticada de forma mais radical e popular.

Observa-se que é um laço construtivo de engajamento político e de disposição social, ao que gira em torno da luta estudantil pela defesa da Educação Pública como um direito de todos e dever do Estado, frente aos ataques à sua autonomia e às políticas neoliberais no crescimento da educação privada. Faz-se posterior um recorte conjuntural das universidades públicas diante das políticas educacionais, e ao movimento de ocupações estudantis, como na situação de ocupação em 2007 e outras entre 2015 e 2016, como veremos logo adiante.

De forma prévia e inicial, para situar a reorganização das esquerdas do movimento estudantil combativo que se situam na primeira década do século XXI, faz-se com as ocupações universitárias uma contextualização sucinta durante os governos de conciliação de classes do Partido dos Trabalhadores (PT). As ocupações dos espaços universitários se dão como estratégia política de negociação, como um ponto de apoio das ações políticas em uma conjuntura de ataques à autonomia universitária e de privatização da educação brasileira.

É durante o primeiro governo do Presidente Lula (2003-2007), no auge de sua aceitação nos governos neodesenvolvimentista de frente popular, tanto que se reelege para um segundo governo (2007-2011), passando necessariamente pelas campanhas de assistência estudantil, de moradia e contra o processo de privatização e mercantilização da educação no ensino superior. Que as mobilizações estudantis, em uma exposição prática e resultante de concretas suas experiências, é permitida pelos insurgentes fenômenos de situações políticas pelas convergências que se questionam e se realocam ao exercício da cidadania e da democracia.

Dentro das universidades ocorrem inúmeros debates, assembleias, e faz-se uma crítica às direções da UNE governista, que se aliava de maneira burocrática às implementações do governo na época e não convocava em unidade a comunidade estudantil às lutas. Um outro novo movimento estudantil surge por fora da UNE, de forma mais combativa na capacidade de auto-organização e independente das entidades representativas, até em certa medida como um movimento de negação da entidade. Nessa conjuntura é a Coordenação Nacional de Lutas dos Estudantes (CONLUTE)<sup>14</sup> que surge denunciando a política de mercantilização da educação, principalmente aliando o discurso político de suas reivindicações à prática política estudantil.

A reconfiguração do sistema educacional brasileiro de ensino superior voltado para a mercantilização da educação, situa a conjuntura de lutas do movimento estudantil combativo nas campanhas de greves dos servidores públicos, isso mesmo sob a ingressada burocracia das entidades representativas. Os impactos da crise econômica mundial se dão no aprofundamento da crise educacional, pelas políticas neoliberais de cortes financeiros que desmontam e sucateiam as universidades, e provam a necessidade da urgência de um novo movimento estudantil unificado, mais combativo e comprometido com o caráter classista popular.

---

<sup>14</sup> Criada em 2004 no interior do Movimento Estudantil, pela necessidade de barrar a Reforma Universitária desde 2003, esta que aprofundaria o sucateamento das universidades. Quando a UNE se torna o porta voz governo em caravanas e propagandas políticas de privatização do ensino superior, surge por fora dessa entidade a necessidade de uma outra organização, capaz de reivindicar uma educação que rompa as amarras burocráticas, e que sane as necessidades populares daqueles que são excluídos dos processos educacionais. A CONLUTE avança nas lutas e na mobilização da campanha “Vamos Barrar essa Reforma”, e cumpre o papel de reorganizar em unidade a oposição de esquerda crítica do movimento estudantil combativo nas universidades brasileiras, tanto que junto com outras correntes estudantis constroem a Frente de Luta Contra a Reforma Universitária em 2007. Ver mais em: <https://anelondrina.wordpress.com/movimento-estudantil/>

O saldo valoroso das ações políticas de ocupar se expressam em um alinhamento de leitura de conjuntura, desde 2007 com o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). Compreende-se também como um direito a rebelião, radicalização política e revolta social, quando se incidem as ocupações pelos Diretório Central dos Estudantes (DCE), mas isso, pelas gestões de correntes internas de oposição de esquerda, contrárias a adesão ao programa de expansão universitária daquele ano. Os inúmeros atos, protestos e ocupações no país, traduziram as mobilizações independentes em campanhas para defender uma “Universidade Pública, Gratuita, Laica e Socialmente Referenciada”.

Segundo Almada (2007) a partir de sua dissertação sobre a resistência, ocupação, criminalização do movimento estudantil durante as greves das universidades paulistas, podemos conferir essa constante perspectiva de análise. Percebe-se que o movimento estudantil se organiza por ressignificar as suas práticas sociais em torno das práticas de mobilização, e caminham para a reconfiguração da sua capacidade enquanto sujeito político. Com isso, o movimento passa a contrapor-se com a política neoliberal da democracia que se delineou dentro das universidades públicas. E de certa forma, atuam também contra hegemonia do capitalismo, pela aproximação com os movimentos sociais e sindicais, no sentido de se estabelecer um diálogo para conduzir às suas práticas em torno de reivindicações históricas da universidade.

Chama-se atenção sobre a implementação dessas políticas educacionais a partir do REUNI, quanto à referência de algumas universidades e suas medidas de enfrentamento sobre à autonomia das correntes estudantis combativas. A esfera organizativa da prática política do movimento estudantil se dá quando em 2007 na Universidade Federal do Maranhão (UFMA):

a Coordenação Nacional de Lutas dos Estudantes (CONLUTE) e o Movimento de Casas de Estudantes do Maranhão (MOCEM), reforçaram as ocupações nacionais em curso, como as da USP, UNICAMP, UFRGS, UFPE, UFPR etc., na defesa do ensino público e gratuito e contra o processo de privatização das instituições de ensino superior no país [...] O movimento estudantil combativo empunha em suas bandeiras o programa mínimo que se expressa parte das inúmeras debilidades da UFMA, articulando-as sempre com o processo mais amplo de desmonte do estado brasileiro. O processo de privatização das IFES que está sendo implementado pelo Governo Lula por meio da Reforma Universitária, bem como o desmonte que tem se desenvolvido durante as últimas décadas na Universidade Estadual do Maranhão, apenas simbolizam o compromisso cada vez menor dos governos da ordem para com a educação pública gratuita e de qualidade socialmente referenciada. Nesse contexto de radicalização da juventude em todo o país e diante da contínua e progressiva precarização da UFMA, torna-se mais que legítima a ocupação da reitoria, cujo intuito seria garantir os direitos que estão sendo arrancados pelo Governo Lula. Enquanto Lula volta sua política econômica para alimentar a fome insaciável dos banqueiros, sobra à juventude e aos trabalhadores o PROUNI (compra de vagas ociosas nas instituições privadas), que aprofunda o processo de desresponsabilização do Estado com o financiamento da educação pública e gratuita. (NOTA SOBRE A OCUPAÇÃO ESTUDANTIL, 2007).

A ocupação é nítida como saída de reivindicação política em suma de assistência estudantil, e se constrói por fora das entidades de representação estudantil como a UNE governista que dirigia majoritariamente os DCEs nas universidades brasileiras. A entidade máxima que representa os interesses dos estudantes, na época se atrela a implementação das políticas neoliberais de mercado do governo junto às administrações das universidades. Podemos perceber essa dissidência autônoma de organização do movimento estudantil combativo, conforme a nota administrativa de aprovação do REUNI relatado na Universidade Federal da Bahia (UFBA) também em 2007, destacando os seguintes pontos informados:

1. No dia 1 de outubro, um grupo de estudantes, formado principalmente por bolsistas das Residências Universitárias, ocupou a Reitoria da UFBA mobilizados por uma pauta local de assistência estudantil. [...] 3. Através da internet, um auto-intitulado Movimento de Ocupação da Reitoria veiculou uma suposta pauta de mobilização contra o Programa REUNI/UFBA. Em manifesto, desautorizavam o DCE, órgão estatutariamente representativo dos estudantes da UFBA. Informaram ainda que entidades estranhas a esta universidade (citando organismos sindicais como Conlutas, ANDES e a Associação Docente da UNEB) e “professores e diretores de diversas unidades” têm “oferecido substancial apoio ao movimento, inclusive oferecendo as nossas refeições” [...] 7. A ata da Reunião supracitada foi redigida, aprovada e assinada por 30 dos conselheiros presentes e enviada à SESu, completando antes do prazo a inscrição da Proposta UFBA no Programa REUNI/MEC. No primeiro prazo, 36 universidades federais, incluindo quase todas as instituições de grande porte, aderiram ao REUNI. [...] 9. Durante todo o período de ocupação, a Reitoria da UFBA manifestou de modo reiterado seu respeito às instâncias representativas institucionais do movimento estudantil, confirmando sua disponibilidade de negociação exclusivamente através do DCE. Não obstante, somente no dia 2 de novembro foi encaminhada pelo DCE, via e-mail, uma suposta pauta de reivindicações, que meramente repete uma posição radicalmente contra o REUNI e insiste em desqualificar a soberana decisão do órgão deliberativo máximo da UFBA. Nessa pauta, bem como em outros documentos veiculados pelo movimento de ocupação da Reitoria, inexistem qualquer argumento ou explicação racional para a manifestação contrária à adesão da UFBA ao REUNI, ampliando seu alunado em mais de 17.000 matrículas novas. Nenhuma justificativa é dada para a esdrúxula proposta dos estudantes de que a UFBA deve renunciar a mais de 200 milhões de Reais do orçamento público federal, rejeitando a contratação de 570 docentes e 436 servidores, além de dispensar 18 milhões de Reais a serem aplicados em assistência estudantil, nos próximos 5 anos. Ao compartilhar com a comunidade universitária tais informações, reiteramos nossa profunda tristeza e indignação pelas agressões à mais antiga instituição de educação superior do Estado da Bahia, às suas instâncias democráticas de gestão e aos valores acadêmicos da universidade pública. (SOBRE A APROVAÇÃO DO REUNI, 2007).

De acordo com Almada (2007), podemos inferir que isso se cristaliza na capacidade organizativa do movimento estudantil combativo, de uma proeminente ação política pela defesa da Universidade Pública. Ainda mais quando a resistência estudantil nas ocupações se dá pelo exercício direto de cidadania, e luta contra a criminalização e as ações violentas do Estado “Democrático” de Direito. A ocupação é política como ato simbólico, é o lugar de questionamento dos limites democráticos de cidadania, no uso e expropriação dos espaços públicos das universidades pela sua própria comunidade acadêmica. A ocupação vira uma sede

politicizada de transgressão às autoridades e até incorporar uma certa “desobediência civil”, põe em evidência o fatídico e perverso ataque de uma agenda política neoliberal à educação pública.

Apreende-se a prática política no percurso do movimento estudantil, por mais específica que seja e de cada reivindicação localizada, que ainda assim há um laço construtivo que conecta às suas decorrentes ações políticas. Relativo de uma ressignificação da prática política pelo movimento estudantil, quando às novas ações práticas de políticas se convergem pela coletiva tática política de ação direta e constitui-se no ocupar como um protesto. Podemos perceber esta perspectiva também, referente à ocupação da Universidade de São Paulo (USP) quando:

Finalizada, a ocupação da Reitoria da USP, em 2007, representou um marco de lutas para o movimento estudantil actual, já que, através dele se conseguiram articular uma identidade colectiva com uma respectiva acção de um sujeito político. Sua constituição plural e criativa permitiu a utilização de um instrumento recorrente, a ocupação de espaços universitários, para pensar, questionar, transgredir e desafiar os limites da universidade, da política e da democracia legalmente instituída, promovendo a ressignificação do quotidiano universitário, em termos de práticas opositoras, alternativas a ordem dominante. Pensar o significado que a ocupação da USP passa por observar perspectivas em aberto deixadas para o futuro, na construção do movimento estudantil actual, locais e globais, articuladas com a história do movimento, do ponto de vista do prosseguimento das lutas dos estudantes e participação cultural e política. (ALMADA, 2007, p. 87).

O movimento estudantil se utiliza das táticas de ocupação e da política democrática de cidadania praticada de forma dialógica, e até mesmo pela ação coletiva de enfrentamento ao dito projeto político democratizante. É uma importante consideração analítica sobre a prática democrática e a estratégia das ocupações estudantis, sobre o avanço da ofensiva da globalização neoliberal no ensino público. Isso permeia as subjetividades autônomas do cotidiano social universitário, que se cruzam na articulação prática e discursiva como uma contraposição à hegemonia presente nas políticas públicas educacionais. “É nesse sentido que a participação do movimento estudantil na actualidade constrói uma ‘nova história universal de práticas autônomas e democráticas’, representando as experiências para a construção de alternativas ao modelo neoliberal de ensino.” (CASANOVA, 1999, p. 16, *apud* ALMADA, 2007, p. 60).

Os estudantes, que historicamente se posicionaram contra as ditaduras e regimes autoritários, em vários lugares do mundo, desde o início das universidades, mostram sua capacidade de resistência, presente nas acções de grupos formados no interior das universidades, por compartilharem quotidianos semelhantes imersos na pluralidade de conhecimentos e na visão crítica do saber. Estudam e produzem saber, ora, sabendo quem o exercerá como poder – na lógica estabelecida por Foucault – ora, não sabendo e correndo o risco de seu estranhamento. Resistem os estudantes, que pensam o sujeito de destino desse conhecimento, os efeitos do estranhamento em termos dos direitos práticos e do conseqüente desrespeito destes. Almejam ultrapassar os “muros da universidade”: muros simbólicos, colocados na exclusão do acesso, na precarização, na incapacidade de se fazerem ouvir naturalmente por seus tutores e pela sociedade em geral. (ALMADA, 2007, p. 92).

Ainda de acordo com Almada (2007), avalia-se que há uma consolidação de princípios das políticas neoliberais dentro das universidades públicas frente à mercantilização da educação. O dilema da democracia é denunciado pelas ocupações. E as táticas de ocupação nas confluências pelas dimensões social-político-cultural, também podem ser compreendidas como decorrências das experiências concretas do movimento estudantil de décadas anteriores.

Essas práticas, estiveram historicamente referenciadas no contexto estudantil, nos casos da Sorbonne e Nanterre em 1968 na França, e hoje, se constituem na aproximação com movimentos sociais brasileiros, latino-americanos e mundiais – não excluindo a atualidade do uso estudantil, nos últimos anos. Hoje, são elaboradas em um contexto diferente, questionando, directa ou indirectamente, modelos estabelecidos globalmente para o ensino. Recriam quotidianos e a discussão política permanente – a qual faz parte da universidade e não pode ser proibida – retomando a construção de suas identidades e construindo-as tendo em vista o processo político, procurando estabelecer sua “voz social” por meio dessas práticas. (ALMADA, 2007, p. 93).

A automobilização social do movimento estudantil combativo fundamenta-se de uma politização crítica e por fora da UNE. Em um período de intenso processo de autonomias e dissidências identitárias, seminários e encontros nas universidades pelo Brasil, tanto que depois da CONLUTE surge a Assembleia Nacional de Estudantes – Livre! (ANEL)<sup>15</sup> em 2009. No bojo dos processos de mobilização e da reorganização da oposição de esquerda do movimento estudantil combativo, como mais uma alternativa de aglutinar-se às lutas das juventudes estudantis nacionais, e sendo contrários à burocracia do chamado “Ministério Estudantil” da UNE governista atrelada às políticas educacionais do PT e do Banco Mundial na época.

A disputa política é moldada pelo conflito institucional desde as conquistas e garantias de direitos. Em contrapartida, também por entre as conquistas institucionais, apreende-se um importante marco na garantia fundamental de reparação social e histórica, como as políticas de ações afirmativas e a lei de cotas no ensino superior de 2012. Refere-se à luta do Movimento Negro no Brasil por inclusão e equidade social à população afrodescendente em diáspora. Alinhado a essa reconfiguração, aponta-se nos movimentos sociais de juventudes estudantes algumas respostas aos problemas da educação brasileira, e se afirmando necessariamente enquanto sujeitos políticos na continuidade da sua prática de luta.

---

<sup>15</sup> Como parte de um longo processo de acúmulo de discussões políticas e calendário de lutas deliberativas, desde a construção do Encontro Nacional de Estudantes em 2008 ao Congresso Nacional de Estudantes já em 2009, neste é onde a ANEL foi criada como uma entidade nacional alternativa à UNE, para encaminhar as lutas nacionais do movimento estudantil combativo. É um novo caráter do movimento estudantil, por um espaço democrático para propiciar a rotatividade na organização e combater a burocratização, também influenciada por partidos políticos de esquerda de oposição dos governos progressistas de frente popular, como mais um instrumento para aglutinar a juventude estudantil e para poder enfrentar a crise econômica e seus reflexos nas políticas educacionais. Ver mais em: <https://anelondrina.wordpress.com/e-fundada-a-anel/>

Analisa-se também como no apogeu dos acontecimentos das jornadas de junho de 2013, diante das perspectivas de conjuntura política e somada na mobilização social deste período, que foi implodida e permeada pela insatisfação popular diante das instituições. Fazendo um paralelo dentro do campo dos movimentos sociais, como uma abertura de processo na análise da conjuntura política recente do Brasil. Pois apreende-se que foram os atos de ocupação massiva dos espaços públicos da sociedade, em um chamado às ruas, onde se localiza um sintoma na inflexão de uma nova situação política. Consideradas as maiores manifestações populares de rua até então aquele período, e que ocuparam até o Congresso Nacional, pois não se via as juventudes estudantes nas ruas assim desde o movimento “caras pintadas”.

O ponto de encontro das inúmeras forças políticas foi às ruas, em um clima extremamente marcado pela disputa das consciências, porém, com pautas diversas. Foi uma onda de mobilizações ocorridas em grandes cidades metropolitanas e interioranas, composta por diversos agrupamentos políticos e antagônicos. Convocadas inicialmente pelo Movimento Passe Livre (MPL) na capital de São Paulo, tendo a pauta contra o abusivo aumento tarifário nos ônibus dos transportes públicos e sofrendo uma brutal repressão pela Polícia Militar. Em solidariedade à essa violência, foi o que impulsionou os outros atos seguintes, em uma propagação massiva da luta nacionalizada; até ampliando-se com os motes de contra a corrupção e a gestão governamental no período, por mais investimentos nas áreas sociais, e com o que se virou com certa dificuldade de distinção um aglomerado de pautas políticas na ordem no dia.

A incidência das jornadas de junho de 2013 enquanto uma abertura de processo político sem precedentes, de rupturas e de fusões internas das tendências organizativas dos partidos de esquerda. Os atos seguiram-se organizados de forma espontânea, autônoma e horizontal, socialmente atrelados de uma onda crescente desproporcional. Com a forte presença pulverizada das táticas anarquistas de Black Bloc — cujo objetivo político dessa ação direta é de subversão dos símbolos do capitalismo —. Até chegar nos lemas apartidários e de “sem violência”, sendo alimentado sob os ventos de insatisfação e de conservadorismo liberal-elitista com os governos progressistas do PT, e que depois seguiram-se em uma linha tênue como um sequestro da direção dos atos guinados politicamente tendenciosamente à direita.

De acordo com Seidl (2014) podemos ainda perceber como o desdobramento de uma ambígua polarização política que segue com a nítida tensão no debate público, exemplos desde as denúncias e polêmicas de corrupção na política institucional no caso do julgamento do Mensalão, na polarização da eleição presidencial de 2014, e com o superfaturamento de dinheiro público para o custeio das obras dos megaeventos no país, tais como a Copa das Confederações em 2013, a Copa do Mundo em 2014, e as Olimpíadas do Rio em 2016.

Apresenta-se na tensão política as raízes de uma autonomia e de uma organicidade, para refletir as modalidades de engajamento e participação por entre os acúmulos de capital político, e que estão refletidos em um movimento estudantil diversificado e pulverizado de influências externas. Percebe-se que são processos de intensa politização pelas dimensões do ativismo contemporâneo em militâncias múltiplas, do acúmulo de suas experiências e de diferentes recursos sociais. Protestar ganha um novo ar nas ruas pela ocupação do espaço público.

Como uma tentativa de reconfigurar o espaço público, e até mesmo como aporte auxiliar nas decorrentes ocupações estudantis como prática democrática de cidadania, apreende-se um sintoma na decorrência cumulativa dessas práticas políticas. Pois, indica-se que o laço construtivo de engajamento político e de estratégia pela participação, não está isolado de uma conjuntura propícia de irrupções sociais, que se efetiva a partir dos arranjos de disposição social, que estão presentes desde os grandes protestos que tomaram às ruas em 2013 pelo Brasil.

Articulados simultaneamente em muitos espaços, mas centrados na esfera estudantil, esses grupos colocam-se em posição de oferecer ao mesmo tempo uma causa concreta, palpável e sensível — mas que também se enquadra numa moldura muito mais ampla, como a “da cidadania”, “dos direitos”, “da justiça” etc. — e oportunidades de participação política direta. (SEIDL, 2014, p. 75).

Ainda de acordo com Seidl (2014) verifica-se que a autonomia organizativa está por entre uma pluralidade de movimentos, na apresentação de ideias chaves para o entendimento das dissidências orgânicas do ativismo contemporâneo. O empreendimento de engajamento militante está afinado na concepção das novas ações práticas de políticas, na estratégia de afirmação de um grupo de atores coletivos no espaço público, assim também como em um afastamento de pragmatismo às tradicionais lógicas de hierarquias partidárias. A partir da isonomia de poder, na caracterização insurgente que permeia a tensa dinâmica do ativismo contemporâneo, mesmo envoltos na competência de um capital militante, ao itinerário encaminhado das ações individuais e coletivas e na incorporação do saber como aprendizado.

Os movimentos sociais de juventudes e de trabalhadores em gerais, neste período são propagados pela mobilização afetiva orgânica e com o forte advento das tecnologias e mídias sociais. Ações políticas para uma conexão dos espaços coletivizados, inserindo-se por novas expressões de linguagens e nomenclaturas, que incidem comumente na prática uma nova cultura política. É pertinente pensar que a validação de uma categoria social apresenta diferentes formas de abordagens e a aplicação do poder de legitimidade é intrinsecamente política. Para uma reinterpretação analítica da concepção da democracia e da cidadania, apropriada de acordo com as contradições sociais e os interesses das políticas dadas, não só de forma pragmática, porém, ainda mais pela disputa popular e programática nos rumos políticos do país.

A recente experiência democrática brasileira dá-se de forma autocrática na aceitação de “medidas antidemocráticas em alguns casos, principalmente em situações de dificuldades econômicas e políticas” (MOISÉS, 2008, p. 23, *apud* GOULART, 2015, p. 127). Corroborando ainda mais com a análise de que mesmo diante de uma confluência perversa, isso se aplica pelas dimensões de um nexos construtivo uma nova cultura política autoritária, baseadas em um profundo critério de classe elitista, para a manutenção do poder e de seus privilégios sociais. (DAGNINO, 1994; 2004). A crise econômica nacional é um reflexo disso e de outras medidas burguesas e antipopulares, tanto que serviu como base para justificar um golpe parlamentar-midiático revestido como *impeachment* de 2016, sofrido pela então Presidenta Dilma Rousseff — a democracia brasileira sob o sério risco de morrer pelas próprias vias democráticas.

Para poder repensar a recente experiência da democracia representativa brasileira, no pós do golpe sofrido por Dilma no ápice das características de misoginia e anticomunismo, nota-se o aprofundamento das políticas neoliberais na economia e conservadoras nos costumes morais. Aparentemente há uma crise generalizada em diversos âmbitos da sociedade, de caráter democrática, política, institucional, econômica, entre os partidos políticos, corrupção e instituições públicas e até ameaças autoritárias. Desde a formulação da Nova República, que compreende o período de redemocratização após o regime militar, com a Constituição Federal “cidadã” de 1988 como marco formal da democracia e da cidadania e pela representação do povo, não havia uma ruptura política do Estado de Direito Democrático até então.

É curioso atentar-se que durante a crise da situação de golpe parlamentar, há um forte avanço na implementação das políticas neoliberais de austeridade econômica, e no bojo desse processo é que se situa o fenômeno das ocupações estudantis. Aponta-se que a mobilização do movimento estudantil começa antes mesmo das próprias entidades de representação tomarem iniciativa, percebe-se que há um movimento estudantil de forma geral e um outro movimento estudantil mais ligado à política partidária, este que dirige os grêmios e centros acadêmicos.

Pontua-se que as assimilativas formas práticas e organizativas de dissidência política nessa convergência de disputas se cristalizam na crise política da conjuntura nacional. Diante disso, surge uma singular outra situação de ocupações incididas em duas ondas consistentes, mesmo que diferente das ocupações de 2007, ainda se compreendem enquanto casos específicos pela estratégia prática de uma nova cultura política radical e pela sua tática de ação direta de ocupar. Aqui a caracterização dessa prática política é junto as experiências prévias da juventude estudantil, em convergência analítica pelas dimensões social-político-cultural com a demarcação substancial pela tática do fenômeno *occupy* no espaço escolar e universitário.

Primeiro, com o fenômeno das ocupações em escolas de ensino médio, na chamada “Primavera Secundarista”. Desde 2015 em São Paulo, contra a medida arbitrária do fechamento de escolas públicas estaduais, por parte de uma “reorganização escolar” do governo estadual na época. Há uma ascensão de escolas ocupadas, denunciando os assédios da burocracia institucional, através da organização de forma horizontal entre as juventudes ocupantes, e buscando uma legitimidade do movimento enquanto uma pedagogia da luta. Aponta-se o empoderamento da luta política da juventude estudantil, tanto na relevância de seus atravessamentos de autodescoberta e de uma confluência das juventudes estudantis, quanto nas perspectivas por transformações sociais que se repetem no ano seguinte.

Segundo, também como epicentro das ocupações secundaristas no Paraná já em 2016 e que são propagadas de forma mais nacionalizada. Pois, verifica-se com os protestos de rua contra o ajuste fiscal do governo e às ocupações estudantis nas universidades e institutos públicos, conjunta com a greve federal da educação no ensino superior e técnica-administrativa no mesmo ano. Contra o novo regime fiscal da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 55/16, a chamada “PEC do teto de gastos” públicos ou popularmente identificada como “PEC do fim do mundo”, pois o propósito é de congelar os investimentos públicos por 20 anos afetando áreas sociais da saúde e educação; contra a Medida Provisória 746/16 de “Reforma do Ensino Médio” diminuindo as cargas horárias de disciplinas críticas como a Sociologia e a Filosofia; e também contra o Projeto de Lei 867/15 conhecido como “Escola Sem Partido” e também pensado como “lei da mordaza” em outros conservadores projetos estaduais, como uma forma de cerceamento ou censura do desenvolvimento da atividade crítica em sala de aula.

Apreende-se a tática de ocupar, a convergência política de um laço construtivo de pautas socioeducacionais básicas reivindicadas desde a Primavera Secundarista de 2015, das mais específicas e estruturais, de cada escola até as políticas nacionalizadas da agenda fiscal do golpe institucional no ano seguinte. Verifica-se nas ocupações, o exercício o direito político da cidadania, por entre formativas características de “autogestão, ação direta, apoio mútuo e solidariedade” organizadas na forma de “redes de sociabilidades” e que reivindicam “direitos básicos de cidadania.” (GIROTTI, 2016, p. 1123-1125, *apud* ROCHA, 2020, p. 64).

Justifica-se na conjuntura política as situações de ocupações, para assim poder repensar às insurgências práticas frente aos ataques à educação pública. Nas escolas e universidades, as ocupações seguiram-se ordinárias na produção dos bens de uso comum e na aglutinação do movimento estudantil. Os impactos socioespaciais são inerentes às políticas públicas aplicadas, e percebe-se cada vez mais que é urgente a irrestrita ocupação simbólica e política dos lugares referenciais na formação da democracia e cidadania.

### 3.4 As organizativas formas práticas e assimilativas de dissidência política

Aprofundando a tentativa de abordar o fenômeno das ocupações estudantis a partir da conjuntura pela insurgência da prática de uma nova cultura política democrática de cidadania, a posse dos espaços materiais e simbólicos é uma máxima nas ocupações estudantis. Ressalta-se um apreensível legado geracional pela ressonância da prática política reflexo da radical cidadania social, onde os novos sujeitos políticos de novos direitos conquistados se legitimam por reivindicar e se apropriar as novas ações práticas de políticas

Define-se deste modo, a social formação participativa dos jovens estudantes cidadãos em organizativas dissidências políticas, mas sem recair em um tipo de ceticismo político de atribuir noções subjugadas (MISCHE, 1997). Pois, a tática política de ocupar valida-se no fenômeno das ocupações estudantis na contemporaneidade como uma radical resposta à desilusão dos ditos cidadãos democráticos do século passado (ALVES, 2012). Assim como também em uma tentativa de resgate político, quando o movimento estudantil vem de um processo gradual de inserção e de contestação na esfera pública, e isso dispõe de uma identidade militante mais participativa e orgânica, como um instrumento catalisador da ação política entre os jovens estudantes ocupantes (REAL, 2017).

Independentemente do ganho ou de perdas políticas que isso possa ter para o movimento, ele já tem um ganho como ponto de partida: a capacidade de ruptura com a apatia e a criação de uma mobilização almejando a ruptura com os tais muros universitários. A sutileza do movimento estudantil se mantém no coro que quebra a porta, por sua capacidade de articular diversas vertentes, heterogeneidades e irreverências: coro em conjunto com a comunidade universitária, na caminhada juntamente com os movimentos sociais. (ALMADA, 2007, p. 94).

Verifica-se as ações práticas juvenil estudantil de uma nova cultura política enquanto fomento de uma criticidade orgânica e de uma educação de viés libertária, que também está inserida naquela visão de “alfabetização cidadã” como rompimento dinâmico da percepção histórica, cujo “o processo pelo qual os homens se preparam eles próprios para inserir-se de modo crítico numa ação de transformação.” (PAULO FREIRE, 1997, p. 28, *apud* REAL, 2017, p. 12). Entende-se que às “ocupações foram o repertório principal, mas também se destacam as passeatas, os atos em frente aos órgãos governamentais e o fechamento de vias públicas como principais atos de reivindicação.” (REAL, 2017, p. 14).

Segundo Real (2017) através da sua pesquisa com observações simples e participantes, complementada na aplicação de questionários nas ocupações secundaristas. Podemos perceber preliminarmente sobre o repertório organizacional de alunas entrevistadas, que há uma “teoria da ocupação” na forma organizacional de guias para ocupação, e que se expressa por entre

funções divididas em comissões desde as formas tradicionais e hierarquizadas das entidades de representação estudantil. Acrescenta-se também um outro fator substancial, que são as tomadas de decisões de forma democrática no estabelecimento relacional de seus repertórios, e com significativos atos em fechamento de ruas e intervenções no recreio.

As formas organizativas do movimento estudantil permitem outras assimilações e reinterpretações analíticas, com isso a articulação da prática de ocupar está em uma linguagem relacional e metodológica. Percebe-se também por entre os mecanismos e modelos associativos, a propagação e a disseminação do movimento relativizado às estruturas representativas, quando “a sociedade em rede não possui um centro, ou estrutura central, as ocupações das escolas reproduziram as relações *on-line* no cotidiano *off-line*.” (ROCHA, 2020, p. 66).

Diante disso, para tentar alcançar uma maior participação e pluralidade do movimento estudantil, é interessante chamar atenção quanto às relações internas de aproximação e de mobilização. Sob a ótica autônomas das dissidências identitárias do ativismo contemporâneo e as novas formas auto organizativas, que de maneira prática se consolidam como instrumento de transformação social, através de instrumentos performativos e de outras formas de ação política.

O aspecto interessante na ação dos estudantes, ausentes as estruturas de oportunidades políticas – assembleias, grêmios estudantis, conselhos de escola –, é a construção de outras alternativas de ação por via das redes sociais. Devido às características próprias das redes *on-line*, a flexibilidade, a velocidade e a horizontalidade, incorporam-se performances diversas e atualizam-se rapidamente os repertórios de ação. (ROCHA, 2020, p. 66).

Segundo Real (2017) dessa ação política caracteriza-se a forma da ação social coletiva em ocupação, o repertório organizacional de engajamento está em uma pertinente assimilação de fatores externos às convivências estudantis, ao mesmo tempo que para poder explorar uma maior diversidade dos processos que constituem as “esferas da vida” e as “redes de relações”. Pois, que quando no “engajamento secundarista pode ser lido por diversas abordagens nas teorias de Movimentos Sociais, como na análise da estrutura organizacional e da estrutura relacional.” (GOHN, 1997, *apud* REAL, 2017, p. 3).

É pertinente chamar atenção quanto à inovação na tática democratizante de ocupar do movimento estudantil, massivamente sendo de caráter pacífico, mesmo sob a lógica grosseira e volátil da conjuntura política. Junto com o que pode auxiliar às novas perspectivas analíticas quanto ao futuro do movimento e a sua radicalidade de enfrentamento, principalmente nas diferenciações de táticas políticas usadas. Ainda mais quando essa preocupação é pertinente “em contextos democráticos, passeatas são mais seguras que guerrilhas; em contextos repressivos, pode bem ser o contrário.” (ALONSO, 2012, p. 22, *apud* REAL, 2017, p. 7).

Diante disso, podemos pensar o que pode representar a estrutura das relações internas das organizações. Principalmente quando “a forma organizacional é vista como sendo simultaneamente uma afirmação de identidade e construtiva de campos institucionais mais amplos”, pois de forma mais incisiva os movimentos sociais também são “como fontes cruciais de mudança institucional.” (CLEMENS, 2010, p. 180, *apud* REAL, 2017, p. 6-7).

A relação do conteúdo de classe e as orientações políticas nas ocupações estudantis, podem ser apreendidas pelas posições populares assumidas nos discursos associativos, quando “os alunos de classes desfavorecidas, mesmo precisando trabalhar em algum horário, apoiavam a ocupação em outros turnos. Aqueles que não se engajaram na ocupação, não utilizavam justificativas socioeconômicas, mas sim de questões ideológicas.” (REAL, 2017, p. 25).

Outro fator substancial que se reflete no engajamento político, é quanto às posições contrárias e desfavoráveis às ocupações, isso é um outro debate específico que gera margem de despolitização ocupacional das políticas educacionais, porém, que implica na conjuntura de opinião pública e aceitação do movimento. Há uma reconfiguração da ação coletiva frente às autonomias e dissidências do ativismo contemporâneo, pois “a finalidade da ocupação remete-se também à ruptura da apatia instalada, resultado de aceitação e falta de questionamento constante das intenções sub-reptícias dos governos à universidade.” (ALMADA, 2007, p. 84).

Há uma coesão política da forma organizativa nos processos de ocupações entre os estudantes, que independente do grau de escolaridade; a prática política de engajamento se infere no ativismo contemporâneo pela participação política das juventudes ocupantes “que não se reduz à pauta de ação, mas se estende aos valores políticos compartilhados, desdobrados na forma de organização caracterizada por comissões e assembleias.” (ROCHA, 2020, p. 63-64).

Pontua-se sobre as expressões materiais e simbólicas das novas ações práticas de políticas, às novas formas de aprendizagens que permeiam as ocupações estudantis, que se inferem quando “as imagens oferecidas pelos jovens nas ocupações – atuando, discursando, cozinhando e limpando – contrastam com as imagens tradicionais de estudantes calados e enfileirados nas salas de aula” (CORTI et al., 2016, p. 1171, *apud* ROCHA, 2020, p. 65).

Segundo Rocha (2020) antes mesmo da ocupação acontecer há um processo cumulativo que se desencadeia, uma mobilização prévia que acontece nas redes de Whatsapp, Facebook e no convívio escolar, e isso é um instrumento fundamental para convocação e manutenção das ocupações de 2015 e 2016. Outra forma representativa dessa dissidência organizacional é em relação aos movimentos estudantis de entidades como a UNE, mas isso, quando frente às ocupações quando elas “representam a quebra dos modelos associativos que comumente articulam mobilizações.” (CARNEIRO, 2017, *apud* ROCHA 2020, p. 65).

É interessante também apontar um outro sintoma organizativo de identificação formativa, o de uma autonomia anarquista e apartidária das ocupações estudantis, quando estas não apresentam a hierarquia das tradicionais entidades de representação estudantil, de cúpula e base por exemplo. Percebe-se que é algo que já vem sendo costumeiro desde as manifestações de junho de 2013, devido também à desilusão e a perda de identificação pelo espectro político de modo geral. A identificação formativa de cunho afirmativo e auto expressivo, aponta-se que é uma das características das recentes estruturas de mobilização no Brasil, devido ao fato da desilusão política institucional. É evidente que cada ocupação tem uma identidade construída a partir de suas especificidades de repertórios, mas, que no conteúdo discursivo e na forma aglutinadora se encontram em unidade em um quadro político de luta nacional.

Chamando atenção na “hipótese de que a convergência de tensões ou interesses, caso do conjunto de ocupações das escolas, é condição para construção de novos discursos.” (ROSÁRIO et al., 2016, *apud* ROCHA, 2020, p. 66). Nesse sentido do repertório dos movimentos sociais, acrescenta-se às ocupações estudantis também um requisito artístico em relação à sua ação performativa, com aspectos de interesses que produzem experiências de atravessamentos pelas dimensões social-político-cultural. E que resiste até mesmo às tentativas criminalização das ocupações, sob medidas cautelares pela desocupação daquele espaço público, onde apresentam adaptações desde cenas lúdicas a afetos relacionais com a situação do espaço ocupado. De acordo com Real (2017, p. 16) “essa reinterpretação da ocupação como lugar da mítica entre ocupantes e apoiadores demonstra uma performance”, e que apesar das especificidades dentro de cada ocupação, percebe-se que “a pauta de reivindicação é a mesma, o repertório é o mesmo, mas as performances são diferentes.”

Partindo também do pressuposto de ambivalências políticas, de que a prática se converge à teoria, a tática da ação direta de ocupar dá-se junto à uma estratégia política e se efetiva nos repertórios de engajamento das ocupações estudantis. O que motiva a ocupação está por entre diversos fatores cumulativos das experiências das juventudes ocupantes. Valida-se de uma necessidade dialética de acordo com o tempo de seu sujeito em questão, além de se consolidar pela da mudança social, entre perspectivas que se ampliam ou que se delimitam.

A tática política de ocupar espaços públicos é uma passagem de movimentação aos lugares imóveis, é uma experiência organizacional e transversal de protesto, como reconhecimento formativo do exercício do direito político democrático de cidadania na contemporaneidade. As identidades que constituem as juventudes ainda emergem condições originárias de classes social e contemplam-se nas experiências prévias da juventude estudantil.

### 3.5 #OcupaTudo enquanto uma *práxis quo*

As pautas reivindicatórias se encontram na agenda política do movimento estudantil através da tática política de ocupar tudo que for espaço público, principalmente lugares institucionais formativos ligados à educação pública, como uma reivindicação radical de posse da prática política. A normalidade no ambiente ocupado é justamente dar mobilidade e fazer acontecer a transformação social através da luta, por isso a *práxis quo* vem associada como uma alusão e reinterpretação analítica da perspectiva de *status quo*. Porém, aqui é no sentido axiológico de uma subversão do seu valor hegemônico, posto assim, como uma prática política radicalizadora não de manter, mas sim de mudar as coisas do jeito como estão apresentadas.

#OcupaTudo<sup>16</sup> é uma frase de efeito de entendimento chave na linguagem das redes sociais que conecta as radicais mobilizações estudantis, é a convergência massiva de propagação política no maior movimento de ocupações da história recente do Brasil. É preciso atentar-se para as prévias experiências inovadoras, que de forma organizativa em mobilizações também se alternam em deslocamentos e em complexas conexões pelas dimensões social-político-cultural dentro da própria categoria abordada do jovem estudante cidadão.

A *práxis quo* aqui constitui-se por entre às cumulativas novas ações práticas de políticas, nas experienciadas através da tática de uma ação política direta de ocupar. E que se efetiva pela propagação massiva das ocupações estudantis em uma reapropriação popular da consciência cívica e pelo uso radical dos seus direitos democráticos de cidadania já conquistados. Posto assim, com as pautas defendidas pelo movimento estudantil unificado junto às greves dos servidores públicos de diversos setores. Observa-se isso no ato que se incidiu pelo comando das ocupações articulado pelas entidades estudantis e sindicais, na marcha do #OcupaBrasília<sup>17</sup> por ter sido o grande encontro das juventudes de todas as ocupações estudantis no ano de 2016 no Brasil, sendo realizada estrategicamente durante a votação no Congresso Nacional, na tentativa de pressionar e barrar a PECC 55 no primeiro turno da votação no Senado Federal.

---

<sup>16</sup> *hashtag* utilizada como um mote político-visual para fazer agitação e propaganda do movimento de ocupações nas redes sociais. É um *slogan* que reúne as características conjunturais e territoriais das ocupações, geralmente a palavra “ocupa” é associada com o nome do lugar ocupado, posto na leitura da posse de todos os cidadãos, por ocupar os espaços públicos educacionais possíveis em maior número (escolas e universidades). Forma-se assim uma interlocução de adesão relacional com o movimento ocupante por entre todas outras ocupações. Ver mais em: <https://www.une.org.br/noticias/ocupatudo-tem-187-universidades-ocupadas-em-todo-o-brasil/>

<sup>17</sup> Evento de uma gigantesca marcha contrária à PEC 55 realizada em Brasília-DF. Considerada a capital das ocupações naquela situação específica das ocupações estudantis, foi um ato de encontro do protagonismo juvenil estudantil pela convergência da prática política de ocupar. Estima-se a manifestação conseguiu reunir mais de 30 mil pessoas, entre cidadãos estudantes e trabalhadores sindicalizados que estiveram presentes durante a votação, foram cerca de 4 horas que a manifestação foi violentamente reprimida pela Tropa de Choque da Polícia Militar e a Cavalaria. Ver mais em: <http://portal.andes.org.br/andes/print-ultimas-noticias.andes?id=8544>

Pontua-se o contexto das “Jornada de Lutas” articuladas pelos setores contrários à aprovação do retrocesso nas áreas de políticas sociais, e mobilizadas para a construção de uma grande Greve Geral no país por diversos segmentos do funcionalismo público. Apresenta-se marcando a resistência com os comandos unificados de greve, contra a “reforma do ensino médio” e “reforma da previdência”, por exemplo. Sob o lema de “ocupa tudo contra a PEC do fim do mundo”, afinal entendia-se a PEC como um retrocesso sem precedentes no cerceamento dos investimentos públicos em áreas essenciais; e mesmo com o amplo descontentamento popular ainda assim sob contestação e repressão a PEC 55 foi aprovada nos plenários<sup>18</sup>.

Segundo Teles (2012) sobre a democracia e a segurança pública, podemos pensar algumas breves questões de criminalização das ocupações e das suas pautas defendidas. É pertinente reformar o caráter de uma revisão patrimonialista da elite brasileira que se insere sob a democracia formal, alinhada dos discursos políticos desde a ausência do conteúdo de classe popular. Em certa medida, o consenso da politicagem contemporânea, em uma complexa relação dessa participação política com o Estado, também se detém de forças repressivas. Os restabelecimentos da ordem são cumpridos pelo interesse do bem público, a força repressiva da Polícia Militar chega a violar a população ocupante que parece não ter “direito a ter direitos”.

A cidadania de forma corporativa é regulada pelos valores neoliberais e não consolida os valores políticos, pois há uma reconfiguração social diante das desigualdades e a participação da sociedade civil organizada tem um prazo de validade. O poder público alinhado com as vantagens da especulação de mercado, exerce uma autoridade pelas leis do governo, nisso verifica-se a crítica por ocupar como repertório de mudança social indo de encontro com os interesses privados, e a desocupação no caso, é repetidamente optada pelo uso da violência.

Para efetivar-se às demandas de prática política aos movimentos sociais de juventudes e de trabalhadores em gerais, às ações propagadas pela mobilização de base dá-se como proposta de alternativa por uma cidadania mais radical. E somados com o advento das novas tecnologias e de mídias sociais, insere-se de novas expressões, linguagens e nomenclaturas que incidem comumente na prática coletiva de uma nova cultura política recente. De maneira mais lúdica e poética diante da realidade expressiva do país, com as redes associativas e artístico-culturais, ou seja, como forma organizativa para superar a tradicionalidade de fazer política, e para que assim propulsionem corresponder às inquietações políticas do futuro.

---

<sup>18</sup> Aponta-se o caráter obscurantista e golpista da conjuntura política do país no período, junto com os ofensivos avanços das políticas neoliberais de austeridade econômica pelo regime de ajuste fiscal da União. A PEC 55 curiosamente também foi aprovada em segundo turno em plenário no Senado Federal, no mesmo dia (13/12) que marcou os 48 anos que foi implementado o Ato Institucional Nº 5 na Ditadura Militar. Ver mais em: <http://portal.andes.org.br/andes/print-ultimas-noticias.andes?id=8571>

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O fenômeno das ocupações estudantis enquanto nova *práxis* democrática de cidadania. Compreende-se até aqui de forma sintomática como um entendimento chave que abre possibilidades de análises, como um progressivo processo cumulativo, como ponto de costura que se insurgem de imbricações sociais latentes. Por uma tática de intervenção política no ativismo contemporâneo e de composição do movimento estudantil e juventudes ocupantes, para assim caracterizar a prática democrática de cidadania através de uma nova cultura política.

Há uma inserção cumulativa pelas dimensões social-político-cultural, nos interesses participativos, no conteúdo de classe popular, na diversidade de causas e no consistente avanço da ação coletiva. Diferente daquela concepção de nova cidadania nascida sob a consigna emergente neoliberal, essa nova *práxis* de ocupar enquanto prática democrática de cidadania, embora estudada aos espaços públicos das escolas e universidades, não se reduz unilateralmente às institucionalidades e sim as ultrapassam pelas experiências organizacionais. Apesar dos importantes usos dos instrumentos democráticos de cidadania, tem como intenção valorativa de transbordar estas delimitações formais. De modo que não necessariamente causa uma ruptura sistêmica logo de início e nem se pretende adaptar às regras enrijecidas do jogo democrático.

Uma pressuposição preliminar é de que este fenômeno, focalizado sobre a abordagem de formação da prática política democrática de cidadania, é um evento público do movimento estudantil tensionado pela conjuntura política do país. As organizativas formas das novas ações práticas de políticas se constituem no processo de dissidências-dissonâncias-ressonâncias, no âmbito político, identitário, etc. Em uma resignificação progressiva da *práxis* revolucionária entre as juventudes do movimento estudantil, é proeminente destes novos sujeitos políticos de direitos conquistados, se atravessarem em disputas pelas concepções estabelecidas de democracia e de cidadania, sendo assim pela perspectiva da ação de uma nova cultura política.

Ao inferir-se que não existe saída da crise por fora da política e que a crise da educação brasileira é um projeto, talvez, seja justamente neste paradigma que esteja a força crítica da prática política das ocupações estudantis. É quando a simbólica tática política de ocupar está ligada aos espaços educacionais, sob um sentido de reivindicação mais institucional das políticas públicas educacionais: nas escolas, nas universidades públicas e privadas, nos institutos federais, nos centros educacionais, nas secretarias de ensino, etc. Pensando o que dispõe a prática política de ocupar tudo o que for possível, em uma propagação massiva de atravessamentos de aprendizagens, pois, as escolas e as universidades ainda seguem sendo o lugar de encontro e de recrutamento das juventudes para o movimento estudantil.

Afinal, a escola e a universidade são os lugares propícios para a formação dos ditos cidadãos, inseridos nesta dimensão política que implica na correlação sintomática de ocupar estes mesmos locais. Ainda mesmo que de forma mais conciliadora ou mais radical, de apontar saídas políticas ao que provêm a manutenção de um engajamento da ação coletiva, justamente por uma proposição democrática de cidadania.

Ocupar é mais uma sugestiva tentativa de responder à perspectiva no enunciado da introdução de quem não está em crise atualmente. O movimento estudantil não está alheio aos deslocamentos políticos na conjuntura do país, muito pelo contrário, mostra-se cada vez mais como um pertinente catalizador da luta pelas dimensões social-política-cultural, segue construindo espaços críticos que são fixos ou parados no tempo.

Abordou-se o fenômeno das ocupações estudantis por perspectivas de fragmentação social, de resposta às crises capitalistas, de solidariedade social e associativismo, de organização da ação política coletiva e direta. A caracterização e a formativa expressão resultante da geração ocupante, foi feita como uma revisão analítica dos acontecimentos, pontuando que é originária do movimento estudantil que defendia as reformas de bases socioeconômicas e a abertura das universidades no período populista, é herdeira da prática revolucionária de luta armada que incidiu-se na Ditadura Militar, também pela redemocratização daqueles que foram às ruas pedir por Diretas Já, da Constituição Federal “cidadã” de 1988, dos “cara pintadas” em 1992 e até culminando na irrupção social e política das juventude nas jornadas de junho de 2013. A política educacional neoliberal conflita os movimentos sociais de resistência estudantil na crise capitalista, como resposta há uma caracterização específica de tática e de estratégia como prática política onde as ocupações estudantis são herdeiras, desde às ocupações em 2007 contra do REUNI ou por entre às ocupações de 2015 e 2016 contra a PEC 55.

Entre os êxitos e as contradições, é inegável o valor imaterial e inspirador no legado das ocupações estudantis dispusera. Os significados permeiam a abertura de processo e a insurgência política de ocupar e indicam a reconexão com as bases populares, nas medidas de politização e de aperfeiçoamento da sociabilidade militante. É uma correlação de ambivalências políticas, para os processos progressivos de constante politização do movimento estudantil, de forma combinada às ações coletivas pela reconfiguração da esfera pública,

Sobre qualquer veredito fatídico sobre as ocupações estudantis, há uma noção cautelar que se reafirma naquela perspectiva preliminar de análise no início deste estudo. A compreensão pelos parâmetros social-político-cultural do ativismo contemporâneo, sob às autonomias e dissidências, percebe-se às ocupações estudantis em uma assimilação substancial e cumulativa

pela prática política. As perspectivas posteriores são comumente passíveis de revisitações analíticas, principalmente levando em consideração a intensificação da conjuntura política.

A urgência de ruptura política se dignifica nas lutas e está presente na defesa da força motriz que é a juventude do movimento estudantil, se fundamenta pela prática política em meio à ordem democrática e resgata o sentido popular da cidadania. Quando exerce na prática política as experiências de atravessamentos pelas dimensões social-político-cultural. O projeto político democratizante e privatizador da vida está dado e em processo, não se encerra aparentemente, mais do que salutar, é necessário atentar às perspectivas revolucionárias, pois como diz o poema popular “o novo sempre vem”.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALI, Tariq. O espírito da época. In: **Occupy** [David Harvey ... et al.]; [tradução João Alexandre Peschanski ... et al.]. – São Paulo: Boitempo: Carta Maior, p. 65-72, 2012.
- ALMADA, Pablo Emanuel Romero. **Resistência, Ocupação e Criminalização: O Movimento Estudantil nas Greves das Universidades Paulistas em 2007**. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Coimbra – Portugal, 2007. Disponível em: <https://eg.uc.pt/handle/10316/12284?mode=full>. Acesso em 11 de agosto de 2021.
- ALMADA, Pablo Emanuel Romero. 1968 e a Teoria Social Contemporânea, 50 Anos Depois: Rebelião Social, Fragmentação ou Nova Cultura Política? **Revista Sociologias**, Porto Alegre, Ano 22, Nº 55, p. 200-227, set-dez 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/s3hLRnBpXjG9ZbtNKcnXnZp/?lang=pt>. Acesso em 19 de junho de 2021.
- ARROYO, Miguel González. Os Movimentos Sociais e a Construção de Outros Currículos. **Educar em Revista**, Dossiê - Educação do Campo e Movimentos Sociais: Saberes, Práticas e Políticas. Vol. 31, Nº 55, ISSN 0104-4060, p.47-68, mar. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/xYJBbBhyTpcKNjp5HpxZVht/?lang=pt>. Acesso em 19 de maio de 2021.
- ALVES, Giovanni. Ocupar Wall Street... e depois? In: **Occupy** [David Harvey ... et al.]; [tradução João Alexandre Peschanski ... et al.]. – São Paulo: Boitempo: Carta Maior, p. 31-38, 2012.
- BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do Pensamento Marxista**. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1988. Disponível em:

[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2543654/mod\\_resource/content/2/Bottomore\\_dicion%C3%A1rio\\_pensamento\\_marxista.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2543654/mod_resource/content/2/Bottomore_dicion%C3%A1rio_pensamento_marxista.pdf). Acesso em: 19 de maio de 2021.

CARNEIRO, Henrique Soares. Apresentação - Rebeliões e ocupações de 2011. In: **Occupy** [David Harvey ... et al.]; [tradução João Alexandre Peschanski ... et al.]. – São Paulo: Boitempo: Carta Maior, p. 7-14, 2012.

DAGNINO, Evelina. Os Movimentos Sociais e a Emergência de Uma Nova Noção de Cidadania. In: **ANOS 90 – POLÍTICA E SOCIEDADE NO BRASIL**. São Paulo: Editora Brasiliense, p. 103-115, 1994. Disponível em:

<https://www.passeidireto.com/arquivo/68099804/evelina-dagnino-os-movimentos-sociais-e-a-emergencia-de-uma-nova-nocao-de-cidadania>. Acesso em 19 de maio de 2021.

DAGNINO, Evelina. Sociedade Civil, Participação e Cidadania: de que estamos falando? **Revista Política de Cuidanía y Sociedad Civil en Tiempos de Globalización**. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, p. 95-110, 2004. Disponível em:

<http://biblioteca.clacso.edu.ar/Venezuela/faces-ucv/20120723055520/Dagnino.pdf>. Acesso em 19 de maio de 2021.

DAVIS, Mike. Chega de chiclete. In: **Occupy** [David Harvey ... et al.]; [tradução João Alexandre Peschanski ... et al.]. – São Paulo: Boitempo: Carta Maior, p. 39-44, 2012.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos Sociais na Contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**, Vol. 16, Nº 47, p. 333-361, maio-ago 2011. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rbedu/a/vXJKXcs7cybL3YNbDCkCRVp/?lang=pt>. Acesso em 19 de maio de 2021.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos Sociais e Lutas pela Educação no Brasil: Experiências e Desafios na Atualidade. **Reunião Científica Regional da ANPED: Educação, movimentos sociais, políticas governamentais**. UFPR-Curitiba, 2016. Disponível em:

<http://www.anpedsul2016.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2015/11/Palestra-de-Encerramento-Maria-da-Gloria-Gohn.pdf>. Acesso em 19 de maio de 2021.

GOULART, Barbara. O Conceito de Cultura Política nas Ciências Sociais e as Especificidades Brasileiras. **Século XXI: Revista de Ciências Sociais**, Vol. 5, Nº 1, ISSN: 2236-6725, p.111-133, jan./jun. 2015. Disponível em:

<https://periodicos.ufsm.br/seculoxxi/article/view/19651>. Acesso em 19 de junho de 2021.

GROPPO, Luís Antônio. As Novas Esquerdas e o Movimento Estudantil no Brasil: 1961-1967. **VII Seminário Nacional De Estudos e Pesquisas: História, Sociedade e Educação Brasileira**. Unicamp, 2006. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/313675104/As->

[novas-esquerdas-e-o-movimento-estudantil-no-Brasil-1961-1967-Luis-antonio-groppo-pdf](#).

Acesso em 18 de jun. de 2021.

HARVEY, David. Os rebeldes na rua: o Partido de Wall Street encontra a sua nêmesis. In: **Occupy** [David Harvey ... et al.]; [tradução João Alexandre Peschanski ... et al.]. – São Paulo: Boitempo: Carta Maior, p. 57-64, 2012.

MARTINS FILHO, João Roberto. **MOVIMENTO ESTUDANTIL E DITADURA MILITAR 1964-1968**. Campinas, Papirus, 1987.

MESQUITA, Marcos Ribeiro. Movimento Estudantil Brasileiro: Práticas Militantes na Ótica dos Novos Movimentos Sociais. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Nº 66, p. 117-149, ISBN: 9780254110663, out. 2003. Disponível em:

<https://www.ces.uc.pt/publicacoes/rccs/artigos/66/RCCS66-117-149-Marcos%20Mesquita.pdf>. Acesso em: 14 de junho de 2021.

MIRANDA, Ana Paula Mendes. Movimentos Sociais, A Construção de Sujeitos de Direitos e a Busca por Democratização do Estado. **Lex Humana**, Petrópolis, Vol. 1, Nº 1, p. 218-237, 2009. Disponível em: [https://app.uff.br/riuff/bitstream/1/6105/1/LH1-1\\_artigo10.pdf](https://app.uff.br/riuff/bitstream/1/6105/1/LH1-1_artigo10.pdf). Acesso em 19 de maio de 2021.

MISCHE, Ann. De Estudantes a Cidadãos: Rede de Jovens e Participação Política. **Revista Brasileira de Educação**, Nº 5, p. 134-150, 1997. Disponível em:

[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/42959/mod\\_resource/content/1/Seminário%20Mische.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/42959/mod_resource/content/1/Seminário%20Mische.pdf). Acesso em 21 de julho de 2021.

MORTADA, Samir Pérez. De Jovem a Estudante: Apontamentos Críticos. **Revista Psicologia & Sociedade**; Vol. 21, Nº 3, p. 373-382, 2009. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/psoc/a/kCBn8KBFsMK4h5VtBvcRxQB/?lang=pt>. Acesso em 14 de junho de 2021.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Os Olhos do Regime Militar Brasileiro nos Campi. As Assessorias de Segurança e Informações das Universidades. **Revista Topoi**, Rio de Janeiro, Vol. 9, Nº, 16, p. 30-67, jan.-jun. 2008. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/topoi/a/zMNpct3W9cjyrNbQdVWbZTs/?lang=pt>. Acesso em 12 de maio de 2021.

REAL, Danielly da Costa Vila. Primavera Secundarista: ocupação de escolas como forma contemporânea de ativismo das juventudes do ensino médio. **Anais do 41º Encontro Anual da Anpocs**, Caxambu – Minas Gerais, SPG21, 2017. Disponível em:

[https://repositorio.ufes.br/bitstream/10/9906/1/tese\\_12094 DISSERTA%C3%87%C3%83O%20p%C3%B3s%20defesa.pdf](https://repositorio.ufes.br/bitstream/10/9906/1/tese_12094 DISSERTA%C3%87%C3%83O%20p%C3%B3s%20defesa.pdf). Acesso em: 12 de setembro de 2023.

RIDENTI, Marcelo. Ação Popular: Cristianismo e Marxismo. In: **HISTÓRIA DO MARXISMO NO BRASIL: PARTIDOS E ORGANIZAÇÕES DOS ANOS DE 1920 AOS 1960**. Vol. 5. Campinas: ed. da UNICAMP, p. 213-282, 2002. Disponível em: [www.cedema.org/index.php?ver=verlista&grupo=95&nombrepais=Brasil&nombregroupo=A%E7%E3o%20Popular](http://www.cedema.org/index.php?ver=verlista&grupo=95&nombrepais=Brasil&nombregroupo=A%E7%E3o%20Popular). Acesso em 19 de jun. de 2021.

ROCHA, Daniel Leonel da. Ocupação das escolas em 2015 e 2016: uma breve análise da forma e do conteúdo da ação dos estudantes. **Revista Sociologias Plurais**, v. 6, n. 1, p. 61-86, jan. 2020. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/scplpr/article/view/71450>. Acesso em 11 de agosto de 2021.

ROMBALDI, Maurício. O Capital Militante: Uma Tentativa de Definição, de Frédérique Matonti e Franck Poupeau. **Plural**, [S. l.], Vol. 13, p. 127-134, 2006. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/plural/article/view/75164>. Acesso em 14 de junho de 2021.

SEIDL, Ernesto. Notas sobre ativismo estudantil, capital militante e intervenção política. **Política & Sociedade: Revista de Sociologia Brasileira**, Florianópolis, Vol. 13, Nº 28, p. 63-78, set/dez. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2014v13n28p63>. Acesso em: 8 de agosto de 2021.

SAFATLE, Vladimir. Amar uma ideia. In: **Occupy** [David Harvey ... et al.]; [tradução João Alexandre Peschanski ... et al.]. – São Paulo: Boitempo: Carta Maior, p. 45-56, 2012.

WALLERSTEIN, Immanuel. A esquerda mundial após 2011. In: **Occupy** [David Harvey ... et al.]; [tradução João Alexandre Peschanski ... et al.]. – São Paulo: Boitempo: Carta Maior, p. 73-76, 2012.

ŽIŽEK, Slavoj. O violento silêncio de um novo começo. In: **Occupy** [David Harvey ... et al.]; [tradução João Alexandre Peschanski ... et al.]. – São Paulo: Boitempo: Carta Maior, p. 15-25. 2012.

#### **Sites/Boletins:**

**Nota sobre a ocupação estudantil de 2007.** MOCEM: Movimento de Casas de Estudantes do Maranhão. 2 jul. 2008. Disponível em: <https://mocem.wordpress.com/category/nossas-lutas/ocupacao-da-reitoria-2007/>. Acesso em 11 de agosto de 2021.

**Sobre a aprovação do REUNI.** Universidade Federal da Bahia (UFBA) em pauta. 11 ago. 2007. Disponível em: [https://www.ufba.br/ufba\\_em\\_pauta/sobre-aprova%C3%A7%C3%A3o-do-reuni-e-rea%C3%A7%C3%B5es-do-dce](https://www.ufba.br/ufba_em_pauta/sobre-aprova%C3%A7%C3%A3o-do-reuni-e-rea%C3%A7%C3%B5es-do-dce). Acesso em 11 de agosto de 2021.